RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016



AMMVI
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ





SUMÁRIO

05 MENSAGEM DO PRESIDENTE

07 AMMVI

13 SECRETARIA EXECUTIVA

31 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

43 ADMINISTRATIVO E INSTITUCIONAL

51 ASSESSORIA CONTÁBIL E ORÇAMENTÁRIA

57 ASSESSORIA ECONÔMICA E FAZENDÁRIA

71 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

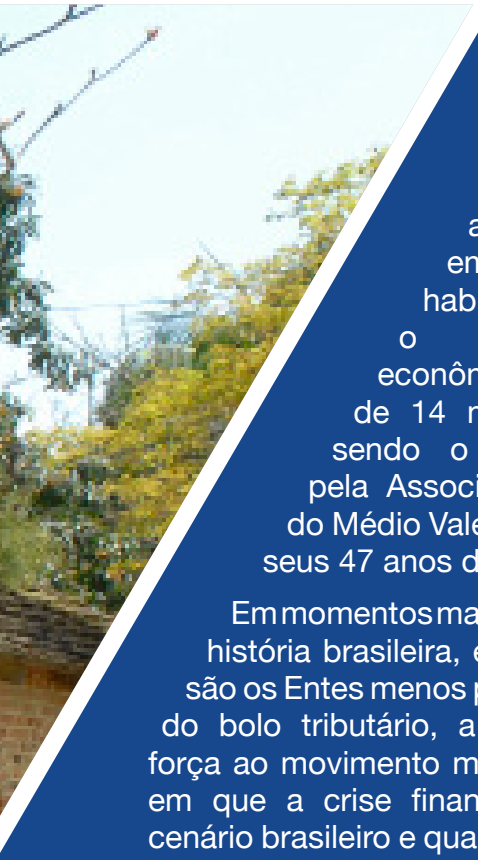
75 ASSESSORIA JURÍDICA

81 ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO URBANO, ARQUITETURA E ENGENHARIA

105 ASSESSORIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE



MENSAGEM DO PRESIDENTE



Defender a integração e a autonomia municipal em prol de 750 mil habitantes e fomentar o desenvolvimento econômico e sustentável de 14 municípios. Este vem sendo o trabalho executado pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI) nos seus 47 anos de atuação.

Em momentos marcantes de nossa breve história brasileira, em que os Municípios são os Entes menos prestigiados na divisão do bolo tributário, a AMMVI acrescentou força ao movimento municipalista neste ano em que a crise financeira protagonizou o cenário brasileiro e quase provocou a falência dos Municípios.

Com um contexto desolador, a união dos prefeitos e a articulação das entidades municipalistas foram fundamentais para manter a sustentabilidade financeira dos Municípios e dirimir os impactos sobre os cidadãos, que há muito dependem das políticas públicas.

Se por um lado os Municípios são o primo pobre de uma Nação que prende maior parte dos impostos, por outro os Municípios são as mãos acolhedoras de uma mãe que mantém vigília sobre seus filhos. E, mesmo sendo menosprezados por um sistema arcaico de divisão tributária, os Municípios perseveram na luta por autonomia e igualdade de recursos.

Diante da fragilidade do sistema federativo brasileiro, a AMMVI uniu suas reivindicações à Confederação Nacional de Municípios (CNM) e à Federação Catarinense de Municípios (Fecam) levantando bandeiras na capital federal e em Santa Catarina pela tomada de decisões necessárias para corrigir esta distorção.

Por isso, além das assessorias técnicas prestadas aos Municípios e seu trabalho pelo desenvolvimento regional, a AMMVI desempenhou importante papel na articulação política-institucional, chamando a população a conhecer a triste realidade dos Municípios e cobrando dos parlamentares e do Executivo federal decisões emergenciais.

Nossa luta não tem fim e muitos capítulos ainda serão construídos em prol dos cidadãos que escolheram nosso belo e próspero Médio Vale do Itajaí para viver e construir suas famílias. Se nosso passado de luta corroborou com nosso presente de conquistas, temos ciência de quão desafiador será nosso futuro. E neste caminho ao progresso, poderemos sempre conta com o trabalho da AMMVI.

Fernando Tomaselli
Presidente da AMMVI
Prefeito de Rio dos Cedros





AMMVI

AMMVI
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

- Apiúna
- Ascurra
- Benedito Novo
- Blumenau
- Botuverá
- Brusque
- Doutor Pedrinho
- Gaspar
- Guabiruba
- Indaial
- Pomerode
- Rio dos Cedros
- Rodeio
- Timbó

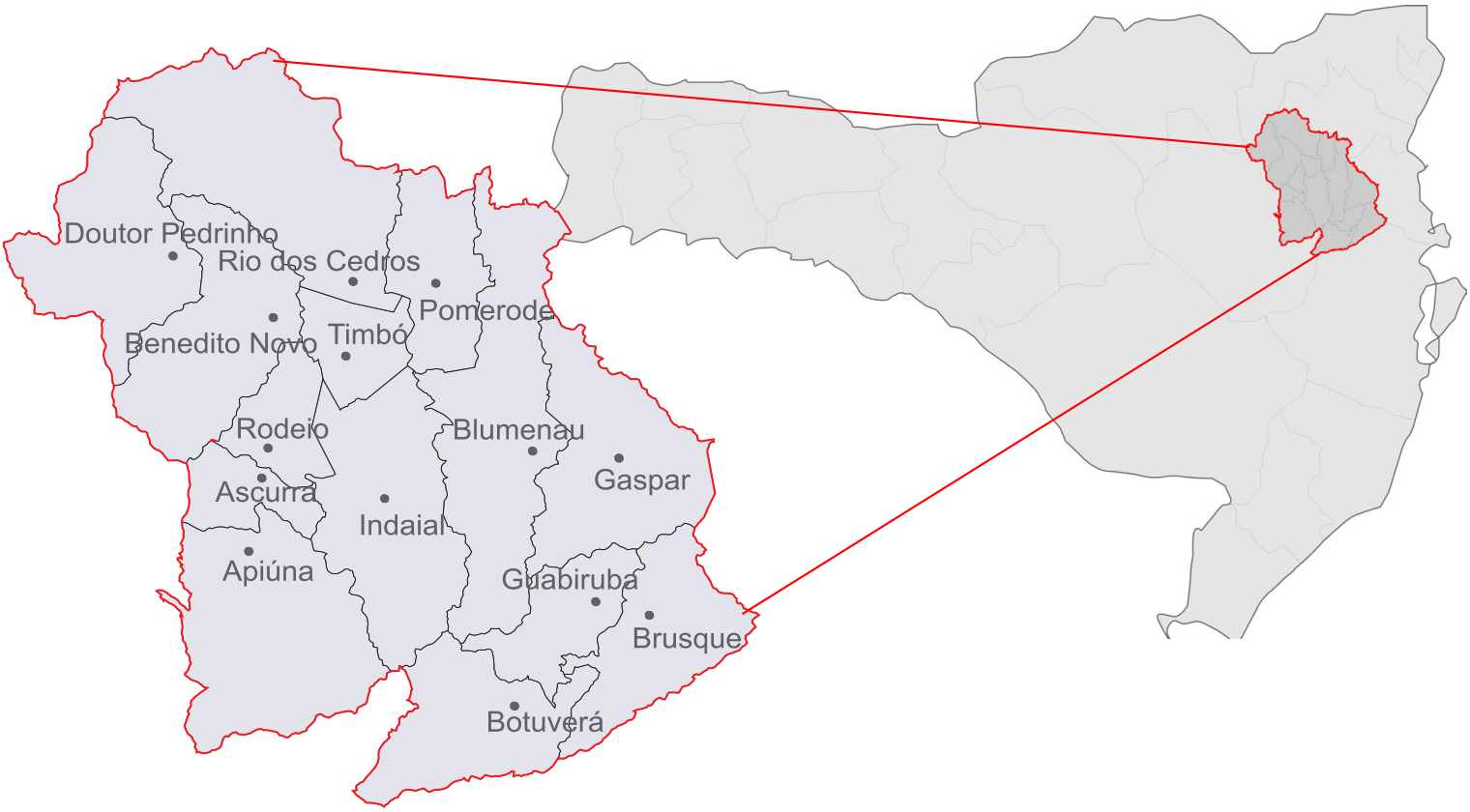
Fundada em 1969, a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI) é uma entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, independente e apartidária, com o objetivo de fortalecer a autonomia dos municípios do Médio Vale.

Ao longo destes 47 anos, a AMMVI participou ativamente das questões voltadas ao desenvolvimento regional, tais como a duplicação da BR 470, ligações rodoviárias entre municípios, segurança pública, saneamento básico, agricultura familiar, saúde, educação e arrecadação municipal.

A trajetória da AMMVI é marcada pela defesa dos direitos dos municípios, integração e desenvolvimento regional com vistas a uma administração pública moderna e transparente.

Atuando em prol dos 14 municípios do Médio Vale do Itajaí, a AMMVI defende os pleitos municipalistas junto às esferas de governo, órgãos de fiscalização e entidades representativas, buscando promover e assegurar a autonomia municipal.

Como entidade de convergência dos interesses dos municípios associados, a AMMVI proporciona o aperfeiçoamento e a modernização da gestão pública municipal por meio de capacitações, orientações técnicas, assessorias e colegiados.





MISSÃO

Assessorar as administrações públicas municipais nas suas diversas áreas de atuação por meio da prestação de serviços e representatividade político-institucional, promovendo o desenvolvimento regional, a cooperação intermunicipal e a modernização da gestão pública.

VISÃO

Ser reconhecida como referência de Associação de Municípios no apoio e no assessoramento à ampliação da capacidade administrativa, econômica e social dos municípios e na promoção do desenvolvimento regional.

VALORES

- Integração.
- Cooperação.
- Autonomia.
- Comprometimento.
- Transparência.
- Sustentabilidade.
- Moralidade.

ASSEMBLEIA GERAL

As ações da AMMVI são decididas pela Assembleia Geral, que é o órgão soberano com função nominativa e deliberativa. A composição pluripartidária da entidade garante o equilíbrio das forças políticas regionais, que atuam em conjunto para preservar os interesses dos municípios junto às esferas de governo e órgãos de fiscalização e controle.

Prefeitos e Vice-prefeitos

Apiúna	NICANOR MORRO *2º Tesoureiro* Marcelo Doutel da Silva
Ascurra	MOACIR POLIDORO *Membro Suplente do Conselho Fiscal* Aires Rogério Dalfovo
Benedito Novo	JEAN MICHEL GRUNDMANN Dario Tonolli
Blumenau	NAPOLEÃO BERNARDES NETO *Membro Suplente do Conselho Fiscal* Jovino Cardoso Neto
Botuverá	JOSÉ LUIZ COLOMBI Nilo Barni
Brusque	ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO e JOSÉ LUIZ CUNHA
Doutor Pedrinho	HARTWIG PERSUHN *Membro titular do Conselho Fiscal* José Arildo de Castilho
Gaspar	PEDRO CELSO ZUCHI *Membro titular do Conselho Fiscal* Mariluci Deschamps Rosa
Guabiruba	MATIAS KOHLER *Membro titular do Conselho Fiscal* Valmir Zirke
Indaial	SERGIO ALMIR DOS SANTOS *1º Vice-presidente* Mario Withoeft
Pomerode	ROLF NICOLODELLI *1º Tesoureiro* Ricardo Campestrini
Rio dos Cedros	FERNANDO TOMASELLI *Presidente* Marildo Domingos Felippi
Rodeio	PAULO ROBERTO WEISS *2º Vice-presidente* Valcir Ferrari
Timbó	LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR *Membro suplente do Conselho Fiscal* Darcizio Bona

ATUAÇÃO

Organizada em setores de apoio administrativo e técnico, a AMMVI presta serviços aos seus associados, tais como:

- representação dos municípios frente aos órgãos de competência regional, estadual e nacional;
- intermediação do contato entre as administrações municipais e as entidades congêneres em âmbito regional, estadual e nacional;
- orientação e sugestão de questões específicas por meio de suas assessorias;
- promoção de ações de fomento a concretização dos interesses dos municípios;
- assessoria e respaldo técnico a todos os departamentos e secretarias das administrações municipais;
- orientação jurídica e legal em questões relacionadas às administrações municipais e aos seus gestores;
- acompanhamento e realização de defesas de diligência junto aos órgãos competentes;
- acompanhamento e orientação aos municípios referente o movimento econômico e informações socioeconômicas;
- assessoria na elaboração, execução e acompanhamento de projetos de urbanização e engenharia, levantamento e inspeções de campo;
- aperfeiçoamento dos servidores públicos através de capacitações e colegiados setoriais.

EQUIPE TÉCNICA

Com um corpo técnico especializado, a AMMVI municia os gestores e técnicos municipais com orientações para a execução do trabalho diário.

Secretaria Executiva e Assessoria Contábil e Orçamentária

José Rafael Corrêa
Secretário Executivo e Assessor Contábil
rafael@ammvi.org.br

Apoio Administrativo

Assessoria de Comunicação

Michele Prada
Assessora de Relações Públicas
comunicacao@ammvi.org.br

Secretaria Geral

Beatriz Padilha
Auxiliar Administrativa
beatriz@ammvi.org.br

Financeiro e Contábil, Operacional e de Controle

Valdete Korz Marques
Contadora
valdete@ammvi.org.br

Sabrina Furlani
Agente de Controle Interno
sabrina@ammvi.org.br

Larissa Umbelino
Auxiliar Administrativa
larissa@ammvi.org.br

Nair Teodoro Machado de Mello
Auxiliar Contábil
nair@ammvi.org.br

Cassia da Paz de Paula Sturmer
Estagiária
cassia@ammvi.org.br

Daniela dos Santos Prim
Estagiária
daniela@ammvi.org.br

Assessoria de Informática

Ricardo Sorroche
Técnico de Apoio ao Usuário de Informática
ricardo@ammvi.org.br

Wagner Carlos dos Passos Amorim
Estagiário
wagner@ammvi.org.br

Apoio Técnico

Assessoria Econômica e Fazendária

Célio Francisco Simão
Assessor Econômico
celio@ammvi.org.br

Mônica Flissak
Estagiária
monica@ammvi.org.br

Assessoria Jurídica

Luiz Claudio Kades
Assessor Jurídico
kades.adv@ammvi.org.br

Alexandre Carvalho Brigido
Advogado
alexandre@ammvi.org.br

Thayana Leticia Seibt
Estagiária
thayana@ammvi.org.br

Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia

Richard Buchinski
Arquiteto e Urbanista
richard@ammvi.org.br

Anísio Fantini
Engenheiro Civil
anisio@ammvi.org.br

Vanessa Cristina de Souza
Engenheira Civil
vanessa@ammvi.org.br

Isadora Reis
Arquiteta e Urbanista
isadora@ammvi.org.br

Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente

Simone Gomes
Assessora de Saneamento e Meio Ambiente
simone@ammvi.org.br

Dominique Carinie Kulkys Ilha
Técnica de Saneamento e Controle Ambiental
dominique@ammvi.org.br

Marina dos Santos Hoffmann
Estagiária
marina@ammvi.org.br







SECRETARIA EXECUTIVA



SECRETARIA EXECUTIVA

A Secretaria Executiva luta pelo fortalecimento dos municípios, por sua independência financeira, autonomia política e viabilidade administrativa. Para tanto, fomenta ações da AMMVI que, em conjunto com a Federação Catarinense de Municípios (Fecam), a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e as demais Associações de Municípios de Santa Catarina, forma um movimento municipalista forte e que tem colecionado importantes conquistas aos municípios.

Esta área da AMMVI estabelece ainda diretrizes para o encaminhamento das deliberações aprovadas pela Assembleia Geral de Prefeitos; administra as atividades a serem desempenhadas pela equipe técnica e administrativa, definindo e orientando as prioridades e avaliando junto aos colaboradores o encaminhamento das ações; representa oficialmente a entidade; determina a prestação de assessoria técnica aos municípios; postula junto aos órgãos públicos e privados ações de interesse dos associados, além de outras funções explicitadas no Estatuto Social da entidade.

Dentre as inúmeras ações articuladas pela Secretaria Executiva no ano de 2016, pode-se destacar a promoção de reuniões na busca da regularização dos repasses de recursos estaduais e federais, com ênfase nas políticas públicas de Saúde, Educação e Assistência Social; a conjugação de esforços de prefeitos e lideranças empresarias junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para a manutenção das rodovias e duplicação da BR-470.

A Secretaria Executiva acompanhou também, junto ao Legislativo Federal, as votações de matérias cujo impacto recaia sobre a Administração Pública, como também a articulação e a mobilização de movimentos em favor dos municípios.

ARTICULAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Estado promete regularizar os pagamentos na saúde pública

Em reunião com prefeitos da AMMVI no dia 8 de março, em Florianópolis, o secretário de Estado da Saúde, João Paulo Kleinübing, firmou o compromisso de manter a regularidade nos repasses dos recursos de cofinanciamento da saúde pública.

Liderados pelo presidente da AMMVI e prefeito de Rio dos Cedros, Fernando Tomaselli, os prefeitos apresentaram outras demandas na área da saúde para a região, dentre elas, garantia das transferências aos municípios, ampliação de recursos aos hospitais da região e repasse do auxílio da média e alta complexidade (MAC).

A reunião aconteceu na secretaria de Estado da Casa Civil e contou com a presença do secretário executivo da AMMVI, José Rafael Corrêa; dos prefeitos de Apiúna e Pomerode; dos secretários de Estado da Casa Civil e da Saúde; e do diretor executivo da Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau.



Ato solene marca entrega da Penitenciária Industrial de Blumenau

"Este é um marco histórico, é a virada de página de uma triste história". Com estas palavras, o prefeito de Blumenau, Napoleão Bernardes, iniciou seu discurso na solenidade de entrega da Penitenciária Industrial de Blumenau, na manhã de 27 de janeiro.

Na ocasião, o prefeito lembrou que o tema pautou o trabalho da AMMVI nos últimos anos que, em conjunto com outras entidades, uniu forças para pleitear junto ao Estado mudanças para o cenário desolador do atual presídio regional.

A nova penitenciária terá capacidade para 599 apenados, divididos em quatro alas de celas em uma área construída de 8,6 mil metros quadrados. O espaço inclui área de saúde, educação e instalação de empresas que empregarão apenados, além do espaço de vivência dos reeducandos, com áreas de banho de sol, espaço para visita familiar e atendimento dos advogados.





Colegiados recebem orientações sobre condutas vedadas em ano eleitoral

Prefeitos, secretários e técnicos municipais que atuam nas áreas contábil, jurídica, recursos humanos e finanças, participaram na manhã de 4 de março, de reunião conjunta para discutir sobre as condutas vedadas em ano eleitoral e encerramento de mandato.

Na ocasião, o advogado Marcos Fey Probst repassou as principais vedações da Lei Eleitoral, alertando para alguns cuidados que os administradores públicos devem manter este ano, a fim de evitar eventuais punições e processos por improbidade administrativa.



AMMVI sugere manual de comportamento dos agentes públicos em ano eleitoral

Em 2016 aconteceram as eleições municipais no Brasil, em que os eleitores brasileiros votaram nos candidatos à gestão do município, elegendo os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo. Diante deste cenário ímpar, onde se exige dos agentes públicos especial atenção em relação às condutas exigidas e vedadas no período do pleito, a assessoria jurídica da AMMVI elaborou uma minuta de decreto contendo um Manual de Comportamento para aplicação aos agentes públicos da Administração Municipal neste ano eleitoral.

O Manual de Comportamento traz, com base na Lei Federal nº 9504/97, as condutas vedadas aos agentes públicos na campanha eleitoral deste ano. Dentre elas estão normas relacionadas ao uso de bens móveis e imóveis, utilização de materiais e serviços, cessão de servidores, uso promocional de programas sociais, transferência voluntária de recursos,

publicidade institucional e contratação de shows para inaugurações.

Além disso, o documento normatiza a aplicação da Lei Federal para os avanços tecnológicos e as diretrizes para as condutas dos agentes públicos, como também apresenta o calendário eleitoral.



Em reunião com prefeitos, Grubba anuncia Guarnição Especial em Indaial

Prefeitos da AMMVI se reuniram com o secretário de Estado da Segurança Pública (SSP), César Augusto Grubba, no dia 23 de fevereiro, para cobrar respostas às reinvindicações apresentadas ano passado. Liderados pelo presidente da entidade, Fernando Tomaselli, prefeito de Rio dos Cedros, os gestores pediram melhor distribuição de efetivos e construção de novos quartéis na região.

Na ocasião, Grubba anunciou que a Companhia da Polícia Militar de Indaial será transformada em Guarnição Especial e que terá duas Companhias: a primeira, com sede em Indaial, ficará responsável em atender os municípios de Ascurra, Apiúna e Rodeio, além da própria sede. Já a Segunda Companhia, sediada em Timbó, atenderá também aos municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Pomerode e Rio dos Cedros.

Sobre a recomposição dos efetivos policiais na região, o secretário lembrou que isso só será possível após a formatura de novos servidores da Segurança Pública. A previsão é que sejam nomeados 658 soldados na Polícia Militar, 420 agentes na Polícia Civil e 66 delegados até 1º de junho.

Os prefeitos solicitaram ainda a instalação de câmeras de segurança em mais municípios da região. Segundo Grubba, a intenção da SSP é inaugurar os sistemas de monitoramento em Pomerode e Rio dos Cedros na próxima semana, e em Guabiruba na primeira quinzena de março.

Participaram da audiência com Grubba o Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Paulo Henrique Hemm, os prefeitos Hartwig Persuhn (Doutor Pedrinho), Rolf Nicolodelli (Pomerode), Sérgio Almir dos Santos (Indaial), Fernando Tomaselli (Rio dos Cedros) e o secretário executivo da AMMVI, José Rafael Corrêa.



Executivos das Associações dão prosseguimento ao planejamento das entidades municipalistas

Executivos de Associações de Municípios de todo o estado se reuniram em 2016 para reuniões de planejamento e discussão de temáticas relacionadas aos municípios catarinenses.

A agenda para o ano apontou ações para: fechamento de mandato; XIV Congresso Catarinense de Municípios; aspectos operacionais e legais da Instrução Normativa nº 20; instrumentos de comunicação interna e externa e reestruturar o modelo de atuação dos colegiados setoriais e grupos de trabalho; Manual de Gestão de Pessoas a ser utilizado pelas entidades municipalistas de Santa Catarina; Rede Regional do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDEMS) para retomar o projeto de desenvolvimento regional integrado; análise sobre situação econômica de Santa Catarina e perspectivas de arrecadação.







Conselho Político da Fecam e Secretário de Estado da Fazenda debatem sobre a situação econômica de Santa Catarina

O Conselho Político da Fecam reuniu-se no dia 23 de fevereiro para deliberar assuntos e ações em defesa dos municípios. Pela manhã, o grupo recebeu o secretário de Estado da Fazenda, Antônio Gavazzoni, que explanou sobre a situação econômica de Santa Catarina e perspectivas de arrecadação.

O panorama apresentado pelo secretário é muito parecido com os dados que a Federação possui sobre os municípios. Ele mostrou que em 2015 a variação da arrecadação tributária acumulada foi de 5,40% em dezembro, enquanto a inflação chegou a 10,48%. Segundo os dados apresentados pelo secretário a variação da arrecadação já ficou abaixo da inflação a partir de fevereiro.

Gavazzoni apontou que a estimativa de crescimento da arrecadação é de cerca de 1% nominal o que leva a uma perda real de cerca de 8%. Na ocasião, a AMMVI esteve representada pelo presidente da entidade e prefeito de Rio dos Cedros, Fernando Tomaselli. Os prefeitos de Indaial, Sergio Almir dos Santos, e o prefeito de Doutor Pedrinho, Hartwig Persuhn, também participaram da reunião.



Prefeitos querem manter o diálogo com o Estado sobre o transporte escolar

Os prefeitos que participaram da reunião do Conselho Político da Fecam, no dia 5 de abril, mostraram-se indignados com a ausência dos representantes do governo do Estado ao encontro. A Federação fez o convite às secretarias de Estado da Casa Civil, Educação e Fazenda para debater sobre a necessidade de reajuste ao transporte escolar, no entanto, ninguém compareceu à reunião. Foi acordado o envio de uma manifestação da Fecam pela ausência do Estado.

Conquista: Governador sanciona lei que isenta municípios da taxa ambiental de cascalheiras

Mais uma luta vencida pelo movimento municipalista catarinense. Os municípios do estado passarão a ser isentos das taxas ambientais referentes às etapas do licenciamento ambiental na extração da lavra a céu aberto por escavação, quando para utilização própria nos serviços de manutenção e obras de melhorias no sistema rodoviário municipal, a partir da Lei nº 16.896, de 16 de março de 2016.

Até então as prefeituras tinham de desembolsar R$ 1.868,10 pela Licença Prévia (LAP), mais R$ 4.647,19 Licença de Instalação (LAI) e outros R$ 9.294,48 pela Licença de Operação (LAO). Por cada jazida a prefeitura tinha um custo de R$ 15.809,77 só das taxas da Fatma, que somado a outras despesas, saltaria para quase R$ 50 mil.

Desde 2014, por solicitação dos municípios e das associações dos municípios, a Fecam tinha pleiteando junto ao Estado a isenção de taxas referentes aos cemitérios públicos e cascalheiras de responsabilidade do poder público municipal. Nesse período a Federação solicitou a reconsideração das taxas ambientais, tornando viável a regulamentação das atividades mantidas pelos municípios.

A Lei nº 16.896, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 18 de março, altera a Lei nº 14.262 de 2007, acrescentando um parágrafo único ao seu Art. 4º. O projeto, de autoria do deputado estadual José Nei Ascari, já havia sido aprovado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina no início do mês.

AMMVI cobra ações de controle de cheias da Defesa Civil estadual

Na tarde do dia 28 de março, o presidente da AMMVI, Fernando Tomaselli, prefeito de Rio dos Cedros, se reuniu com o secretário de Estado da Defesa Civil, Milton Hobus, para acompanhar o andamento das ações de contenção de cheias na região.

Na ocasião, o presidente tratou do planejamento de estruturação do Estado para o enfrentamento e a mitigação de desastres naturais, o andamento das obras e ações na Bacia do Rio Itajaí, os projetos em andamento no Médio Vale e demais assuntos relacionados à área.

O secretário Hobus reforçou que o controle de cheias e o sistema de alerta vão se mantiver centralizado no Estado, mas que o Ceops será procurado para analisar a forma de integração do Centro ao sistema estadual. Aos demais questionamentos da AMMVI, a secretaria de Estado deve enviar resposta oficial nos próximos dias.

Participaram ainda da reunião o secretário executivo da AMMVI, José Rafael Corrêa e o secretário executivo de Desenvolvimento Regional de Blumenau, Cássio Quadros.

Duplicação da BR 470 segue sem avanços

Preocupados com a morosidade das obras de duplicação da rodovia BR-470, o presidente da Associação AMMVI e prefeito de Rio dos Cedros, Fernando Tomaselli e o prefeito de Gaspar, Pedro Celso Zuchi, reuniram-se no dia 29 de março com o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) regional de Santa Catarina, Vissilar Pretto, em Florianópolis.

Durante a reunião, os prefeitos cobraram as medidas que estão sendo tomadas para o andamento da obra e o processo de concessão da rodovia. Reivindicaram ainda que o Dnit priorize a construção de viadutos nos acessos às cidades de Blumenau, Gaspar, Indaial e Pomerode.

O superintendente reconheceu que o andamento da obra está aquém do desejado, porém o cenário é de lentidão em função dos recursos disponíveis em caixa, que são insuficientes para dar andamento a todas as frentes de trabalho. Além disso, segundo o superintendente, os processos de desapropriações e a falta de recursos para as indenizações impedem a evolução da obra.

Sobre a concessão da rodovia, Pretto disse que o processo está em andamento e que até o fim do primeiro semestre já se deve ter finalizada a primeira etapa com a apresentação de propostas do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). Segundo ele, a previsão é que os trechos um (Navegantes - Ilhota) e dois (Ilhota - Gaspar) sejam construídos mais rápidos, já que nos demais o número de indenizações atrapalha a obra pela ausência de recursos.



Prefeitos participam de Congresso Catarinense de Municípios

Prefeitos e técnicos municipais do Médio Vale do Itajaí participam de 15 a 17 de março do XIV Congresso Catarinense de Municípios, em Joinville. Nesta edição, o tema central é condutas vedadas e encerramento de mandato.

Com a programação voltada para prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários, assessores e técnicos municipais, o congresso traz para discussão os anseios municipalistas, buscando o aperfeiçoamento da gestão municipal e o desenvolvimento local.

Paralelo ao Congresso, foi realizada a XII edição da ExpoFecam, que apresentou produtos, serviços e tecnologias para os Municípios e o 12º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais.





Prefeitos do Médio Vale vão a Brasília para defender municípios

Liderados pelo presidente da AMMVI e prefeito de Rio dos Cedros, Fernando Tomaselli, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e secretários municipais da região desembarcaram na capital federal no dia 9 de maio para se juntar a outros milhares de municipalistas na XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. A comitiva da AMMVI foi composta pelos prefeitos de Botuverá, Doutor Pedrinho, Gaspar, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

Na ocasião, os prefeitos brasileiros mostraram as dificuldades enfrentadas pelos municípios e reivindicaram ações pela revisão do Pacto Federativo. O pleito de Santa Catarina é para que cada Ente federativo cumpra com suas obrigações, não mais onerando os cofres municipais com programas que não são de sua competência. Os prefeitos pediram o aumento das transferências constitucionais permanentes para que os municípios não dependam mais de receitas sazonais de emendas parlamentares, convênios ou programas que geram aumento de despesas com custeio dos municípios.

A Marcha, promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), teve ainda palestras e debates sobre desafios de final de mandato, saúde, agricultura, educação, contabilidade, turismo, saneamento e meio ambiente, planejamento territorial, defesa civil, mobilidade, previdência e finanças. O evento encerrou no dia 12 de maio com a leitura da Carta da Marcha.







Deputados recebem manifesto de socorro aos Municípios

Que cada ente federado cumpra com suas responsabilidades. Este foi o principal recado dado pelos prefeitos aos deputados federais durante reunião com a Bancada Parlamentar Catarinense, realizada no dia 2 de maio, na Assembleia Legislativa, em Florianópolis.

Com um manifesto em mãos denominado "Os Municípios pedem socorro", os prefeitos cobraram maior efetividade dos parlamentares na defesa dos municípios e apoio na votação de matérias que possam contribuir com o desenvolvimento dos entes municipais.

O manifesto entregue aos deputados aponta que entre 2013 e 2015 os municípios catarinenses tiveram queda real acumulada da receita corrente líquida de 3,58% e o aumento das despesas em 4,08%. Além disso, os gestores enfrentam as incertezas e defasagens nas transferências federais e estaduais.

De um lado os municípios estão sofrendo os efeitos da desaceleração econômica do Brasil, com perdas que chegam a mais de R$ 743 milhões apenas nas principais transferências constitucionais, por outro, os prefeitos presentes apontaram diversas políticas públicas que estão sendo bancadas pelos municípios mesmo não sendo da atribuição destes entes.

Durante a mobilização, os prefeitos pleiteiam ainda o engajamento dos parlamentares na luta pelo aumento dos percentuais de partilha das transferências constitucionais, que atualmente a menor fatia fica com os municípios. Pediram ainda a partilha mais justa das receitas tributárias e o fim de convênios ou programas que geram aumento de despesas com custeio e contrapartida dos municípios.

A reunião contou com a presença de representantes das 21 Associações de Municípios de Santa Catarina, da maioria da Bancada Catarinense no Congresso Nacional, representantes da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e da Confederação Nacional de Municípios (CNM).





Aproximação entre Ministério Público e Municípios será intensificada

Após reunião com a Bancada Parlamentar Catarinense, a comitiva formada por prefeitos de todas as Associações de Municípios de Santa Catarina e pela diretoria da Fecam esteve reunida, no dia 2 de maio, com o procurador-geral de justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Sandro José Neiss, e coordenadores dos Centros de Apoio do MP.

A prefeita de São Cristóvão do Sul e presidente da Fecam, Sisi Blind, entregou

ao procurador-geral, em nome dos demais prefeitos, o Manifesto em Defesa dos Municípios Catarinenses. Os prefeitos pedem a aproximação com o Ministério Público e que o diálogo entre promotores de justiça e prefeitos seja contínuo.

A presidente pediu apoio do Ministério Público na orientação de como agir em um momento em que as contas precisam ser fechadas e há atrasos de programas dos governos federais e estaduais.

Os gestores expuseram que foi tomada uma série de medidas, como cortes de cargos comissionados, diminuição de salários de prefeitos e secretários, levando em consideração o esforço em não deixar a crise afetar os serviços essenciais aos cidadãos. Mesmo assim, os Municípios estão enfrentando dificuldades em cumprir certos aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal em um momento de crise econômica, com queda de receitas, aumento de responsabilidades e necessidade de bancar atribuições que não são de sua competência.



AMMVI e Furb prorrogam convênio para manutenção da rede de monitoramento hidrometeorológico

A AMMVI e a Universidade Regional de Blumenau (Furb) assinaram a prorrogação do convênio de cooperação para manutenção da rede de monitoramento hidrometeorológico da bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu, operada pelo Centro de Operação do Sistema de Alerta (Ceops).

Pelo documento, o prazo de vigência do contrato fica estendido até 31 de dezembro de 2016. O convênio prevê o repasse pela Associação do valor mensal de R$ 5 mil. Para o presidente da AMMVI e prefeito de Rio dos Cedros, Fernando Tomaselli, é importante que o serviço do Ceops aos municípios seja mantido, pois os relatórios geram análises confiantes sobre a medição e o nível do rio, dando suporte na tomada de decisão.

Com este valor, o Ceops garante a manutenção das 17 estações instaladas no Médio e Alto Vale do Itajaí. São elas que medem em tempo real o nível dos principais rios da região e a quantidade de chuva. Com os dados e a experiência dos técnicos do Ceops é possível fazer as previsões que ditam o trabalho de toda a comunidade relacionado à prevenção em caso de enchentes.

Prefeitos se mobilizam contra suspensão das cirurgias eletivas



Reunidos na tarde de 19 de maio para a assembleia geral da AMMVI, os prefeitos manifestaram repúdio à ação do Estado de suspender a campanha de cirurgias eletivas e do aparelho da visão. Sem os mutirões, o cidadão ficará mais tempo na fila de espera, pois as cirurgias eletivas não são consideradas de emergência.

Preocupados com o impacto que a medida vai causar na assistência à saúde pública e à manutenção de muitos hospitais de pequeno porte na região, os prefeitos deliberaram por mobilizar lideranças políticas para buscar novas tratativas com o governo estadual. O mutirão incentivou hospitais de menor porte a absorverem essas cirurgias, contratando profissionais, otimizando leitos e aumentando a receita.

A presidente da Comissão Intergestores Regional (CIR), Karim Denise Viviani, secretária de Saúde de Doutor Pedrinho, explicou que

os Municípios já utilizaram as cotas para cirurgias liberadas até junho. A secretária de Saúde disse que também cabe ao Ministério da Saúde a responsabilização por esta atitude, pois o governo federal suspendeu a campanha de cirurgias em agosto do ano passado, quando então o Estado assumiu essa responsabilidade.

A fim de evitar a judicialização dos procedimentos, os prefeitos buscarão ainda que o governo estadual leve em consideração a série histórica de cada município, pois a partir de tais números houve a contratação de profissionais para a realização dos mutirões.



AMMVI recebe Seminário Unindo Forças

Na manhã de 15 de julho, a AMMVI sediou o Seminário Unindo Forças, promovido pelo Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC). O encontro reuniu mais de 80 pessoas, dentre elas prefeitos, secretários, técnicos municipais e promotores de justiça.

O Seminário é uma das ações do Programa Unindo Forças - Fortalecimento dos Controles Internos Municipais, criado pelo MP/SC com o intuito de prevenir ilícitos administrativos e combater a corrupção, por meio do fortalecimento das estruturas de controle interno municipais e do aprimoramento da atuação do Ministério Público. O evento apresentou o programa e as perspectivas para o fortalecimento dos controles internos das prefeituras municipais no Estado.

Secretário-executivo da AMMVI fala sobre fiscalização e controle externo em Congresso Brasileiro de Consórcios Intermunicipais

O secretário-executivo da AMMVI, José Rafael Côrrea, participou do painel sobre Fiscalização e Controle Externo dos Consórcios Públicos, no III Congresso Brasileiro de Consórcios Intermunicipais, que ocorre nos dias 13 e 14 de julho, em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.

O secretário fez um alerta sobre a importância do controle e da transparência dos consórcios. O exemplo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí (Cisamvi) foi usado durante a palestra, pois o órgão possui um Portal da Lei de Acesso à Informação onde qualquer pessoa pode ter acesso aos dados de prestação de contas e ainda solicitar informações via internet.

Em Santa Catarina, a discussão sobre a padronização dos consórcios públicos já perdura por alguns anos e está em construção, porém bastante adiantado. Desde 2015, os consórcios existentes no estado encaminham suas informações contábeis e orçamentarias via e-sfinge para o Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Prefeitos catarinenses estabelecem estratégias para garantir os direitos constitucionais dos Municípios

O Governo do Estado vai suspender a prática de doações que não consideram a cota-parte de 25% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Esta foi a afirmação do secretário de Estado da Casa Civil, Nelson Serpa, durante a assembleia geral de prefeitos da Fecam, realizada na tarde de 4 de julho, em Florianópolis.

Mesmo reiterando que a ação era permitida por resolução do Conselho Nacional de Políticas Fazendárias (Confaz), o secretário se referiu às ressalvas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE) sobre as contas do governo estadual de 2015, que aponta que recursos tributários podem ter entrado no Fundo como doação, não sendo partilhado com os Municípios conforme determina a Constituição.

A assembleia, liderada pela presidente da Fecam e prefeita de Camboriú, Luzia Coppi Mathias, tratou ainda de questões como o atraso dos repasses de recursos do Estado e da União para os municípios. Na ocasião, os prefeitos solicitaram que os governos estadual e federal regularizem o repasse dos valores pactuados, principalmente nas áreas da saúde, educação e assistência social. Segundo estudo da Federação, o montante do atraso do Estado aos municípios catarinenses chega a R$ 105 milhões. Já a União deve R$ 59 milhões aos municípios só na área da saúde.

Com relação à matéria que tramita na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), referente à criação de um Fundo para alocar recursos de sobra orçamentária dos poderes para atender os hospitais filantrópicos do estado, os prefeitos deliberaram pela defesa da alocação deste recurso no Fundo Estadual de Saúde. A Fecam encaminhará oficio à Alesc sugerindo a alteração.

O presidente da AMMVI e prefeito de Rio dos Cedros, Fernando Tomaselli, ressaltou que a entidade também está acompanhando o atraso nos repasses e cobrando do Estado e da União solução para este conflito. Participaram ainda da assembleia os prefeitos de Doutor Pedrinho e Gaspar.



Municípios da AMMVI entregam pleitos ao ministro da Saúde

Em passagem por Santa Catarina no dia 27 de junho, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, reuniu-se com prefeitos e secretários municipais da área para ouvir as dificuldades enfrentadas pelos municípios na saúde pública. O tema foi abordado durante encontro na sede da Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (Amunesc), em Joinville.

Na ocasião, a secretária de Saúde de Blumenau, Maria Regina de Souza Soar, protocolou ofício da AMMVI com reivindicações consideradas emergenciais para continuar com os serviços prestados aos cidadãos. Conforme ela, dentre os pleitos está o pedido de compromisso da União de executar mensalmente os repasses financeiros dos programas federais.

No documento entregue ao ministro, está ainda a atualização emergencial da tabela dos serviços e procedimentos prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o reajuste do valor per capita do Piso de Atenção Básica, a construção de uma Política de Assistência Hospitalar com atualização de recursos para o custeio dos hospitais filantrópicos e, por fim, a garantia de recursos para a campanha de cirurgias eletivas e do aparelho da visão.

Durante o encontro, a secretária Maria Regina representou ainda o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina (Cosems), momento em que também entregou documento ao ministro Barros solicitando apoio e atitudes no sentido de melhorar a real situação que atravessa o SUS.



Dissertação em universidade alemã propõe modelo de sistema de taxa de lixo no Médio Vale do Itajaí

Análise e otimização de sistemas de taxa de lixo na região do Médio Vale do Itajaí no Brasil. Este foi o tema da dissertação de mestrado defendida pela estudante alemã Annika Burckhardt, no programa de pós-graduação stricto sensu em Engenharia Ambiental pela Universidade de Rostock, Alemanha.

Para desenvolver o tema, Annika permaneceu no Médio Vale de janeiro a maio de 2015, onde realizou o levantamento de informações necessárias através de visitas nos 14 municípios. Durante todo o período, a então

estudante de mestrado aprofundou seus estudos concomitante ao trabalho da AMMVI e participou de atividades desenvolvidas nas prefeituras.

Conforme a assessora de Saneamento e Meio Ambiente da AMMVI, Simone Gomes, o trabalho para análise, discussão e modelagem para cobrança do tratamento dos resíduos sólidos da região faz parte de um convênio assinado entre a AMMVI, o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (Cimvi), a Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí (Agir) e a empresa alemã BN UMwelt.

A tese apresentada por Annika aborda que a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos sob responsabilidade dos municípios, conforme dita a Política Nacional de Resíduos Sólidos, não ocorreu na sua totalidade devido à falta de recursos financeiros e apoio no financiamento. Durante a pesquisa do tema na região, "os municípios relataram sobre os déficits que possuem devido a taxa de cobrança ser tão baixa e não expressar o custo real necessário para a gestão dos resíduos", elucida Simone.

Annika explica que o estudo objetivou desenvolver modelos para a cobertura de custos, assim como de uma taxa de lixo socialmente justa. Para isso, foram estudadas a base jurídica, a estrutura organizacional e as despesas decorrentes nos municípios da AMMVI. Com tais dados, foi desenvolvida uma proposta de taxa composta de duas partes: taxa base e taxa adicional.

Conforme o estudo, a taxa proposta prevê o princípio do poluidor pagador, sendo desenvolvida com base no volume de resíduos produzidos. Já o sistema de cobrança também foi estabelecido possibilitando desconto nos valores para aqueles que separarem os resíduos recicláveis e entregarem em pontos de coletas específicos, motivando dessa forma, a separação e a redução de desperdícios.

O resultado deste estudo e o modelo proposto na dissertação serão apresentados durante um workshop a ser realizado na AMMVI entre técnicos municipais, prefeitos e empresários alemães.

AMMVI promove encontro com prefeitos eleitos

Prefeitos e vice-prefeitos eleitos para comandar os municípios nos próximos quatro anos se reuniram nos dias 18 de novembro e 1º de dezembro, na sede da AMMVI. Os encontros apresentaram aos novos gestores o trabalho da entidade e dos consórcios públicos da região, desafios futuros, análise financeira dos municípios, convênios e contratos dos municípios com a Caixa Econômica Federal e serviços da Fecam.





Prefeitos eleitos se reúnem com bancada catarinense

A Fecam promoveu, no dia 8 de novembro, o primeiro encontro dos futuros prefeitos, eleitos em outubro deste ano, com a Bancada Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional. O encontro ocorreu durante a programação do Seminário Novos Gestores, promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Na reunião, a presidente da Fecam e prefeita de Camboriú, Luzia Coppi Mathias, entregou ao senador Dalírio Beber, presidente do

Fórum Parlamentar Catarinense, um pedido de apoio para as pautas municipalistas que tramitam no Congresso Nacional.

O documento solicitou também apoio da Bancada Catarinense para que busque junto ao governo federal providências referentes aos atrasos nos programas da saúde, que já ultrapassam os R$ 80 milhões.

Atuação municipalista promoveu repasse de R$ 447 bi às prefeituras

As lutas municipalistas resultaram em repasse de R$ 447 bilhões aos cofres municipais, nos últimos 18 anos. Isso foi o que mostrou o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, feita aos milhares de gestores do Sul, no dia 7 de novembro. Por conta da renovação ocorrida no processo eleitoral deste ano, Ziulkoski mostrou a estrutura organizacional do movimento municipalista, desde as prefeituras à representação dos governos locais brasileiros no cenário internacional.

O presidente da CNM recomendou que os gestores se organizem para vivenciar experiências internacionais. Segundo ele, pesquisa da entidade, apontou que apenas 45 municípios de todo o país contam com estrutura internacional, mas aqueles que desejam buscar conhecimentos nessa área de atuação podem contar com apoio da entidade.

Ao mostrar a expansão da arrecadação, o presidente também relatou que o Imposto Sobre Serviços (ISS) é o maior tributo que as prefeituras arrecadam, e em 2002 ele propôs ao Executivo Federal a modificação da lei que tratava deste imposto, até então regido por uma legislação de 1968, da época da ditadura. Ainda segundo ele, em 2002 foi aprovado um projeto que acrescia o item do pedágio na lei.



Prefeitos eleitos do Médio Vale participam de Seminário, em Brasília

Engajar os prefeitos eleitos ao movimento municipalista e orientá-los sobre decisões que devem ser tomadas no início de gestão. Estes foram os objetivos do Seminário Novos Gestores, promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), de 7 a 9 de novembro, em Brasília. Na ocasião, o Médio Vale do Itajaí esteve representado pelos prefeitos eleitos de Apiúna, Ascurra, Botuverá, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

Durante os três dias de evento, os eleitos identificaram tensões e possibilidades de cooperação entre os Entes federados, conheceram a rede municipalista e sua atuação nos níveis regional, estadual e nacional.







AMMVI assume vice-presidência do Colegiado de Executivos

Durante reunião dos secretários executivos de Associações de Municípios de Santa Catarina, realizada no dia 1º de novembro, na sede da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi), em Rio do Sul, foi eleita a nova diretoria do Colegiado de Executivos.

A nova gestão terá o secretário executivo da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (Amauc), Roberto Pereira como presidente. A vice-presidência foi assumida pelo secretário executivo da AMMVI, José Rafael Côrrea.



Prefeitos solicitam a regularização das pendências financeiras do Estado com os Municípios

Em assembleia geral da Fecam, realizada no dia 14 de outubro, os prefeitos presentes decidiram pela negociação com o Governo do Estado para que o mesmo devolva os recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que foram encaminhados ao Fundosocial sem a devida partilha com os Municípios.

A proposta dos prefeitos é que pelo menos 50% do recurso apontado pelo TCE/SC como sendo dos Municípios e que ficaram retidos no Fundosocial sejam devolvidos ainda no exercício de 2016 e o restante seja saldado em cronograma a ser definido.

A solicitação foi feita presencialmente ao presidente do Badesc, José Caramori, que representou o Estado durante a assembleia. Os prefeitos destacaram que vivem uma grave crise econômica e a retenção deste recurso que constitucionalmente é de direito do Município acaba agravando a situação.

Vitória municipalista: projeto que altera distribuição do ISS é aprovado no Senado

O Projeto de Lei (PL) que altera a distribuição do Imposto sobre Serviços (ISS) foi votado no dia 14 de dezembro, no Senado Federal, com 63 votos favoráveis e três contrários. As entidades municipalistas comemoram a iniciativa, pois o texto aprovado pelos parlamentares inclui mecanismos importantes para melhorar a arrecadação dos municípios. O texto seguiu para sanção presidencial.

Foram cinco anos de luta junto ao Congresso Nacional para mostrar aos deputados e senadores a necessidade de reformular a distribuição do Imposto. Conforme aponta balanço da CNM sobre a Lei Complementar 116/2013, há uma concentração da receita do ISS nas mãos de poucos municípios, especialmente nos serviços de administração de cartão de crédito e débito, nos serviços de arrendamento mercantil (leasing) e nos planos de saúde.

TÍTULO HONORÍFICO

A AMMVI, em 2016, foi condecorada com o título honorífico e a medalha "Amigo da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina". A entrega da honraria aconteceu durante a solenidade alusiva aos 181 anos da Corporação, no Centro de Ensino da Polícia Militar (CEPM), em Florianópolis.

Esta condecoração foi criada para agradecer pessoas físicas e jurídicas, civis, personalidades e órgãos públicos nacionais ou estrangeiros, militares estaduais e das Forças Armadas que tenham contribuído para o engrandecimento da Polícia Militar de Santa Catarina.

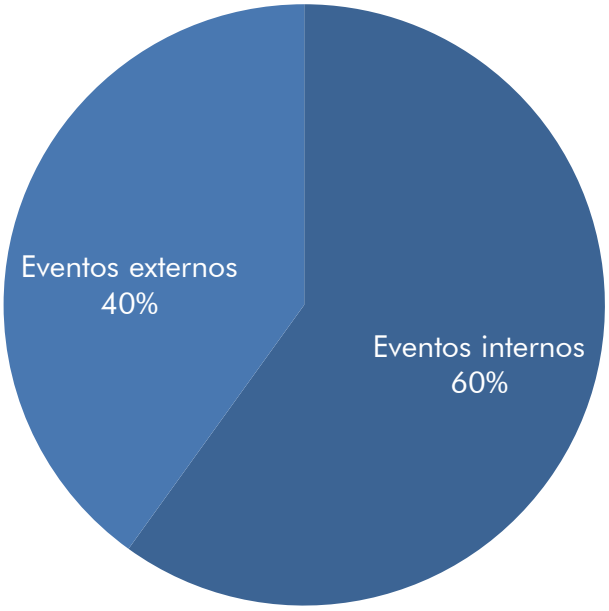


ASSESSORIAS

No gráfico abaixo é demonstrada a quantidade de assessorias internas e externas realizadas em 2016. Foram considerados como eventos internos os atendimentos à técnicos municipais, participações em reuniões colegiadas, assessoria contábil e orçamentária realizadas na sede da AMMVI.

Como eventos externos foram consideradas as assessorias contábeis e orçamentárias realizadas nos municípios, reuniões promovidas em espaço externo à sede da AMMVI, tais como audiências no TCE/SC, na Fecam, reuniões com grupos técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dentre outros.

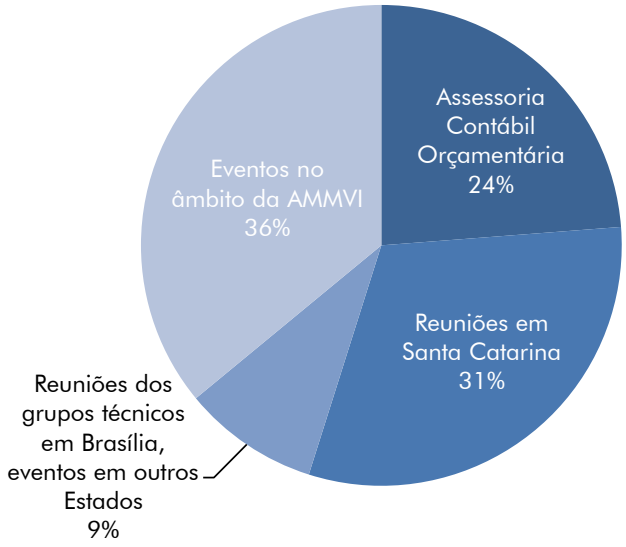
Demonstrativo de Eventos Internos e Externos



Fonte: AMMVI 2016.

No demonstrativo a seguir, os eventos externos foram organizados em quatro grupos: assessorias contábeis e orçamentárias, reuniões ocorridas em Santa Catarina, eventos ocorridos no Distrito Federal e em outros estados, e eventos e/ou assessorias realizados nos municípios associados, com representatividade da Secretaria Executiva (assembleias gerais ordinárias, reunião da Diretoria Executiva, assessorias às prefeituras e autarquias).

Eventos Externos



Fonte: AMMVI 2016.

PARCERIAS

A Secretaria Executiva participou das reuniões, assembleias e mobilizações promovidas pela Fecam e suas entidade coligadas, de forma a unir forças em prol das bandeiras do movimento municipalista.

Além disso, manteve durante o ano parceria com universidades, faculdades, lideranças empresariais, Ministério Público, Tribunal de Contas, consórcios públicos, Secretaria do Tesouro Nacional, entidades municipalistas, instituições e empresas alemãs, Agências de Desenvolvimento Regional, secretarias de Estado, ministérios, como também representantes dos Poderes Executivo e Legislativo federal e estadual.

EVENTOS

Dois mil e dezesseis foi um ano com relevantes mobilizações e manifestações, em que os prefeitos e as entidades municipalistas levaram aos Poderes Executivo e Legislativo federal e estadual suas reivindicações e pediram apoio ao pleito dos municípios.







ARTICULAÇÃO COM PREFEITOS

Em 2016 foram realizadas reuniões com a Diretoria Executiva da AMMVI e oito assembleias gerais com prefeitos, cujas pautas nortearam:

- Condutas vedadas em ano eleitora e encerramento de mandato;
- Planejamento estratégico;
- Saneamento básico;
- Movimento econômico;
- Fiscalização ambiental;
- Agendas institucionais;
- Saúde pública;
- Finanças públicas municipais;
- Lei da Transparência e Lei de Acesso à Informação;
- Controle interno.

A Secretaria Executiva articulou ainda reuniões com os prefeitos eleitos, a fim de repassar algumas orientações para a nova gestão.





PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Durante todo o ano, a Secretaria Executiva coordenou as atividades de planejamento estratégico da AMMVI juntamente com os colaboradores e prefeitos, mantendo atualizada a pauta de reivindicações e tornando a atuação da entidade mais estratégica.

PROJETO

Projetos voltados para a saúde pública, diagnóstico socioambiental, usina de biogás, licenciamento ambiental, sistema de fossa séptica e filtro anaeróbio estavam em execução em 2016, coordenados pela Secretaria Executiva. Tais projetos trarão relevantes resultados aos municípios e na gestão dos recursos públicos.







ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Comunicação compreende as atividades de assessoria de imprensa, publicidade, propaganda, marketing e relações públicas. Todo esse trabalho tem como propósito desenvolver na instituição um elo de comunicação com os Municípios e manter atualizados os agentes políticos sobre informações de interesses da gestão municipal.

As atividades desta Assessoria compreendem a publicação de notícias de interesse dos municípios na mídia local e regional, eventualmente na estadual, e no portal da instituição, acompanhamento e divulgação das ações e atividades da Associação na imprensa regional, produção de releases, entrevistas, artigos, notas e fotos para a mídia, elaboração de material gráfico, produção de boletim eletrônico, vídeos, anúncios e preparação das fontes.

Além disso, estabelece e mantêm relacionamentos com as administrações municipais por meio das atividades de Comunicação Social, colegiados e capacitações, como também coordena o Colegiado de Gestores Municipais de Cultura e secretaria o Colegiado de Secretários Municipais de Educação.

A Ascom presta ainda apoio na redação de documentos institucionais e demais materiais ordenados pela Secretaria Executiva, como também na revisão textual de alguns documentos elaborados pelas assessorias técnicas da entidade. Em 2016 auxiliou as Assessorias de Imprensa das prefeituras e Câmaras no que tange as peculiaridades da Lei Eleitoral.

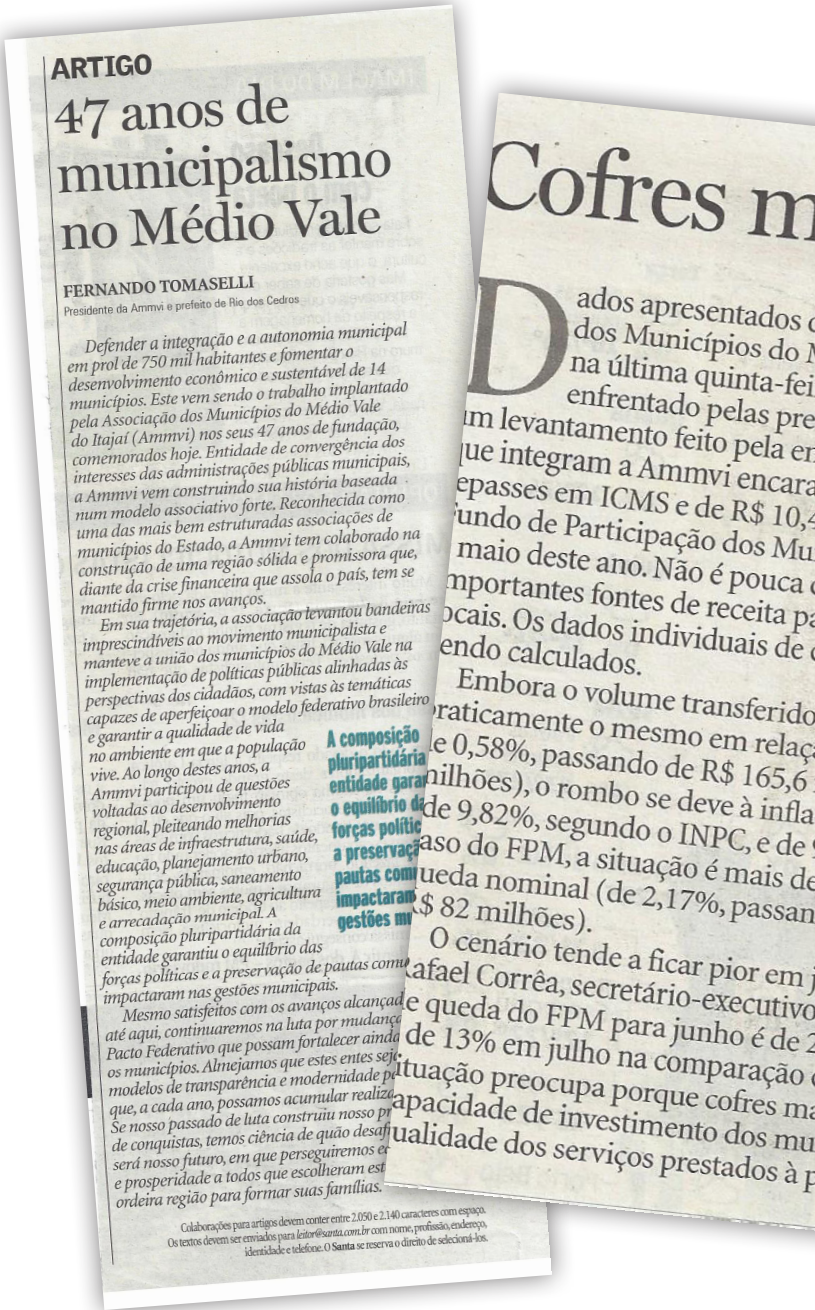
ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Assessoria de Comunicação divulgou na imprensa regional e nas mídias próprias o trabalho da entidade por meio de matérias jornalísticas, o que tem contribuído para o fortalecimento da imagem institucional. Todas as demandas da imprensa foram respondidas com transparência e rapidez.

Neste ano, foram **66** releases, notas e artigos encaminhados à imprensa local. Discussão de temas de interesse dos municípios associados e do movimento municipalista e relacionados ao trabalho da AMMVI também foram destaques em programas jornalísticos de televisão, rádio, jornais impressos e online, mídia social online, sites de entidades congêneres, portais de notícias, blogs e revistas

Clipping

A Assessoria de Comunicação mantém um histórico das notícias da AMMVI relacionadas à entidade que são divulgadas na mídia, constituindo um rico arquivo de clipping impresso, eletrônico e digital. O clipping é enviado, quando necessário, aos prefeitos, colegiados e corpo técnico da entidade.



ARTIGO

47 anos de municipalismo no Médio Vale

FERNANDO TOMASELLI

Presidente da Ammvi e prefeito de Rio dos Cedros

Defender a integração e a autonomia municipal em prol de 750 mil habitantes e fomentar o desenvolvimento econômico e sustentável de 14 municípios. Este vem sendo o trabalho implantado pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi) nos seus 47 anos de fundação, comemorados hoje. Entidade de convergência dos interesses das administrações públicas municipais, a Ammvi vem construindo sua história baseada num modelo associativo forte. Reconhecida como uma das mais bem estruturadas associações de municípios do Estado, a Ammvi tem colaborado na construção de uma região sólida e promissora que, diante da crise financeira que assola o país, tem se mantido firme nos avanços.

Em sua trajetória, a associação levantou bandeiras imprescindíveis ao movimento municipalista e manteve a união dos municípios do Médio Vale na implementação de políticas públicas alinhadas às perspectivas dos cidadãos, com vistas às temáticas capazes de aperfeiçoar o modelo federativo brasileiro e garantir a qualidade de vida no ambiente em que a população vive. Ao longo destes anos, a Ammvi participou de questões voltadas ao desenvolvimento regional, pleiteando melhorias nas áreas de infraestrutura, saúde, educação, planejamento urbano, segurança pública, saneamento básico, meio ambiente, agricultura e arrecadação municipal. A composição pluripartidária da entidade garantiu o equilíbrio das forças políticas e a preservação de pautas comu impactaram nas gestões municipais.

A composição pluripartidária entidade garar o equilíbrio d forças políti a preservaç pautas com impactaram gestões m

Mesmo satisfeitos com os avanços alcançad até aqui, continuaremos na luta por mudanç Pacto Federativo que possam fortalecer ainda os municípios. Almejamos que estes entes seje modelos de transparência e modernidade p que, a cada ano, possamos acumular realiza Se nosso passado de luta construiu nosso pr de conquistas, temos ciência de quão desaf será nosso futuro, em que perseguiremos es e prosperidade a todos que escolheram est ordeira região para formar suas famílias.

Colaborações para artigos devem conter entre 2.050 e 2.140 caracteres com espaço. Os textos devem ser enviados para *leitor@santa.com.br* com nome, profissão, endereço, identidade e telefone. O Santa se reserva o direito de selecioná-los.

Cofres m

Dados apresentados dos Municípios do M na última quinta-fei enfrentado pelas pre um levantamento feito pela en que integram a Ammvi encara epasses em ICMS e de R$ 10,4 undo de Participação dos Mu maio deste ano. Não é pouca mportantes fontes de receita pa ocais. Os dados individuais de endo calculados.

Embora o volume transferido raticamente o mesmo em relaç e 0,58%, passando de R$ 165,6 milhões), o rombo se deve à infla de 9,82%, segundo o INPC, e de aso do FPM, a situação é mais de ueda nominal (de 2,17%, passan $ 82 milhões).

O cenário tende a ficar pior em afael Corrêa, secretário-executivo e queda do FPM para junho é de 2 de 13% em julho na comparação tuação preocupa porque cofres ma apacidade de investimento dos mu ualidade dos serviços prestados à p

Verbas

A Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi) fez uma reunião com os prefeitos na quinta-feira (23) em Blumenau para debater a crise econômica e a queda na arrecadação. Eles já trataram do assunto ano passado e a situação parece que só piora. O Brasil precisa de um novo modelo federativo urgente, mas como sonhar com isso em m a uma crise ética na política? Os congressistas em Brasília es mais preocupados em não serem delatados na Lava Jato.

Condutas vedadas em ano eleitoral

TIMBÓ - Discutir sobre as condutas vedadas em ano eleitoral e encerramento de mandato. Este foi o objetivo da reunião promovida pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi), em Blumenau, no dia 4 de março. O encontro


FOTO/AMMVI

influenciar no resultado das eleições. "Este é um ano dedicado e as atenções deverão ser redobradas, pois há um aparato legal que deverá seguido", observa o advogado.

O assessor jurídico da Ammvi, Luiz Claudio Lades, aproveitou a reunião para salientar que, em janeiro, a

para inibir ações que possam afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos municipais e

aos servidores municipais sobre as principais restrições existentes em face da Lei Eleitoral, como também as datas que marcam o início de cada evento. A previsão é que no primeiro semestre sejam realizadas novas reuniões relacionadas ao assunto. Além disso,

Mais prevenção

A Universidade Regional de Blumenau (Furb) e a Associação das Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi) oficializaram a prorrogação do convênio que garante a manutenção do serviço de monitoramento hidrometeorológico da bacia hidrográfica do rio Itajaí-Açu, operada pelo Centro de Operação do Sistema de Alerta (Ceops).

mês até dezembro.

Com este valor, o Ceops garante a manutenção das 17 estações instaladas no Médio e Alto Vale do Itajaí. São elas que medem em tempo real o nível dos principais rios da região e a quantidade de chuva. Com os dados e a experiência dos técnicos é possível fazer as previsões que ditam o trabalho de toda a comunidade relacionado à prevenção em caso de enchentes.

ais vazios

durante assembleia da Associação
Médio do Vale do It
ra dão o tom do dr
feituras da região.
ntidade, o grupo de
perdas de R$ 16,
4 milhões nas tran
nicípios (FPM) e
coisa, já que essas
ara os cofres dos
cada município a

de ICMS tenha sido
ão a 2015 (com leve aument
milhões para R$ 166,6
ção acumulada no período
9,32%, conforme o IPCA). N
elicada porque houve tambe
do de R$ 83,2 milhões para

junho e julho, alerta José
da Ammvi. A previsão
24% em relação a maio
com o mês anterior. A
ais vazios significam men
nicípios, o que impacta na
população.

Ammvi

A Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi) comemora na próxima terça-feira (2), o 47º ano de atuação pelo fortalecimento do movimento municipalista. Em comemoração à data, os prefeitos se reunirão em assembleia geral na sede da entidade em Blumenau, a partir das 15h. "As associações dão sustentabilidade aos municípios e colaboram na flexibilização de soluções", afirma o presidente da Ammvi e prefeito de Rio dos Cedros, Fernando Tomaselli.

Seminário

BLUMENAU - Fomentar a discussão sobre custos no serviço público e subsidiar o processo de desenvolvimento e implantação de um sistema de na área são os objetivos do 1º Seminário a Administração Pública Municipal, que vido no dia 22 de agosto, na Associação ios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi). cipar do evento secretários municipais ração e Finanças, contadores públicos, s internos, técnicos e assessores das s inscrições são obrigatórias e podem site ammvi.org.br. O evento é uma Ammvi e da Federação Catarinense de Municípios (Fecam).

UFSC em Blumenau

O reitor eleito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luis Cancellier (E), esteve ontem em Blumenau. Recebeu das mãos do prefeito Napoleão Bernardes e do prefeito de Rio dos Cedros e presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi), Fernando Tomaselli, um ofício com dois pedidos.

Assinado por todos os prefeitos do Médio Vale, o documento pede a viabilização da sede própria do campus Blumenau, que hoje está em imóvel alugado na Velha, e a criação do curso de graduação de Gestão de Políticas Públicas. Atenderia a demanda de mais de 30 mil servidores públicos da região.



Fotografia

A Ascom realizou a cobertura fotográfica dos cursos, reuniões, colegiados, assembleias, eventos em geral e atividades realizadas pela AMMVI ou em que seus representantes estiveram presentes. As imagens foram distribuídas à imprensa, no padrão de qualidade exigido, bem como às assessorias das prefeituras e outras entidades que as solicitaram. Tais fotografias também são usadas nos documentos e materiais gráficos da AMMVI.









PORTAL INSTITUCIONAL

A atualização diária do portal da AMMVI é feita pela Assessoria de Comunicação. A seção Notícias oferece aos visitantes informações e notícias de interesse do movimento municipalista e do trabalho da entidade. Em 2016, foram publicadas **248** matérias jornalísticas relacionados à Associação e à administração municipal.

As notícias dos municípios também foram destaque no portal da AMMVI, totalizando **198** publicações. No menu Agenda foram publicados todos os eventos relacionados à AMMVI, totalizando **171**. No portal são atualizados também pela Ascom os banners e menus: Notícias da Associação, Notícias dos Municípios, Agenda, AMMVI, Editais, Colegiados, Eventos e links específicos. O menu Colegiados foi constantemente atualizado com as pautas, fotos, arquivos das reuniões e demais documentos de interesse.

Novo Portal

Em 2016 a Assessoria de Comunicação investiu na reformulação do portal institucional, em que a maioria das informações foram transferidas manualmente ao novo portal e os dados foram atualizados. Em 2017 a AMMVI vai migrar para a nova versão do portal disponibilizada pela Fecam.

Fale Conosco

A Assessoria de Comunicação recebe as mensagens enviadas pelo público para a Associação por meio do link "Fale Conosco" ativado no portal da entidade. São encaminhadas respostas a todos os contatos recebidos em um prazo máximo de 48 horas. Em 2016 foram respondidos a 24 contatos por meio do portal, cujo registro das perguntas e das respostas é mantido atualizado.



No ranking dos portais das Associações de Municípios da Fecam, o site da AMMVI é o segundo com maior número de acessos.
Fonte: Fecam

IDENTIDADE VISUAL

Em 2016, a Assessoria de Comunicação concluiu a sinalização interna e externa do prédio da entidade, que passou a adotar uma identidade visual mais contemporânea.



Térreo

Placas



Modelo - Placa Externa - parede - 70x130cm



Modelo - Placa Recepção - parede - 70x130cm



1º ANDAR AUDITÓRIO

Placas



2º ANDAR

Placas



Modelo - Placa Recepção - parede - 70x100cm

3º ANDAR

Placas





FUNDOS

TÉRREO



Modelo - Placa Estacionamento - 70x35cm



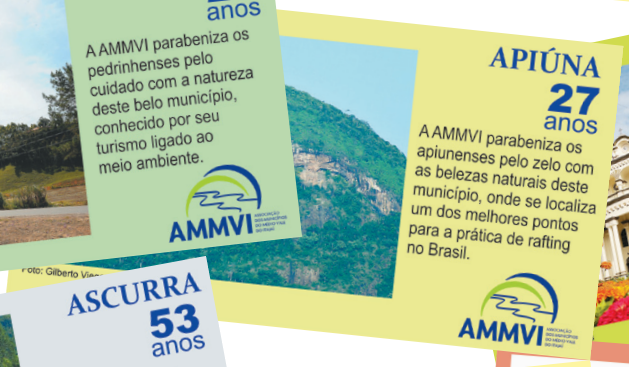
A Ascom acompanha a criação e produção de materiais gráficos diversos da Associação, de forma a manter o padrão da marca e sua identidade visual.

PUBLICIDADE E PROPAGANDA

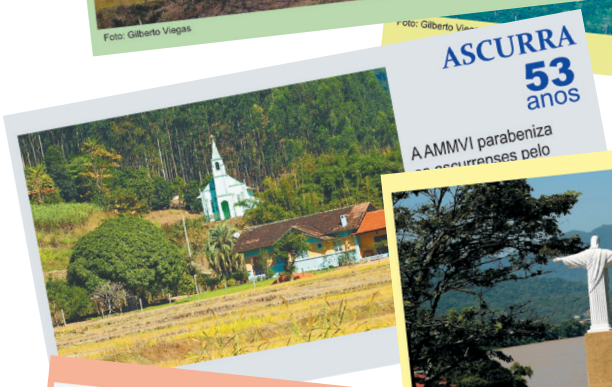
A Assessoria de Comunicação desenvolveu anúncios institucionais publicados no Jornal de Santa Catarina em comemoração ao aniversário dos 14 municípios do Médio Vale, bem como a identidade visual do relatório de atividades, eventos e banners.





























EVENTOS

A Ascom é responsável pela organização geral dos eventos da AMMVI, sejam eles institucionais, promocionais ou de capacitação. Para a efetivação dos eventos, elabora-se o projeto do evento, orçamentos, contratação de profissionais, cerimonial, materiais gráficos, impressos e trabalho de pós-evento.

> "Em 2016, a Ascom coordenou e/ou assessorou na organização de 15 eventos na AMMVI e trabalhou na divulgação de eventos da Fecam, Egem e CNM."







A AMMVI promoveu cursos em algumas áreas com o objetivo de atender as demandas apontadas pelos Colegiados. Tais capacitações são realizadas pela Assessoria de Comunicação e pelo setor Administrativo e Institucional, eventualmente com a parceria do setor envolvido na formação.

Foram capacitados mais de 1.438 servidores públicos municipais do Médio Vale

Cerimonial e protocolo

A Assessoria de Comunicação da AMMVI elaborou o protocolo e realizou o cerimonial de eventos relacionados à entidade.

COLEGIADOS

Assessoria de Comunicação da AMMVI coordenou as reuniões dos Colegiados de Cultura e de Educação, mantendo constante contato com os gestores para orientação e solução de conflitos.

COLEGIADO DE GESTORES MUNICIPAIS DE CULTURA	
10 reuniões	122 participações
Principais Resultados	
- Concerto natalino "Natal no Vale" percorrendo doze municípios. - Participação no VI Fórum de Gestores Municipais de Cultura de Santa Catarina. - Promoção da Oficina para Contadores de Histórias. - Realização da terceira edição do Coro em Foco. - Promoção do Workshop de Dança de Salão e Danças Urbanas. - Capacitação para autodeclaração de Pontos de Cultura.	- Realização da 1ª Feira Regional de Artesanato. - Continuação do trabalho de fomento aos Planos Municipais de Cultura. - Fortalecimento do Sistema Municipal de Cultura. - Parceria de espetáculos ou intercâmbio de atrações culturais. - Parceria nas oficinas do projeto "Línguas de Imigração como Patrimônio." - Integração ao Conselho Intermunicipal de Cultura, Esporte e Turismo.









Eventos do Colegiado de Cultura

3º Coro em Foco - Encontro de Coros do Médio Vale do

12 de junho – Guabiruba

90 participantes



Workshop Médio Vale em Dança

13 de agosto – Ascurra

103 participantes





Oficina para Contadores de Histórias

24 de setembro – Ascurra

52 participantes





Feira Regional de Artesanato

12 e 13 de novembro – Timbó





COLEGIADO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
8 reuniões	106 participações
Principais Resultados	
- Discussão e estudos dos temas: o transporte escolar; o censo escolar; o Base Nacional Comum Curricular; o aplicação da hora-atividade na Educação Infantil ; gestão financeira da Educação; o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa; o Plano de Ações Articuladas (PAR).	- Capacitação sobre monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação. - Oficina sobre elaboração e adequação dos Planos Municipais de Carreira e Remuneração. - Seminário PEE/SC em Movimento: Fóruns Municipais de Educação.











Formações do Colegiado de Educação

- **Formação sobre Elaboração/ Adequação dos Planos de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal**

  29 de novembro – Blumenau

  18 participantes

- **Formação das Comissões Coordenadoras e/ou Equipes Técnicas para o Processo de Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação**

  12 e 13 de setembro – Blumenau

  24 participações

- **Plano Estadual de Educação em Movimento**

  29 de novembro – Blumenau

  91 participações

ASSEMBLEIAS

A Assessoria é responsável pela organização das Assembleias Gerais Ordinárias e produção de suas atas, como também assessora em algumas ações deliberadas pelos prefeitos. Em 2016 foram oito assembleias realizadas.









AUDITÓRIO

A Assessoria de Comunicação assessora nas reservas dos espaços de reuniões da AMMVI, elaborando manuais e documentos de controle e regramento. A recepção e confirmação das reservas é feita pela auxiliar contábil Nair Teodoro Machado de Mello, a qual também é responsável pela manutenção dos equipamentos e organização dos espaços.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Esta Assessoria colabora no planejamento estratégico da AMMVI, participando das reuniões do grupo gestor e corroborando no planejamento e na promoção de ações que venham ao encontro das demandas apontadas pelos prefeitos.

REPRESENTAÇÃO

A Ascom representa a AMMVI em órgãos e conselhos, participando das discussões e das votações.

Consuni

O Conselho Universitário (Consuni) é o órgão máximo e soberano de deliberação em assuntos de política acadêmica, administrativa e financeira da Universidade Regional de Blumenau (Furb). Nele se examina, discute, reforma e aprova políticas e atividades da instituição, como também se delibera por normatizações e demais assuntos relacionados ao ambiente da Universidade.

GT Educação

Esta Assessoria participa das reuniões e corrobora nas ações do Grupo de Trabalho da Educação da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), que reúne representantes das Associações de Municípios que atuam na área da Educação. Este espaço direciona a atuação da Federação de acordo com as prioridades dos municípios catarinenses, além de oportunizar a qualificação conjunta das assessorias prestadas pelas Associações.

Colecom

O Colegiado de Comunicação de Santa Catarina (Colecom) tem por objetivo debater, planejar, promover, apoiar e sugerir ações destinadas à promoção de políticas públicas de comunicação que auxiliem os Municípios e Associações nas melhores práticas de divulgação dos programas governamentais.

Congesc

O Conselho de Gestores Municipais de Cultura de Santa Catarina (Congesc) é órgão de integração, desenvolvimento, fortalecimento e discussão de políticas públicas de cultura nos âmbitos municipal, estadual e federal, com apoio operacional e administrativo da Fecam e suas Associações Microrregionais.

Conselho Intermunicipal de Cultura, Esporte e Turismo

A Assessoria de Comunicação participa das reuniões do Conselho Intermunicipal de Cultura, Esporte e Turismo, órgão vinculado ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (Cimvi), que foi instituído com a finalidade de propor a formulação e auxiliar na aplicação de políticas, planos, programas, projetos e atividades de caráter regional nas áreas de Cultura, Esporte e Turismo na região do Médio Vale do Itajaí.

GT Saúde

O Grupo Técnico da Saúde é responsável pela deliberação e coordenação das atividades do projeto Saúde Pública de Excelência, que busca nortear e apoiar as ações na área nos municípios do Médio Vale.

Em 2016 foi concluída a pesquisa em que se avaliou o Sistema Único de Saúde (SUS) nos 14 municípios do Médio Vale do Itajaí. A metodologia da pesquisa compreendeu entrevistas pessoais e individuais (face a face) com cidadãos que foram aplicadas em domicílios e pontos de fluxo. Ao todo foram 5.578 entrevistas, que deram munição para uma análise da situação de cada município, cujos dados foram utilizados para melhorar o sistema atual.





ADMINISTRATIVO E INSTITUCIONAL

ADMINISTRATIVO E INSTITUCIONAL

O Administrativo e Institucional está vinculado à equipe de apoio administrativo, subordinado à Secretaria Executiva, exercendo funções na elaboração de correspondências para encaminhamento das demandas sobrevindas das assembleias gerais e reuniões, organizando e articulando a agenda do secretário executivo junto aos municípios associados, como também de entidades que comungam dos mesmos objetivos da AMMVI.

Na organização estrutural e de trabalho, o setor presta apoio à equipe técnica e administrativa com a formulação de documentos, articulação e secretaria de reuniões. Algumas atividades são realizadas com o apoio da Assessoria de Comunicação, visto que o acompanhamento de capacitações e eventos, a emissão de certificados e a confecção de relatórios são executados sob a orientação desta Assessoria, como também o apoio na elaboração de correspondências oficiais.

No ano de 2016, o setor Administrativo e Institucional colaborou na organização de **19** capacitações oferecidas pela Associação através da organização de coffee break, credenciamento e equipamentos. Além disso, foram elaborados **356** ofícios.

COLEGIADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O setor Administrativo e Institucional secretaria o Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (CGMAS), o qual realizou **seis** reuniões no ano, com a participação de 93 representantes municipais, dentre eles gestores e técnicos.





Considerando a situação econômica peculiar deste ano, em que a demanda de atendimentos na área da Política Pública de Assistência Social cresceu e os recursos deixaram de ser repassados, teve-se, por meio deste Colegiado, intensa discussão na tentativa de garantir os repasses e possibilitar a oferta dos serviços através de recursos próprios dos municípios.

Em 2016, a AMMVI esteve representada em duas reuniões do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas), duas reuniões da Comissão Intergetora Bipartite (CIB) e em uma reunião do Colegiado Estadual de Assistência Social da Fecam (Coas).

No último ano, foi realizada ainda mobilização, articulação e capacitação para subsidiar os municípios associados na construção do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente conforme prevê a Resolução nº 171 do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda).

COLEGIADO DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

▷ 6 reuniões ordinárias ▷ 93 participações

CAPACITAÇÕES

As capacitações são realizadas com o apoio da Assessoria de Comunicação e do setor que demandou o evento. O Administrativo e Institucional organiza os materiais, coffee break, local e equipamentos.

Foram capacitados mais de 1.438 servidores públicos municipais do Médio Vale



Capacitações realizadas pela AMMVI

As capacitações contam com o envolvimento deste setor, da Assessoria de Comunicação e da área técnica envolvida com o assunto.

- **Workshop: Processo de elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes** (realização do Administrativo e Institucional)

  19 de abril – Blumenau

  41 participantes



- **Oficina para Autodeclaração de pontos de Cultura** (realização da Assessoria de Comunicação)

  26 de abril – Blumenau

  5 participantes

- **Seminário Plano Municipal de Saneamento Básico** (realização da Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente)

  4 de maio – Blumenau

  71 participantes, sendo 69 da AMMVI



- **Curso Concessão de Serviços Públicos** (realização da Secretaria Executiva)

  30 de maio – Blumenau

  53 participantes

- **Condutas Vedadas às Assessorias de Comunicação em Ano Eleitoral** (realização da Assessoria de Comunicação)

  31 de maio – Blumenau

  19 participantes



- **3º Coro em Foco - Encontro de Coros do Médio Vale do Itajaí** (realização da Assessoria de Comunicação)

  12 de junho – Guabiruba

  90 participantes

- **Workshop Médio Vale em Dança** (realização da Assessoria de Comunicação)

  13 de agosto – Ascurra

  103 participantes



- **Seminário: Instrução Normativa nº 20 e suas alterações – TCE/SC** (realização da Secretaria Executiva)

  24 de agosto – Blumenau

  64 participantes, sendo 61 da AMMVI

- **Oficina para Contadores de Histórias** (realização da Assessoria de Comunicação)

  24 de setembro – Ascurra

  52 participantes

- **I Encontro de Prefeitos e Vice-prefeitos Eleitos** (realização da Secretaria Executiva)

  18 de novembro – Blumenau

  62 participantes

- **Proposta de regulamentação das atividades de terraplanagem na Região do Médio Vale do Itajaí** (realização da Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente)

  29 de novembro – Blumenau

  28 participantes, sendo 18 da AMMVI

- **Formação sobre Elaboração/ Adequação dos Planos de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal** (realização da Assessoria de Comunicação)

  29 de novembro – Blumenau

  18 participantes

- **II Workshop Demosico** (realização da Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente)

  30 de novembro – Blumenau

  51 participantes, sendo 48 da AMMVI



- **II Encontro de Prefeitos e Vice-prefeitos Eleitos** (realização da Secretaria Executiva)

  1 de dezembro – Blumenau

  34 participantes





- **Treinamento IN nº 20 para gestores** (realização do Controle Interno)

  9 de dezembro – Apiúna

  13 de dezembro – Gaspar

  13 de dezembro – Blumenau

  14 de dezembro – Brusque

  15 de dezembro – Rio dos Cedros

  15 de dezembro – Indaial

  166 participantes

Capacitações realizadas com a parceria da AMMVI

Estas capacitações contam com o envolvimento do Administrativo e Institucional e da Assessoria de Comunicação e são realizados no auditório da AMMVI

Evento	Instituição promotora	Total de participações	Participação de servidores da AMMVI
Roda de Conversa com o Conselho Regional de Psicologia de SC	EGEM	47	28
Roda de Conversa sobre o Fundo para Infância e Adolescência - FIA	EGEM	45	19
Curso sobre Condutas Vedadas em ano Eleitoral	EGEM	58	46
Capacitação em Produtos Perigosos	ADR	17	15
Curso sobre Fiscalização de Bancos, Cartórios e Construção Civil	EGEM	27	14
Curso sobre Política Nacional de Mobilidade Urbana: perspectivas e desafios para os municípios	EGEM	15	14
Formação para Conselheiros Tutelares	EGEM	37	37
Seminário Unindo Forças	EGEM / MP-SC	72	64
1º Seminário de Custos na Administração Pública Municipal	EGEM	50	30
Formação das Comissões Coordenadoras e/ou Equipes Técnicas para o Processo de Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação	MEC/ Undime	24	24
Plano Estadual de Educação em Movimento	Fórum Estadual de Educação	103	91
Sistema de informações sobre orçamentos públicos	Cosems/SC	26	26



Capacitações realizadas com o apoio da AMMVI na divulgação

Estas capacitações contam com o envolvimento do Administrativo e Institucional e da Assessoria de Comunicação.

Evento	Cidade	Instituição promotora	Participação de servidores da AMMVI
Curso de Formação de Pregoeiros	Florianópolis	EGEM	7
1º Encontro Estadual Prefeitas e Vice-Prefeitas	Florianópolis	EGEM	1
I Seminário Estadual de Acolhimento Institucional e Familiar	Florianópolis	EGEM	25
XIV Congresso Catarinense de Municípios	Joinville	EGEM	8
12º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais	Joinville	EGEM	3
VI Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura	Chapecó	EGEM	6
3º Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Primeira Infância	Forquilhinha	EGEM	6
Curso sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV	Mafra	EGEM	2
Curso sobre Regime Próprio de Previdência	Florianópolis	EGEM	1
Curso sobre Retenção de INSS, IR e ISS	Florianópolis	EGEM	3
Gestão de Consórcios Públicos	Florianópolis	EGEM	5
VI Seminário Estadual de Assistência Social	Piratuba	EGEM	11
II Encontro Estadual de Gestores Municipais de Convênio	Florianópolis	EGEM	5
1º Congresso Catarinense de Cidades Digitais	Florianópolis	Rede Cidades Digitais	23
Seminário Estadual dos Benefícios Eventuais	Florianópolis	SST	27

Curso sobre a Metodologia de Trabalho com Famílias na Proteção Social Básica	Florianópolis	EGEM	1
Como elaborar LDO e LOA para 2017	Florianópolis	EGEM	3
Curso sobre o SEFISC passo a passo	Florianópolis	EGEM	3
Curso sobre a IN20 TCE-SC - Medidas de Gestão e Controle para sua Implementação	Mafra	EGEM	1
Ciclo de Estudos do Movimento Econômico	Florianópolis	EGEM	5
Curso sobre a IN20 TCE-SC – Medidas de Gestão e Controle nos Consórcios Públicos	Florianópolis	EGEM	11
Curso sobre Administração do Patrimônio Público	Florianópolis	EGEM	8
Curso Prático de Licitação Pública com Análise de Processos Licitatórios	Florianópolis	EGEM	5
Curso sobre os principais aspectos do MROSC - Lei 13.019/2014	Tubarão	EGEM	1
Seminário: "A Engenharia e o Setor Público" – Edição para profissionais	Indaial	EGEM	14
Oficina sobre Vigilância Socioassistencial e Diagnóstico Socioterritorial no SUAS	Florianópolis	EGEM	1
Curso Prático de Licitação Pública com Análise de Processos Licitatórios	Florianópolis	EGEM	5



ASSESSORIA CONTÁBIL E ORÇAMENTÁRIA

ASSESSORIA CONTÁBIL E ORÇAMENTÁRIA

A Assessoria Contábil e Orçamentária da AMMVI orienta os municípios nas áreas de orçamento, contabilidade e controle interno, auxilia na prestação de contas e no relacionamento entre os municípios e os órgãos competentes. O setor assessora e executa as mesmas atividades no que se refere à Associação.

Durante 2016 foi prestada assessoria contábil e orçamentária aos municípios do Médio Vale do Itajaí, respeitando a legislação e com vistas às perspectivas de crescimento e desenvolvimento da região. As ações desta área são desempenhadas tanto em atendimentos aos municípios na sede da Associação, quanto no próprio órgão municipal da administração direta e indireta.

As assessorias são cotidianamente prestadas no próprio local e/ou por consultas via correio eletrônico ou telefone, a qualquer tempo. Esta assessoria busca constantemente aprendizado e atualização a fim de proporcionar aos gestores e técnicos municipais confiança na tomada de decisão.

Neste ano, a Assessoria Contábil e Orçamentária foi responsável pelas ações descritas abaixo:

- assessoria na elaboração do balanço/2015 assessoria na elaboração do balanço/2015 e na elaboração da prestação de contas anual da AMMVI;
- assessoria contábil e orçamentária durante a execução do orçamento aos municípios;
- assessoria contábil e orçamentária no encerramento do exercício de 2015 (balanços) aos municípios;
- participação nos colegiados de Contadores Públicos e de Controladores Internos da Federação Catarinense de Municípios (Fecam);



- participação de reuniões do Grupo Técnico da Fecam com técnicos do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC);
- reuniões com técnicos do TCE/SC para tratar de assuntos referentes aos municípios da região;
- organização, participação e palestrante nos eventos feitos pela AMMVI para discussão com seus associados sobre as vedações do ano eleitoral e final de mandato;
- participação das reuniões do Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis (GTCON) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em Brasília;
- participação das reuniões do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios (GTREL) da STN, em Brasília;
- participação no 12º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais e no XIV Congresso Catarinense de Municípios;



- participação de reunião de instalação do Grupo de Trabalho (GT) de Consórcios Públicos Intermunicipais, instituído pela Confederação Nacional de Municípios (CNM);
- participação junto ao TCE/SC e à STN na discussão e na elaboração de procedimentos contábeis no que se refere aos consórcios públicos;
- participação como ouvinte e palestrante em eventos nacionais de consórcios públicos;
- participação no III Congresso Brasileiro de Consórcios Intermunicipais;

- participação de discussão junto com a Fecam e o Ministério Público Estadual (MP/SC) sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI) e Portal da Transparência;



- participação em reuniões com o Ministério Público e comarcas da região sobre LAI e Portal da Transparência em conjunto com as administrações municipais;
- organização e acompanhamento do Projeto de Custos na área de saúde;
- participação em treinamento da Instrução Normativa nº 20 do TCE/SC;
- atuação como palestrante em eventos sobre a IN nº 20 do TCE/SC.





CONTAS DOS PREFEITOS

Nos últimos anos, os 14 prefeitos têm conquistado a aprovação das contas referente ao exercício do ano anterior. Em 2016, como de costume, o TCE/SC recomendou a aprovação das contas prestadas pelos 14 municípios.

Esta vitória é resultado também da assessoria prestada pela AMMVI nas áreas contábil e orçamentária, a qual periodicamente orienta os técnicos municipais e os prefeitos a respeito do assunto, como também acompanha diretamente os julgamentos pela Corte catarinense, marcando audiências e promovendo defesas quando é apontada alguma eventual irregularidade nas contas dos prefeitos.



RÁDIO CIDADE

INICIO | CONTATO | NOTÍCIAS

TCE APROVA AS CONTAS DOS 14 PREFEITOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

10:54h 23/ 12/2016 Assessoria de imprensa

O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE) emitiu parecer favorável às contas prestadas pelos 14 prefeitos do Médio Vale do Itajaí referente ao exercício de 2015. A aprovação demonstra que as condutas de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó estão de acordo com as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

"Nos últimos anos, todos os municípios da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi) tiveram as contas aprovadas pelo TCE/SC. Além do empenho dos gestores e técnicos municipais, isso também é resultado da assessoria prestada pela Associação aos municípios, pois constantemente repassada orientações aos prefeitos e técnicos municipais", analisa o presidente da Ammvi, Fernando Tomaselli, prefeito de Rio dos Cedros.

A primeira conta a ser aprovada foi a de Apiúna, no dia 26 de setembro. Logo após foi a vez de Doutor Pedrinho, Ascurra e Rio dos Cedros. Já em novembro, tiveram o parecer favorável os prefeitos de Brusque, Guabiruba e Timbó. Em dezembro, foi a vez das contas de Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Indaial, Pomerode e Rodeio.

Conforme o TCE/C, o parecer prévio consiste em apreciação geral da gestão orçamentária, patrimonial e financeira no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do município representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do município em 31 de dezembro de 2015, bem como se as operações estão de acordo com os princípios à administração pública municipal, recomendando a aprovação ou a rejeição das contas.

O secretário executivo da Ammvi, José Rafael Corrêa, explica que os pareceres prévios do Tribunal orientam o julgamento das contas pelo Legislativo Municipal e só deixam de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores. As Câmaras têm 90 dias, contados a partir do recebimento do processo, para proferir o julgamento final.

COLEGIADOS

A Assessoria Contábil e Orçamentária é responsável pela coordenação dos Colegiados de Contadores Públicos e de Controladores Internos Municipais da AMMVI, em que participam profissionais da área dos órgãos públicos do Executivo e Legislativo dos municípios associados, como também administração pública indireta e instituições afins.

Estes colegiados desenvolveram importantes trabalhos em 2016, recebendo o reconhecimento do TCE/SC e MP/SC no cumprimento de dispositivos legais e nas ações relacionadas à Lei de Transparência e Lei de Acesso à Informação.

Por meio das discussões com o MP/SC foi possível ampliar o diálogo em torno das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), para facilitar o trabalho das prefeituras na área da transparência, como também corroborou com a aproximação das entidades no trabalho conjunto em torno da temática.

Colegiado de Contadores Públicos e de Controladores Internos Municipais	
5 encontros	306 participações
Principais assuntos:	
• Siconfi. • Siops. • Siope. • E-Sfinge 2015. • Encerramento de exercício. • Instruções normativas TCE. • Lei da Transparência. • Lei de Acesso à Informação. • Lei nº 13.019/2015.	• Vedações e orientações em ano eleitoral. • Consórcios públicos. • Medidas junto ao TCE/SC e MP/SC. • Balanço contábil. • Prestação de contas. • Transição de governo e relatórios contábeis e de controle interno. • Execução orçamentária e contabilização.



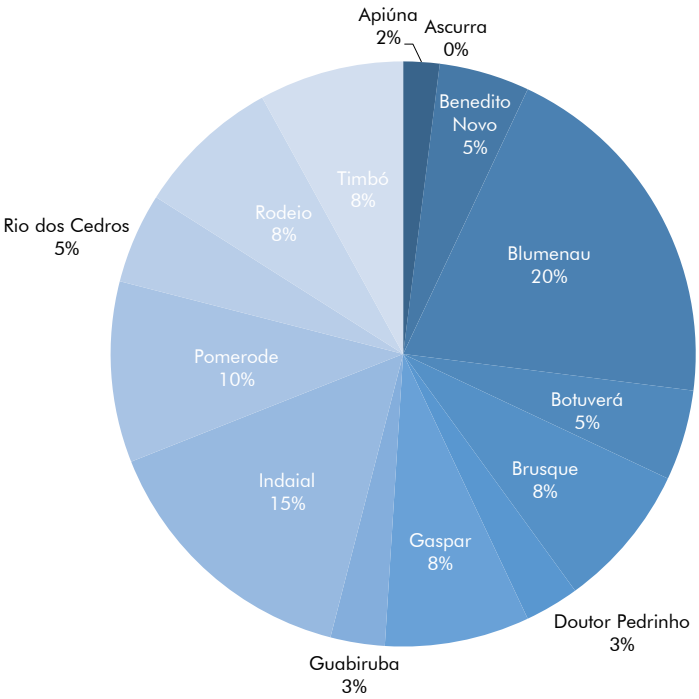






ASSESSORIAS

No gráfico abaixo pode-se visualizar as assessorias contábeis e orçamentárias realizadas aos municípios da AMMVI.







ASSESSORIA ECONÔMICA E FAZENDÁRIA

ASSESSORIA ECONÔMICA E FAZENDÁRIA

São atribuições desta Assessoria manter atualizado o banco de dados com informações socioeconômicas e repassá-lo aos municípios, bem como assessorar os gestores públicos no que tange o movimento econômico dos municípios, além de interpelar em favor do aumento da receita tributária e interagir pelo interesse da administração municipal com o setor fazendário.



MOVIMENTO ECONÔMICO

- Participação nos cursos coordenados pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF). Efetivação de reuniões com os técnicos das prefeituras do movimento econômico, repassando orientações para 2016.
- Reunião com as empresas para acerto e esclarecimentos das declarações do movimento econômico.
- Reunião junto ao grupo gestor setorial da SEF.
- Repasse de relatórios (listagem e por e-mail) a todas as prefeituras a respeito do posicionamento dos índices de retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
- Agenda de visitas aos escritórios de contabilidade e empresas privadas para verificação dos valores negativos.
- Verificação junto às prefeituras sobre os valores do agropecuário.
- Averiguação junto aos técnicos municipais dos erros apresentados pelas empresas para acerto.
- Agendamento em São Paulo com as operadoras de telefonia para acertos e recuperação de valor adicionado aos municípios da AMMVI.
- Repasse de orientações e informações dos procedimentos aos prefeitos e aos técnicos dos municípios.
- Reuniões na SEF para ajuste do sistema de apuração do movimento econômico.
- Participação e apresentação dos acertos ao Grupo de Trabalho para apuração e relatórios no respectivo sistema.
- Participação na SEF para efetuar os ajustes de documentos das empresas no sistema.
- Participação para auditoria dos documentos informados pelo sistema auxiliar de auditoria.
- Repasse de novos relatórios aos municípios para providências de documentos junto às empresas.
- Presença nas reuniões de julgamento dos recursos de primeira e de segunda instância.
- Apresentação e confecção dos relatórios finais.
- Elaboração e assessoramento na obtenção de documentos para montagem do processo sobre as impugnações e recursos de julgamento.
- Orientação técnica e de normas junto aos coordenadores das unidades conveniadas de cadastramento, controle e emissão de notas de produtor rural.



VALOR ADICIONADO

Tabela 1: Valor Adicionado dos municípios 2010 a 2015 e participação no VA de 2015.

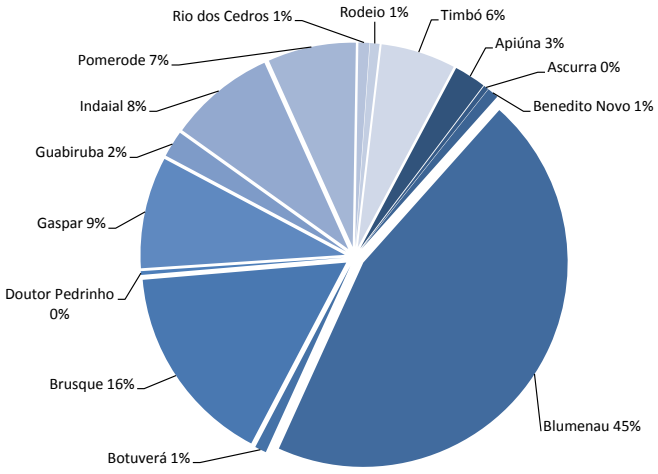
MUNICIPIOS	2010*	2011*	2012*	2013*	2014*	2015	Participação no VA 2015
Apiúna	399.543.961	404.947.156	443.239.619	518.358.997	614.284.113	504.358.894	3%
Ascurra	97.890.499	93.949.923	96.943.764	111.157.129	153.541.519	78.354.028	0%
Benedito Novo	147.856.282	152.149.883	141.513.154	161.459.809	171.658.241	180.193.182	1%
Blumenau	8.916.340.647	9.106.873.736	10.284.417.394	10.238.593.988	10.578.932.096	9.042.781.419	45%
Botuverá	99.100.406	131.873.310	159.364.132	175.012.487	215.136.802	182.924.989	1%
Brusque	3.273.837.067	3.433.500.039	3.417.916.561	3.556.631.180	3.619.810.120	3.192.819.539	16%
Doutor Pedrinho	47.035.668	38.594.572	34.926.336	46.628.707	59.333.191	59.007.002	0%
Gaspar	1.401.133.755	1.570.223.673	1.617.693.723	1.691.098.498	1.896.674.149	1.766.862.752	9%
Guabiruba	483.279.684	542.932.071	527.414.974	502.826.782	541.354.569	420.387.558	2%
Indaial	1.404.205.538	1.494.653.832	1.567.326.731	1.683.279.029	1.749.189.171	1.677.868.210	8%
Pomerode	1.196.858.709	1.356.067.992	1.360.887.411	1.387.222.817	1.583.577.103	1.396.639.603	7%
Rio dos Cedros	226.567.011	185.038.855	198.847.555	190.270.243	189.829.979	174.306.261	1%
Rodeio	119.099.770	105.907.003	134.095.481	138.718.434	184.708.861	149.079.500	1%
Timbó	1.093.068.378	1.140.768.760	1.160.074.129	1.182.721.262	1.295.462.455	1.183.401.415	6%
AMMVI	**18.905.817.376**	**19.757.480.804**	**21.144.660.964**	**21.583.979.361**	**22.853.492.370**	**20.008.984.352**	12%
ESTADO	**143.918.783.430**	**154.195.959.678**	**160.557.456.952**	**167.422.695.628**	**177.818.045.526**	**165.601.193.576**	100%

Fonte: SEF/SC - Relatório do Movimento Econômico. Valores a preços constantes – atualizados pelo INPC 2015. Elaboração: AMMVI.

A tabela acima apresenta o Valor Adicionado (VA) a preços constantes dos 14 municípios que compõem a AMMVI. Compreende os anos de 2010 a 2015 com seus valores devidamente ajustados - preços constantes – para dezembro de 2015 através do Índice de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE).

O conceito econômico do termo VA trata-se do valor adicionado que adquirem os bens e os serviços após serem transformados no processo produtivo pelos agentes econômicos e pelas empresas dos municípios. No ano de 2015, os municípios da AMMVI, juntos, representaram 12% do total gerado na economia do Estado.

Gráfico 1: Participação dos municípios no Valor Adicionado de 2015.



Fonte: SEF/SC - Relatório do Movimento Econômico. Elaboração: AMMVI.

Tabela 2: Valor Adicionado de municípios selecionados ano 2015.

MUNICÍPIO	ASS.	VA 2015	RANKING SC	% NO ESTADO
Joinville	AMUNESC	17.042.173.943,66	1º	10,3%
Itajaí	AMFRI	13.269.332.849,94	2º	8,0%
Blumenau	**AMMVI**	**9.042.781.418,93**	**3º**	**5,5%**
Brusque	**AMMVI**	**3.192.819.539,37**	**10º**	**1,9%**
Gaspar	**AMMVI**	**1.766.862.752,03**	**18º**	**1,1%**
Indaial	**AMMVI**	**1.677.868.209,78**	**20º**	**1,0%**

Ao lado, o gráfico 1 ilustra a participação dos municípios na composição do Valor Adicionado da Associação no ano de 2015. O município de Blumenau é responsável por 45% da geração de VA da Associação e ocupa a 3º posição no ranking do Estado, com R$ 9.042.781.418,93, ficando atrás apenas dos municípios de Joinville (1º) e Itajaí (2º).

Conforme tabela 2, dentre os 25 maiores municípios do Estado em termos de Valor Adicionado, destacam-se ainda Brusque - que participa com 16% na Associação, valor de R$ 3.192.819.539,37 e 10º posição no Estado; Gaspar com 9% ou R$ 1.766.862.752,03 e 18º posição em SC; e Indaial com 8% ou R$ 1.677.868.209,78 e 20º posição no ranking de participação do VA de Santa Catarina.

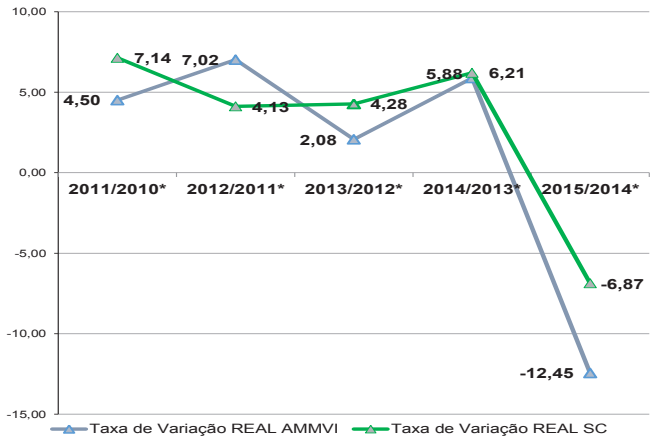
A tabela 3 mostra as taxas de variação real do Valor Adicionado de 2011 a 2015, valor nominal descontada a inflação, comparando-se sempre o desempenho do ano anterior para verificar se a variação foi positiva indicando crescimento real ou, se negativa, decréssimo para a produção da economia da região.

Tabela 3: Taxa de variação real do Valor Adicionado dos municípios (%).

MUNICIPIOS	2011/2010*	2012/2011*	2013/2012*	2014/2013*	2015/2014*
Apiúna	1,35	9,46	16,95	18,51	-17,89
Ascurra	-4,03	3,19	14,66	38,13	-48,97
Benedito Novo	2,90	-6,99	14,10	6,32	4,97
Blumenau	2,14	12,93	-0,45	3,32	-14,52
Botuverá	33,07	20,85	9,82	22,93	-14,97
Brusque	4,88	-0,45	4,06	1,78	-11,80
Doutor Pedrinho	-17,95	-9,50	33,51	27,25	-0,55
Gaspar	12,07	3,02	4,54	12,16	-6,84
Guabiruba	12,34	-2,86	-4,66	7,66	-22,35
Indaial	6,44	4,86	7,40	3,92	-4,08
Pomerode	13,30	0,36	1,94	14,15	-11,80
Rio dos Cedros	-18,33	7,46	-4,31	-0,23	-8,18
Rodeio	-11,08	26,62	3,45	33,15	-19,29
Timbó	4,36	1,69	1,95	9,53	-8,65
AMMVI	**4,50**	**7,02**	**2,08**	**5,88**	**-12,45**
ESTADO	**7,14**	**4,13**	**4,28**	**6,21**	**-6,87**

** Variação com base em preços constantes. Fonte: Tabela 1. Elaboração: AMMVI.*

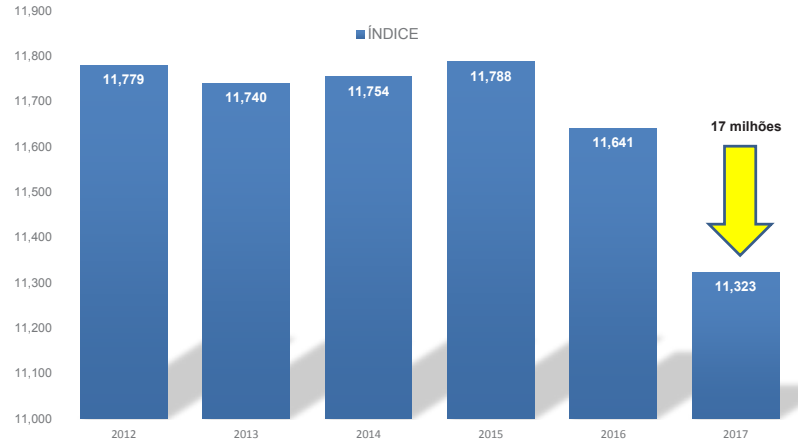
Gráfico 2: Taxa de variação real do Valor Adicionado dos municípios da AMMVI e de Santa Catarina.



O gráfico 2 expõe as taxas de variação real do VA do conjunto de todos os municípios que compõem a AMMVI. Dentre os períodos analisados, o que mostra maior discrepância é o ano de 2015 comparado a 2014 (2015/2014), com uma queda de 12,45%, indicando uma diminuição nas atividades econômicas e consequentemente no Valor Adicionado sofrido pelos municípios, com destaque para a indústria, que representa 61% das atividades desenvolvidas pelo conjunto de municípios da AMMVI. O desempenho do VA do Estado apresentou queda um pouco menos acentuada, registrando em termos reais – 6,87%.

RETORNO DO ICMS

Gráfico 3: Índices de retorno do ICMS para a região da AMMVI.



Fonte: tabela 4. Elaboração AMMVI.

O Valor Adicionado da AMMVI decresceu em 12%. Embora se esperava que para 2016 houvesse um incremento no Valor Adicionado, a fim de reequilibrar a participação da região, o índice de retorno do ICMS ficou em 11,323 para 2017, valor ligeiramente menor em relação ao ano anterior, que foi de 11,641. Isso significa um retorno menor de ICMS, estimado em R$ 17 milhões em 2017 ao ano para a região conforme ilustra o gráfico 3.

Se o Valor Adicionado do Estado tem crescimento de X% e o município X-1%, haverá uma perda, pois não conseguiu acompanhar a média do Estado, o que resulta em menor participação na cota-parte dos municípios no ICMS (25%).

Os municípios que não acompanham o crescimento do VA do Estado tendem a perder participação. Isto acontece quando os demais municípios crescem menos que o Estado. Essa perda de participação é prejudicial na apuração pois, como o próximo índice a ser apurado é somado ao anterior, ele será resultante de uma média. O que não pode ocorrer é a diminuição do índice a cada ano.

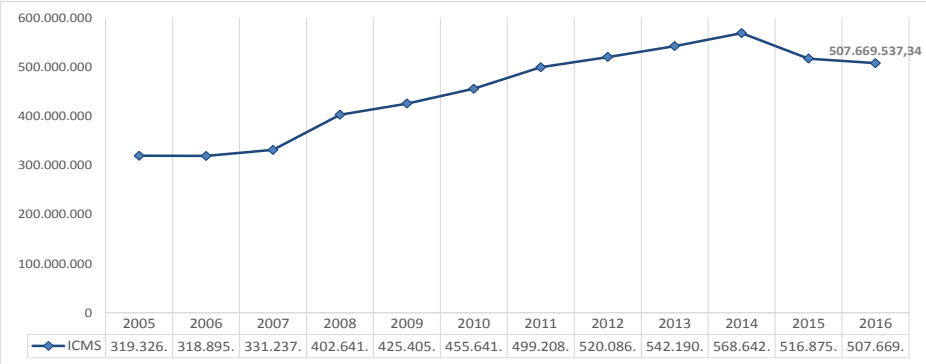
O Valor Adicionado da AMMVI decresceu 12%, que resultou em perdas, pois se esperava para 2016 um incremento no Valor Adicionado a fim de reequilibrar a participação da região. O índice ficou em 11,323 para 2017, ligeiramente menor em relação ao ano anterior (11,641), significando um retorno menor de ICMS estimado em 17 milhões de reais/ano para a região, conforme ilustra o gráfico 3.

Tabela 4: índice de retorno de ICMS para os exercícios de 2012 a 2017 e taxa de variação anual do índice.

MUNICIPIOS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TAXA DE VARIAÇÃO 2016 / 2015	TAXA DE VARIAÇÃO 2017 / 2016
Apiúna	0,2635842	0,2805526	0,2798918	0,2997589	0,329251	0,3279724	9,8%	-0,4%
Ascurra	0,1050196	0,1056498	0,1024035	0,1047258	0,1033833	0,0953366	-1,3%	-7,8%
Benedito Novo	0,1436986	0,1364463	0,1302424	0,1292927	0,1328615	0,13573316	2,8%	2,2%
Blumenau	5,3161	5,1936889	5,2829585	5,3722127	5,17835	4,918710375	-3,6%	-5,0%
Botuverá	0,1139279	0,1164597	0,1293789	0,1374582	0,1466936	0,149501	6,7%	1,9%
Brusque	1,966273	1,963982	1,901932	1,8584248	1,818857	1,7364071	-2,1%	-4,5%
Doutor Pedrinho	0,0816704	0,0753749	0,0707301	0,0719292	0,0768652	0,0802617	6,9%	4,4%
Gaspar	0,8549218	0,8974001	0,9118457	0,9083382	0,9334508	0,9602725	2,8%	2,9%
Guabiruba	0,3338689	0,3432073	0,3401004	0,3180975	0,3078774	0,2884266	-3,2%	-6,3%
Indaial	0,8565954	0,8774784	0,8776846	0,893021	0,8962158	0,90215139	0,4%	0,7%
Pomerode	0,7370997	0,7780503	0,784842	0,7632225	0,7814797	0,78568323	2,4%	0,5%
Rio dos Cedros	0,1741421	0,168755	0,154484	0,1517828	0,1445182	0,1376965	-4,8%	-4,7%
Rodeio	0,1206025	0,1152087	0,1155333	0,1215564	0,1302078	0,1333739	7,1%	2,4%
Timbó	0,711751	0,688059	0,6723447	0,6581543	0,6607055	0,6716625	0,4%	1,7%
AMMVI	**11,779**	**11,740**	**11,754**	**11,788**	**11,641**	**11,323**	**-1,2%**	**-2,7%**

Fonte: SEF/SC - Relatório do Movimento Econômico.

Gráfico 4: Evolução da transferência do ICMS - AMMVI



Fonte: Tabela 5 - elaboração AMMVI.

Tabela 5 - Valores anuais* de retorno bruto do ICMS de 2005 a 2016 - AMMVI.

ANO	VALOR
2005	319.326.179,79
2006	318.895.626,70
2007	331.237.726,51
2008	402.641.854,99
2009	425.405.271,92
2010	455.641.736,75
2011	499.208.497,65
2012	520.086.489,97
2013	542.190.200,40
2014	568.642.719,82
2015	516.875.129,24
2016	507.669.537,34

Valores nominais extraído em 09/01/2017.

**Valores a preços constantes, atualizados pelo INPC dezembro 2016.*

Fonte: FECAM - Portal das Transferências Constitucionais.

RECUPERAÇÃO DE VALORES

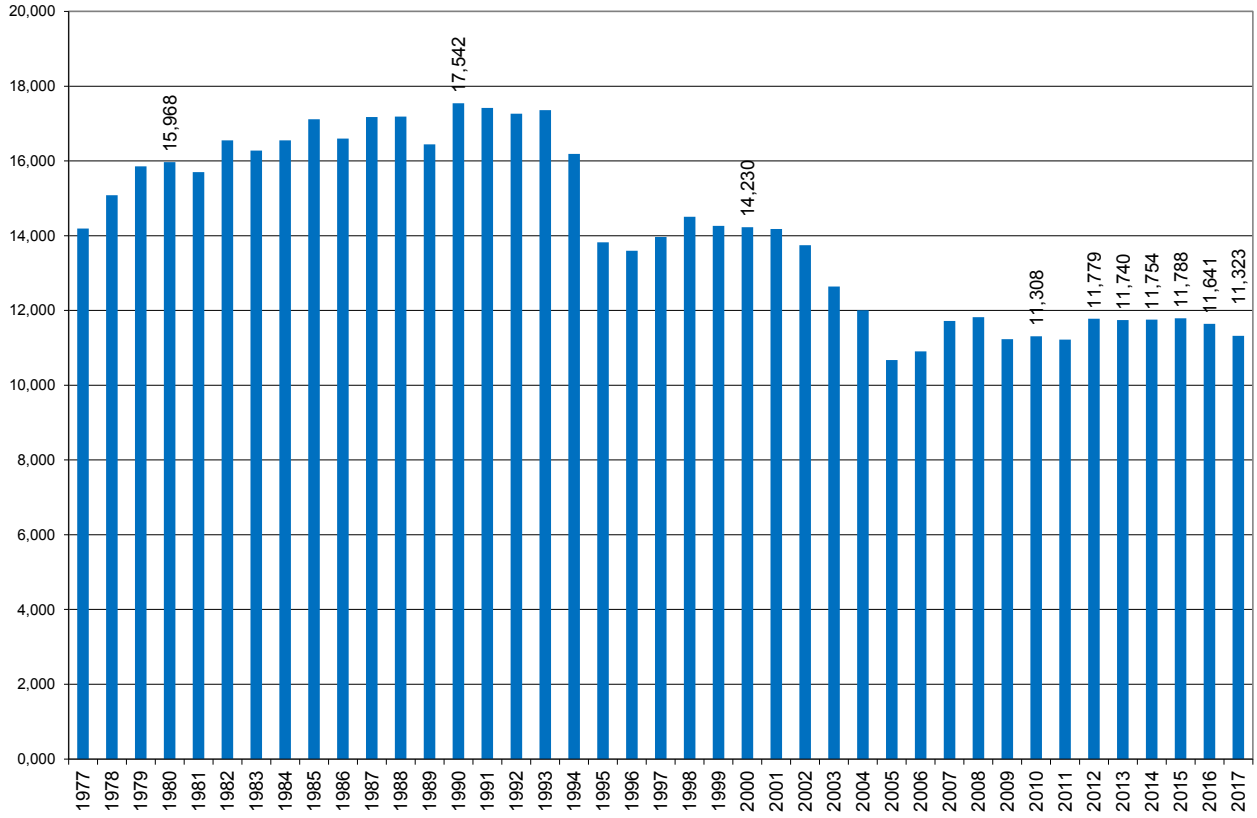
Os trabalhos feitos na região AMMVI foram de recuperar valores que acrescentaram no movimento econômico dos municípios.

Valor Adicionado total recuperado: R$ 200 milhões.

Representa um retorno anual de R$ 3.100.00,00.

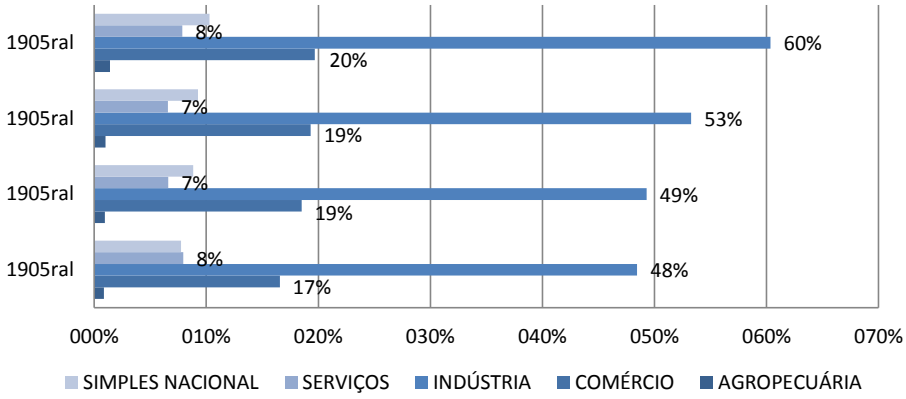
Total de empresas: 35 mil.

Gráfico 5: Índice de retorno de ICMS na região da AMMVI.



Fonte: SEF/SC.

Gráfico 6: Participação dos setores de atividade na região da AMMVI.



Fonte: SEF/SC – Movimento Econômico. Elaboração: AMMVI

BANCO DE DADOS

Compreende um apanhado de informações dos municípios associados com a finalidade de servir de apoio ao Executivo Municipal. Há periódica atualização das informações referente aos dados socioeconômicos: população, saúde, educação, infraestrutura, comércio exterior, dados econômicos, entre outros. As informações são compiladas e disponibilizadas através de um volume impresso, que geralmente é editado uma vez ao ano.

Tabela 6: População residente - região da AMMVI - Estado – União.

Municípios	Censo 2000	Censo 2010	Evolução anual 2010/2000	2014	2015	2016	Evolução 2014/2013	Evolução 2015/2014	Evolução 2016/2015
Apiúna	8.520	9.600	1,20%	10.211	10.322	10.432	1,11%	1,09%	1,07%
Ascurra	6.934	7.412	0,67%	7.732	7.781	7.829	0,64%	0,63%	0,62%
Benedito Novo	9.071	10.336	1,31%	11.037	11.168	11.297	1,20%	1,19%	1,16%
Blumenau	261.808	309.011	1,67%	334.002	338.876	343.715	1,50%	1,46%	1,43%
Botuverá	3.756	4.468	1,75%	4.864	4.943	5.022	1,65%	1,62%	1,60%
Brusque	76.058	105.503	3,33%	119.719	122.775	125.810	2,65%	2,55%	2,47%
Doutor Pedrinho	3.082	3.604	1,58%	3.883	3.937	3.990	1,44%	1,39%	1,35%
Gaspar	46.414	57.981	2,25%	63.826	65.024	66.213	1,93%	1,88%	1,83%
Guabiruba	12.976	18.430	3,57%	21.046	21.612	22.174	2,79%	2,69%	2,60%
Indaial	40.194	54.854	3,16%	61.968	63.489	65.000	2,54%	2,45%	2,38%
Pomerode	22.127	27.759	2,29%	30.598	31.181	31.760	1,96%	1,91%	1,86%
Rio dos Cedros	8.939	10.284	1,41%	11.019	11.157	11.295	1,29%	1,25%	1,24%
Rodeio	10.380	10.922	0,51%	11.325	11.380	11.434	0,49%	0,49%	0,47%
Timbó	29.358	36.774	2,28%	40.515	41.283	42.045	1,95%	1,90%	1,85%
Região AMMVI	**539.617**	**666.938**	**2,14%**	**731.745**	**744.928**	**758.016**	**1,85%**	**1,80%**	**1,76%**
Estado	**5.356.360**	**6.248.436**	**1,55%**	**6.727.148**	**6.819.190**	**6.910.553**	**1,40%**	**1,37%**	**1,34%**
União	**169.799.170**	**190.755.799**	**1,17%**	**202.768.562**	**204.450.649**	**206.081.432**	**0,85%**	**0,83%**	**0,80%**

Obs.: Censos demográficos 2000 e 2010; Estimativa da População dos Municípios 2014, 2015 e 2016: 30/08/16.
Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Socias - COPIS.

Na estimativa da população de 2016 pelo IBGE, nenhum município da AMMVI teve alterada a participação do índice no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tabela 7: Ranking do Valor Adicionado per capita 2015.

ASSOCIAÇÃO	MUNICÍPIO	VALOR ADICIONADO 2015	POPULAÇÃO 2015	VALOR ADICIONADO *PER CAPITA*	RANKING VA *PER CAPITA*	RETORNO ICMS PER CAPITA
AMAUC	PIRATUBA	R$ 573.864.380,58	4.316	R$ 132.962,09	1º	R$ 265,92
AMAUC	ITÁ	R$ 804.905.752,59	6.347	R$ 126.816,72	2º	R$ 253,63
AMMOC	VARGEM BONITA	R$ 467.365.471,18	4.674	R$ 99.992,61	3º	R$ 199,99
AMREC	TREVISO	R$ 291.086.030,73	3.785	R$ 76.905,16	4º	R$ 153,81
AMAI	MAREMA	R$ 150.090.052,48	1.999	R$ 75.082,57	5º	R$ 150,17
AMPLASC	ABDON BATISTA	R$ 184.224.335,89	2.630	R$ 70.047,28	6º	R$ 140,09
AMMOC	ÁGUA DOCE	R$ 485.894.083,82	7.132	R$ 68.128,73	7º	R$ 136,26
AMOSC	GUATAMBÚ	R$ 318.085.053,92	4.739	R$ 67.120,71	8º	R$ 134,24
AMAUC	XAVANTINA	R$ 271.169.451,07	4.067	R$ 66.675,55	9º	R$ 133,35
AMAUC	IPUMIRIM	R$ 493.991.746,39	7.499	R$ 65.874,35	10º	R$ 131,75
AMARP	IOMERÊ	R$ 187.692.060,10	2.880	R$ 65.170,85	11º	R$ 130,34
AMFRI	ITAJAÍ	R$ 13.269.332.849,94	205.271	R$ 64.643,00	12º	R$ 129,29
AMAUC	ARVOREDO	R$ 144.659.555,05	2.271	R$ 63.698,62	13º	R$ 127,40
AMOSC	CORDILHEIRA ALTA	R$ 263.877.259,79	4.184	R$ 63.068,18	14º	R$ 126,14
AMESC	MORRO GRANDE	R$ 182.886.584,73	2.921	R$ 62.610,95	15º	R$ 125,22
AMAUC	ARABUTÃ	R$ 264.810.549,31	4.276	R$ 61.929,50	16º	R$ 123,86
AMMOC	TREZE TÍLIAS	R$ 439.841.845,29	7.237	R$ 60.776,82	17º	R$ 121,55
AMMOC	LACERDÓPOLIS	R$ 127.726.975,77	2.246	R$ 56.868,64	18º	R$ 113,74
AMAUC	JABORÁ	R$ 219.054.389,43	4.023	R$ 54.450,51	19º	R$ 108,90
AMPLASC	CAMPOS NOVOS	R$ 1.889.437.461,90	35.054	R$ 53.900,77	20º	R$ 107,80
AMUNESC	SÃO FRANCISCO DO SUL	R$ 2.555.188.495,59	48.606	R$ 52.569,40	21º	R$ 105,14
GRANFPOLIS	ANTÔNIO CARLOS	R$ 424.933.755,12	8.118	R$ 52.344,64	22º	R$ 104,69
AMARP	PINHEIRO PRETO	R$ 177.306.752,46	3.396	R$ 52.210,47	23º	R$ 104,42
AMEOSC	ITAPIRANGA	R$ 847.458.883,19	16.398	R$ 51.680,62	24º	R$ 103,36
AMAUC	LINDÓIA DO SUL	R$ 236.666.925,03	4.644	R$ 50.961,87	25º	R$ 101,92

Fonte: Valor Adicionado SEF/SC – Relatório do Movimento Econômico. População 2015: IBGE – estimativa da população dos municípios 2015. Elaboração: AMMVI



A tabela 7 elenca o ranking quanto ao Valor Adicionado *per capita* dos municípios de Santa Catarina. Ao se levar em consideração uma pequena população e produção com elevado VA, o maior Valor Adicionado *per capita* do estado está em Piratuba. Logo mais está Abdon Batista, na 6º posição, com um Valor Adicionado *per capita* de R$ 70.000,00. Estes dois municípios possuem usinas hidrelétricas e uma população extremamente baixa. Após, tem-se Vargem Bonita, Treviso e Cordilheira Alta, acobertados pela agroindústria. A média do Estado ficou em R$ 24.284,58 *per capita*.

▷ Tabela 8: Ranking do Valor Adicionado *per capita* do Estado dos municípios da AMMVI.

Código	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2015	VALOR ADICIONADO 2015	VA *PER CAPITA* *2015*	RANKING	ICMS per capita
	SANTA CATARINA	**6.819.190**	**R$ 165.601.193.576,25**	**R$ 24.284,58**	**128º**	**R$ 48,57**
	AMMVI	**744.928**	**R$ 20.008.984.352,26**	**R$ 26.860,29**	**6º**	**R$ 53,72**
99414	APIÚNA	10.322	R$ 504.358.893,83	R$ 48.862,52	27º	R$ 97,73
80330	ASCURRA	7.781	R$ 78.354.027,75	R$ 10.069,92	268º	R$ 20,14
80438	BENEDITO NOVO	11.168	R$ 180.193.182,03	R$ 16.134,78	211º	R$ 32,27
80470	BLUMENAU	338.876	R$ 9.042.781.418,93	R$ 26.684,63	109º	R$ 53,37
80519	BOTUVERÁ	4.943	R$ 182.924.989,35	R$ 37.006,88	54º	R$ 74,01
80551	BRUSQUE	122.775	R$ 3.192.819.539,37	R$ 26.005,45	116º	R$ 52,01
99457	DOUTOR PEDRINHO	3.937	R$ 59.007.001,61	R$ 14.987,81	225º	R$ 29,98
81175	GASPAR	65.024	R$ 1.766.862.752,03	R$ 27.172,47	105º	R$ 54,34
81230	GUABIRUBA	21.612	R$ 420.387.558,47	R$ 19.451,58	170º	R$ 38,90
81477	INDAIAL	63.489	R$ 1.677.868.209,78	R$ 26.427,70	110º	R$ 52,86
82597	POMERODE	31.181	R$ 1.396.639.603,13	R$ 44.791,37	34º	R$ 89,58
82899	RIO DOS CEDROS	11.157	R$ 174.306.261,41	R$ 15.623,04	217º	R$ 31,25
82970	RODEIO	11.380	R$ 149.079.499,67	R$ 13.100,13	248º	R$ 26,20
83577	TIMBÓ	41.283	R$ 1.183.401.414,90	R$ 28.665,59	95º	R$ 57,33

Fonte: SEFISC - Relatório do Movimento Econômico

Na tabela 8 estão os Valores Adicionados per capita dos municípios da região da AMMVI. Destacam-se os municípios de Apiúna e Pomerode com R$ 48 mil e R$ 45 mil de VA por pessoa, seguidos por Botuverá com R$ 37 mil, Timbó, Gaspar e Blumenau com R$ 28 mil, R$ 27 mil e R$ 26 mil, respectivamente. A média da região da AMMVI registrou R$ 26 mil, o que mostra um valor melhor, estando acima da média do Estado, que foi de R$ 24 mil *per capita*.

Já os municípios que representam mais que o dobro do Valor Adicionado *per capita* do Estado, em sua maioria, estão localizados no Oeste de Santa Catarina. Joinvile, maior economia do Estado em termos de VA ocupa a 82ª posição, com R$ 30.116,01 *per capita*. Já a capital do Estado, Florianópolis, está na 256ª colocação, com pouco mais de R$ 11 mil *per capita*.

UNIDADES CONVENIADAS – COORDENAÇÃO E CONTROLE DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR RURAL

Todos os municípios contam o sistema de controle e emissão de notas para produtor rural. O sistema é pago pela AMMVI e sua utilização é feita pelos 14 municípios, o que possibilita maior controle. Periodicamente são dadas orientações sobre a emissão de notas fiscais, preenchimento, digitação, baixa, transmissão, controle e cadastramento. Além disso, a AMMVI acompanha e esclarece os técnicos municipais sobre a legislação pertinentes ao assunto. São feitas ainda reuniões com os responsáveis nas prefeituras pelo controle e pela emissão das notas fiscais.



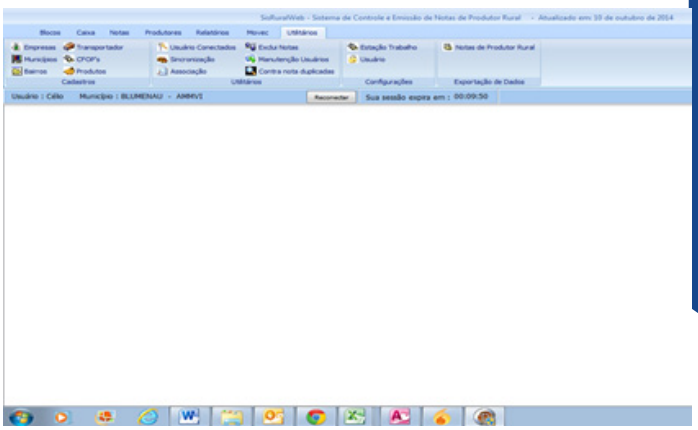
Representante da AMMVI no Senar objetivando cursos de capacitação sobre notas de produtor rural aos municípios da AMMVI.



Reunião com coordenadores das unidades conveniadas da AMMVI sobre notas de produtor rural.

A Assessoria Econômica e Fazendária presta atendimento sobre cadastramento de novos produtores e legislação pertinente ao ICMS de SC. Há ainda participação dos eventos junto à Escola Fazendária para acompanhar novos regramentos, bem como da implantação da nota fiscal eletrônica para os produtores, que deve ser implantada parcialmente no decorrer do exercício de 2016.

SISTEMA SIS RURAL WEB utilizado.



As notas fiscais de produtores rurais emitidas em 2015 totalizaram 70.940, destas, Blumenau com 16.000, seguida por Indaial com 9.900 e Rio dos Cedros com 9.400 notas emitidas. Somando a produção de Valor Adicionado tem-se um montante de R$ 151.328.000,00. Os produtos que mais contribuem na região são:

Tabela 9: Produtos rurais.

Produto	2013	2014
31 - Frangos	5.029.127,83	9.843.015,13
22 - Suínos	3.574.058,60	4.242.302,11
15 - Fumo	4.533.981,38	4.091.458,17
81 - Madeira	3.107.699,18	3.193.294,45
21 - Bovinos	1.097.070,30	1.839.362,34

O número de produtores rurais na região da AMMVI em 2015 foi de 26.043, dos quais 7.764 estão na condição de proprietários. Já os demais assume outras formas, tais como: arrendamento, comodato, parceria, ocupação, condomínio e outros.

COLEGIADOS

Colegiado de Secretários Municipais de Fazenda

Dentre os assuntos discutidos nas reuniões estão: previsões de receitas, Contribuição de Melhoria, Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI), Programa Saúde Fiscal do Ministério Público de Santas Catarina, implantação do Conselho de Contribuintes, situação dos Códigos Tributários Municipais conforme Termo de Ajuste de Conduta (TAC) do MP/SC.

Com o apoio do Colegiado, foram realizadas reuniões com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal para melhoria no sistema de pagamento e cobrança.

Colegiado de Secretários Municipais de Fazenda

▷ 4 reuniões **▷ 72 participações**

▷ Reunião do Colegiado de secretários de Fazenda da AMMVI.





▷ Cursos na área tributária.



▷ Representantes da AMMVI na reunião do CONFAZ/SC.





▷ Representante da AMMVI trocando experiências em reunião de movimento econômico com Governo do Paraná



▷ Representante da AMMVI em reunião com operadoras de telefonia sobre movimento econômico.



Os assuntos tratados nas reuniões de colegiado ajudam a esclarecer problemas comuns entre os municípios, além de se debater alternativas de assegurar a estabilidade das finanças municipais.

▷ Reunião do representante da AMMVI na Secretaria de Estado da Fazenda objetivando a implantação do "Programa com nota fiscal vai legal".



▷ Representantes da AMMVI participando da volante de fiscalização "Com nota fiscal vai legal".



▷ Caracterização do Convênio "Com nota fiscal vai legal".



▷ Flyer do projeto "Com nota fiscal vai legal".



Colegiado de Desenvolvimento Econômico

Foram realizadas reuniões e visitas técnicas nas quais foram elencadas prioridades para a região que servirão para futuros encaminhamentos. Discutiu-se sobre novos investimentos na região, bem como a importância de um Plano de Desenvolvimento Regional na AMMVI. Além disso, promoveram-se reuniões com associações empresariais sobre as demandas locais, a fim de buscar a integração destas com as pautas da AMMVI.

Colegiado de Desenvolvimento Econômico

▷ 1 reunião ▷ 11 participações











Algumas ações do Colegiado também foram noticiadas pela mídia regional.



Médio Vale fortalecido (1)

Trabalho importante vem sendo feito desde o ano passado pelo Colegiado de Desenvolvimento Econômico da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi). O grupo reúne secretários e servidores das secretarias que cuidam da economia dos 14 municípios da Ammvi. O objetivo é identificar oportunidades para toda a região e, de alguma forma, trabalhar em conjunto no desenvolvimento do Médio Vale.

Foi do grupo que saiu, por exemplo, a definição de que o Aeroporto Quero-Quero é de interesse regional. O colegiado também discute temas como o traçado da Ferrovia da Integração e a necessidade de manutenção nas rodovias federais e estaduais da região. Nota-se a preocupação com a infraestrutura necessária para atrair investimentos e dar vazão à produção de nossas empresas.



Médio Vale fortalecido (2)

Apesar de reunir integrantes do poder público, o trabalho está sendo desenvolvido em conjunto com as entidades empresariais. Tanto que elas já encaminharam ao grupo quais as principais demandas da classe produtiva.

O colegiado é presidido pelo diretor de Micro e Pequenas Empresas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Blumenau, Móris Kohl. Segundo ele, somos quase 830 mil habitantes no Médio Vale e a ideia é recuperar o poder de atração de novos investimentos que foi perdido com a litoralização da economia, estimulada pela duplicação da BR-101.

Trabalho necessário que vem em boa hora. Há tempos ouço falar em região metropolitana de Blumenau, mas muito pouco tem sido feito nesse sentido. Quem sabe agora a ideia anda.





TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O setor de Tecnologia da Informação (TI) é responsável pela coordenação executiva de informática e comunicação de dados da AMMVI. Procura desenvolver, manter e propor novas soluções para auxílio aos colaboradores, consórcios e prefeituras associadas.

PROGRAMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A TI tornou-se responsável pela execução de várias ações do planejamento estratégico, sendo possível a definição de algumas ações para ano de 2016.

Ações do programa executadas em 2016

- Ação 1: Melhorar continuamente a infraestrutura para as atividades administrativas e de apoio aos consórcios.
- Ação 2: Agilizar o uso da tecnologia da informação e de telecomunicações para reduzir custos e aprimorar processos.
- Ação 3: Priorizar o uso de software livre ou software de código aberto (*open source*).

Resultados

Os resultados da implementação das ações do programa são apresentados a seguir.

Ação 1

Esta ação tem por objetivo a redução de custos operacionais, melhorias de procedimentos, aumento de produtividade pela maior disponibilidade e qualidade de serviços de rede oferecidos à AMMVI, além de manter a rede de computadores atualizada e pronta para os novos desafios da área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Nesta ação, destaca-se a aquisição de um link de fibra óptica, pelo qual é possível disponibilizar novos serviços e melhoria aos sistemas internos por parte dos usuários externos como prefeituras, unidades de saúde que acessam os sistemas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí (Cisamvi).

Ação 2

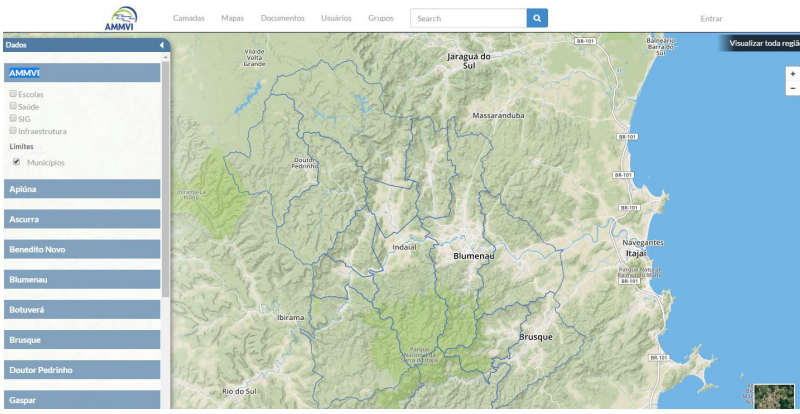
Esta ação tem por objetivo a implantação de sistemas institucionais. Para o cumprimento desta, em 2016 foram realizados reuniões e cursos de capacitação e treinamento.

No período foram desenvolvidos (implantados ou em implantação) ou encontram-se em desenvolvimento os seguintes sistemas de informação:

Sistema: Intranet.
Requisitante: AMMVI.
Descrição: sistema institucional destinado às atividades de planejamento e execução de projetos, solicitações entre setores, informes gerais (notícias internas) e disponibilização de treinamentos e manuais.
Status: implantado.



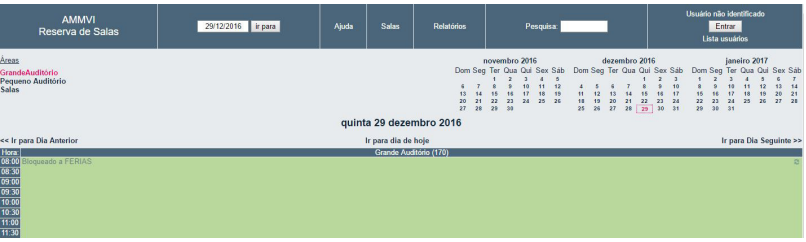
Sistema: SIG-AMMVI.
Requisitante: AMMVI.
Descrição: sistema destinado ao geoprocessamento. Disponibilização de mapas para os municípios e comunidade.
Status: implantado e em desenvolvimento para melhoria contínua.



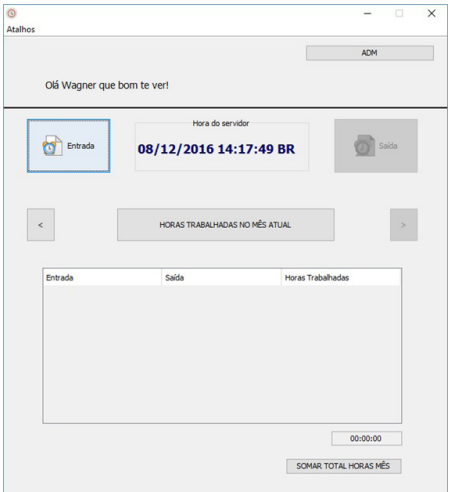
Sistema: SIG-AMMVI-Saneamento.
Requisitante: Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente.
Descrição: sistema destinado à disponibilização de dados referente ao saneamento básico para os municípios.
Status: implantado.



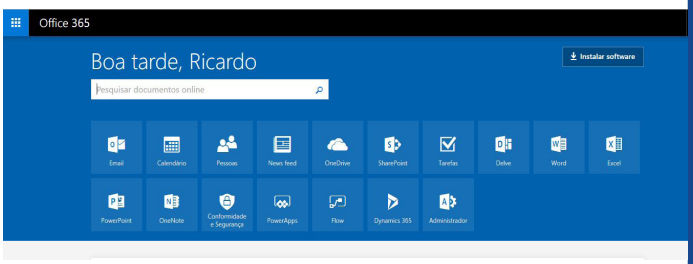
Sistema: Auditório.
Requisitante: Assessoria de Comunicação.
Descrição: sistema destinado ao controle de reservas do auditório e salas de reuniões da AMMVI.
Status: implantado.



Sistema: Relógio Ponto.
Requisitante: Financeiro e Contábil, Operacional e de Controle.
Descrição: sistema destinado ao controle automatizado de horas da AMMVI e consórcios.
Status: em desenvolvimento.



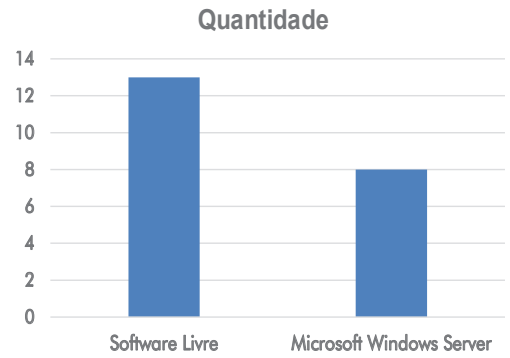
Sistema: Office 365.
Requisitante: AMMVI.
Descrição: Office 365 para empresas oferece acesso a ferramentas do Microsoft Office de praticamente qualquer lugar, além de serviços de colaboração *online*, email e agenda coorporativa.
Status: Implantado.



Ação 3

Esta ação tem por objetivo a implantação de softwares ou sistemas operacionais que não necessitem a aquisição de licenças: os softwares livres. Para isso, segue-se as etapas de verificação do software/sistema operacional, migração e validação final. Com isso é possível reduzir custos na aquisição de licenças para servidores utilizando softwares livres.

Relação de servidores e o uso de sistema operacionais



Fonte: AMMVI.







ASSESSORIA JURÍDICA

ASSESSORIA JURÍDICA

A Assessoria Jurídica presta consultoria especializada aos municípios associados, incluindo orientações técnicas e a elaboração de pareceres sobre atos, ações, interpretações legais e demais assuntos relacionados à administração pública, além da advocacia preventiva e da defesa jurídica da entidade e dos consórcios públicos Cimvi, Cisamvi e Ciaps.

A atuação da Assessoria Jurídica enfatiza a importância da prevenção e do planejamento nas ações da administração pública, atendendo as necessidades mediatas e imediatas dos municípios associados.

Além disso, visa orientar e subsidiar a legalidade, a transparência e a eficiência das ações na administração pública, bem como proporcionar segurança e autonomia para os servidores, assessores e agentes políticos municipais.

CONSULTORIA

Pareceres jurídicos para as mais diversas áreas da administração pública, com base em conhecimentos próprios ou com apoio de consultorias externas, envolvendo consultas relacionadas ao direito administrativo, constitucional, tributário, previdenciário, eleitoral, trabalhista ou civil.

Elaboração de atos administrativos e anteprojetos de leis ordinárias ou complementares para disciplinar situações e assuntos de interesse específico dos municípios associados.



Revisão de atos administrativos e projetos elaborados pelos servidores ou assessores dos municípios associados.

ASSESSORIA

Em média são **oito** atendimentos diários *online* aos agentes públicos para solução de problemas e dúvidas latentes que exigem solução imediata

Repasse *online* de legislação e informações nos mais diversos campos do Direito para assessoria na tomada de decisões pelos gestores e administradores dos municípios associados.

Foram mais de **87** orientações formais (pareceres) em 2016 sobre procedimentos e atos administrativos de rotina na administração pública.

Orientação e assessoria direta na sede da AMMVI para gestores municipais, servidores e assessores, sobre assuntos de interesse dos municípios associados.

PROCESSOS JUDICIAIS

Auxílio às Procuradorias Gerais ou Assessorias Jurídicas dos municípios associados, quando solicitado, para opinar e/ou auxiliar em processos judiciais, sem atuação direta nestes.

Acompanhamento de processos e decisões judiciais de ampla repercussão jurídica na atuação dos municípios associados.

Atuação em processos judiciais e administrativos da AMMVI, Ciaps, Cimvi e Cisamvi.

Defesas e orientações de ex-prefeitos e servidores em processos junto ao TCE/SC.

ASSESSORIA NAS PREFEITURAS

Mediante solicitação, há o comparecimento pessoal nas prefeituras e consórcios, para estudo de problemas e participação em reuniões deliberativas, consultivas ou informativas, inclusive junto ao Poder Legislativo, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público, sobre assuntos de interesse

dos municípios associados.

Apresentação de trabalhos jurídicos aos gestores, servidores e assessores municipais, bem como orientação direta sobre atos e projetos de interesse dos municípios associados.

ATIVIDADES EM REUNIÕES E CURSOS

Participação e consultorias em assembleias da AMMVI e dos consórcios públicos, ou em reuniões setoriais na sede da AMMVI ou fora desta.

Coordenação do Colegiado de Recursos Humanos e Fórum de Procuradores e apoio ao Colegiado de Secretários Municipais de Fazenda e Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social.

Auxílio em cursos e seminários realizados na sede da AMMVI.

Apoio técnico/operacional e análise de grade programática e sugestão de profissionais para realização de treinamentos, cursos e palestras na sede da AMMVI.

ASSESSORIAS E CONSULTORIAS ESPECÍFICAS

Recursos Humanos

a) Auxílio na elaboração de regulamentos e editais de concurso, processos seletivos, convocação de candidatos e atos de nomeação e posse de servidores.

b) Assessoria em projetos novos, regulamentação ou alterações pontuais na legislação funcional (regime jurídico, estrutura administrativa, planos de carreira ou cargos e salários, regime previdenciário e contratação temporária).

c) Análise de legislação e interpretação de textos legais.

d) Assessoria em atos de reclassificação de vencimentos ou salários, criação ou extinção de cargos ou empregos, designação, lotação ou remoção de servidores.

e) Assessoria em procedimentos de contratação temporária, gestão e rescisão de contratos.

f) Assessoria em gestão de direitos sociais e trabalhistas, folha de pagamento, rescisões de efetivos e comissionados, bem em processos administrativos, sindicâncias e processos disciplinares.

g) Assessoria em gestão de pessoal, atos e informações do setor de Recursos Humanos dos municípios associados.

h) Orientação geral sobre prazos e procedimentos para Dirf, Rais e Caged.

Previdência Social

a) Atos, orientações e procedimentos de concessão direta de benefícios e/ou encaminhamento para o RGPS/INSS.

b) Assessoria na gestão do regime próprio.

c) Assessoria em contagem recíproca de tempo de contribuição, homologação de aposentadorias/pensões e compensação previdenciária.

d) Assessoria na atualização da legislação local, na gestão de benefícios previdenciários e na orientação de servidores.

Compras, Licitações e Contratos Administrativos

a) Orientações e assessoria na elaboração de licitações e/ou processos de dispensa ou inexigibilidade.

b) Orientação e assessoria na elaboração de reuniões públicas, atas e termos relacionados a processos de licitação.

c) Orientações e assessoria na elaboração de contratos para aquisição de materiais e serviços, bem como termos aditivos ou termo de rescisão contratual.

d) Orientação e assessoria aos compradores ou à Comissão de Licitações e aos pregoeiros/equipe de apoio sobre procedimentos e ações relacionadas à condução de processos de compra ou licitações.

e) Assessoria em processamento e julgamento de impugnações e recursos administrativos ou judiciais.

f) Assessoria em alteração, suspensão, revogação ou anulação de licitações.

g) Orientação sobre aplicação da LC nº 123/2007 na área de licitações e contratos, e assessoramento na adaptação legal de editais de licitação e regulamentações de pregão e/ou registro de preços.

Assessoria de Gabinete e Produção Legislativa

a) Auxílio ou assessoria na elaboração de projetos de lei, exposição de motivos, mensagens retificativas, sanção e publicação de leis ou elaboração de mensagens de veto total ou parcial.

b) Elaboração, análise ou sugestão de atos administrativos expedidos pela administração municipal.

c) Assessoria em regulamentação de leis ou elaboração de regimentos ou regulamentos.

d) Orientação em decisões e despachos administrativos do gestor municipal.

e) Orientação em afastamentos e substituições do gestor municipal.

f) Assessoria em resposta de diligências e audiências do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

g) Assessoria em resposta de requerimentos da Câmara Municipal.

Tributação e Fiscalização Fazendária

a) Assessoria na aplicação da legislação tributária e em atos da fiscalização fazendária.

b) Assessoria e orientação na alteração e atualização da legislação tributária local, bem como na regulamentação e disciplina de atos fiscais.

c) Assessoria e orientação sobre atos de renúncia de receita ou sobre a constituição de créditos tributários.

d) Interpretação de textos legais e orientação sobre jurisprudências relacionadas com a prática fiscal dos municípios associados.

e) Estudo de alterações tributárias constitucionais e infraconstitucionais que afetem as finanças municipais ou atentem contra a autonomia dos municípios.

f) Assessoria ao setor de movimento econômico para impugnação de declarações e/ou impetração de recursos junto ao Grupo de Trabalho da Fazenda Estadual.

g) Assessoria na recuperação de créditos fiscais.

h) Estudos e orientações a respeito da aplicação do Simples Nacional.

Contabilidade e Finanças

a) Assessoria em procedimentos para prestação de contas de convênios e subvenções.

b) Assessoria na classificação e aplicação de receitas.

c) Assessoria e orientação no empenhamento e liquidação de despesas.

d) Assessoria na elaboração e alteração do PPA, LDO e LOA, bem como suplementação de dotações ou abertura de créditos especiais.

e) Assessoria na compensação de contribuições sociais recolhidas indevidamente.

f) Orientação em projetos de leis para criação de taxas de serviços ambientais;

g) Informe sobre recursos da repatriação e orientação a respeito de ações relativas a partilha da multa fiscal.

ASSESSORIA AO PODER LEGISLATIVO

- Assessoria e orientação sobre atos administrativos da Mesa Diretora.
- Consultoria sobre o processo legislativo e esclarecimentos sobre proposições legislativas do Poder Executivo.
- Assessoria sobre licitações e atos de pessoal.

ATIVIDADES INTERNAS

Elaboração das resoluções e atos administrativos da Assembleia Geral, da Diretoria Executiva ou da Secretaria Executiva da Associação.

Elaboração ou análise de licitações ou contratos para aquisição de materiais ou serviços de interesse da AMMVI.

Assessoria em processo de seleção e recrutamento, atos de pessoal, desenvolvimento funcional e elaboração de contratos de trabalho temporário ou de experiência dos servidores da Associação.

Assessoria para funcionamento do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial (Ciaps), com sugestão, análise ou aprovação de atos e contratos de rateio.

Análise, orientação e revisão jurídica da proposta de alteração do protocolo de intenções, estatuto, contrato de consórcio e regulamento de pessoal do Cimvi.

Assessoria jurídica ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí (Cisamvi), ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (Cimvi) e ao Ciaps, inclusive em reuniões e atos fora da sede.

Assessoria nos processos de licitação em concurso público, resoluções e elaboração de contratos dos consórcios públicos Cisamvi, Cimvi e Ciaps.

Consultoria à Diretoria e/ou Secretaria Executiva sobre ações, atos e decisões de interesse dos municípios associados, inclusive junto ao Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e TCE/SC.

Assessoria na elaboração de resposta de audiências do TCE/SC, bem como defesas e recursos administrativos de ex-gestores municipais sobre atos de governo.

ATIVIDADES EXTERNAS

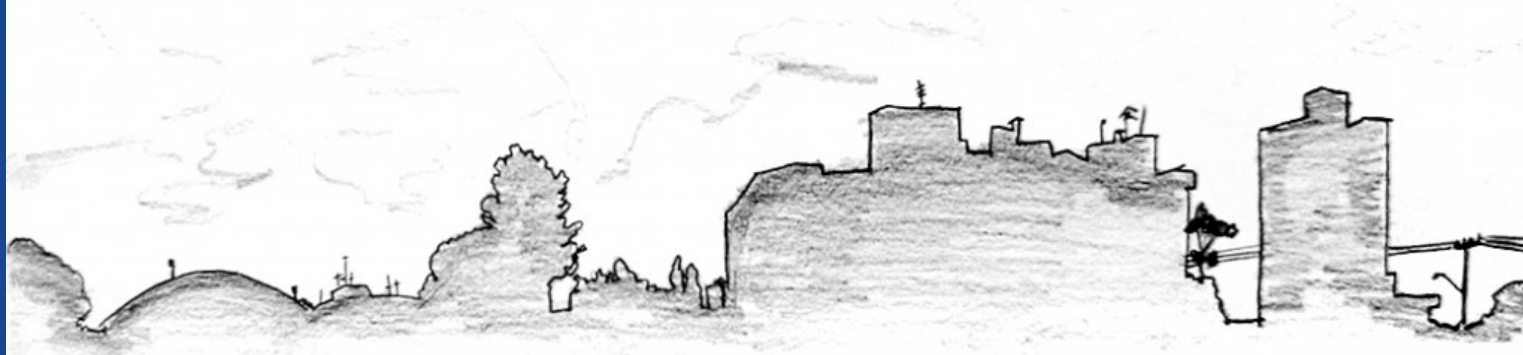
Participação em congressos, palestras, cursos ou encontros nacionais, estaduais ou regionais sobre assuntos atuais de interesse da AMMVI e/ou dos municípios associados.







ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO URBANO, ARQUITETURA E ENGENHARIA



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO URBANO, ARQUITETURA E ENGENHARIA

Compete à Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia e prestar assessoria aos municípios e dar orientação na elaboração de projetos básicos, executivos e complementares nas áreas da saúde, educação, esportes e eventos, centros comunitários e administrativos, pavimentação, ampliações, laudos, pareceres, orçamentos, levantamentos, inspeções de campo e assessoramento aos municípios em seus Planos Diretores e legislação complementar.

A equipe da AMMVI participa ainda de reuniões, conselhos, colegiados, seminários e assessora os municípios na organização de conferências e outros eventos relacionados às áreas de Engenharia e Planejamento Urbano

PROJETOS DE ROTINA

São projetos de rotina outras obras novas e ampliações de interesse da comunidade ou da administração pública, tais como:

- galpões (ginásios de esporte, centro de eventos, centro de múltiplo uso e de idosos),
- prédios escolares (escolas, creches),
- prédios administrativos (prefeituras, Câmara de Vereadores),
- postos de saúde (policlínicas, hospitais),
- praças (paisagismo),
- pavimentações (em vias urbanas e rurais com revestimentos e drenagens),
- áreas destinadas a lazer e cultura (centros sociais e de convívio).

PROJETOS ESPECIAIS

Os projetos especiais dependem de avaliação prévia, não descartando a participação. Exemplos: pontes, portais, reformas e projeto de interiores.



CRONOGRAMA E ENCAMINHAMENTOS NECESSÁRIOS PARA PEDIDO DE ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS

- **1ª Etapa:** solicitação por escrito, vinda do prefeito ou secretário, à equipe técnica da AMMVI.
- **2ª Etapa:** visita, entrevista, levantamento, programa de necessidades e dados do local onde será executada a edificação. Determinação da data ou prazo de entrega do anteprojeto e demais etapas.
- **3ª Etapa:** elaboração do anteprojeto para aprovação do prefeito ou secretaria responsável.
- **4ª Etapa:** após aprovação do anteprojeto, a equipe técnica finalizará o projeto arquitetônico e os documentos necessários para sua execução ou licitação. Documentos que complementam o projeto: memorial descritivo, memorial de cálculo, orçamento (estimativa de custos com BDI), cronograma físico-financeiro.
- **5ª Etapa:** depois de solicitado e entregue todos os projetos acima citados, caso haja necessidade, dar-se-á a elaboração dos seguintes projetos complementares: preventivo de incêndio, hidrossanitário, elétrico, estrutural.

COLEGIADOS

Colegiado de Defesa Civil

O Colegiado de Defesa Civil foi criado como resposta às demandas aos mais diversos fenômenos climáticos que ocorrem na região. Nele, secretários, técnicos municipais e demais interessados recebem órgãos de controle climático e elaboram soluções, ações, estudos e propostas para que seja viabilizado um sistema de monitoramento e prevenção regional eficaz.

As reuniões ordinárias são realizadas a cada dois meses. Além disso, há outras reuniões realizadas pela coordenação do Colegiado para discussões das demandas e pautas para as próximas reuniões.

MANUTENÇÃO PREDIAL E SALAS

Esta Assessoria, em conjunto com o setor Financeiro e Contábil, Operacional e de Controle, é responsável pela manutenção, reparos e imprevistos com relação à infraestrutura da edificação da AMMVI de 2.042,88 m², o que significa que são cuidados com sistemas elétrico, hidráulico, incêndio e de segurança.

TREINAMENTO

A Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia e promoveu um treinamento do software AutoCad para os técnicos das prefeituras dos municípios que se mostraram interessados. O curso teve a duração de quatro horas e foi realizado na sede da AMMVI.



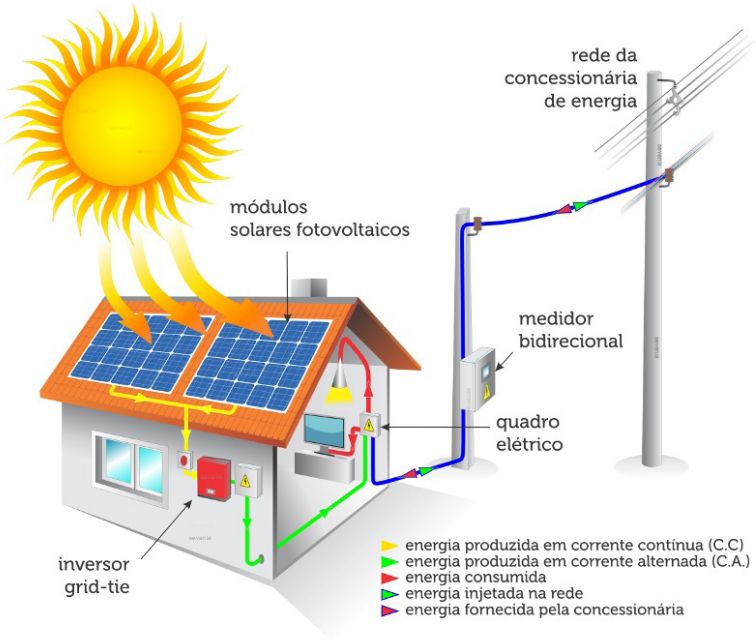
ENERGIA LIMPA

Esta Assessoria objetiva implantar um sistema de geração de energia limpa (energia solar fotovoltaica) em longo prazo na sede da AMMVI e assim dissipar a ideia aos municípios. Atualmente encontra-se na fase de análise de orçamentos para, posteriormente, verificar-se o custo e o benefício.

Conforme a Resolução Normativa nº 482/2.012 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a geração compartilhada utilizando a energia solar fotovoltaica é uma nova forma de compensar a energia. A energia gerada pelos painéis é entregue a rede elétrica convencional e a energia gerada excedente será direcionada para a rede da distribuidora e suscitará um crédito para utilização em até 60 meses.

No município de Blumenau foi encaminhado ao Legislativo Municipal o Projeto de Lei n° 6858/2015, que prevê utilização de sistemas fotovoltaicos na geração de energia elétrica em prédios públicos municipais, escolas e creches municipais. Blumenau representa hoje 5,6% das residências com algum tipo de geração alternativa.

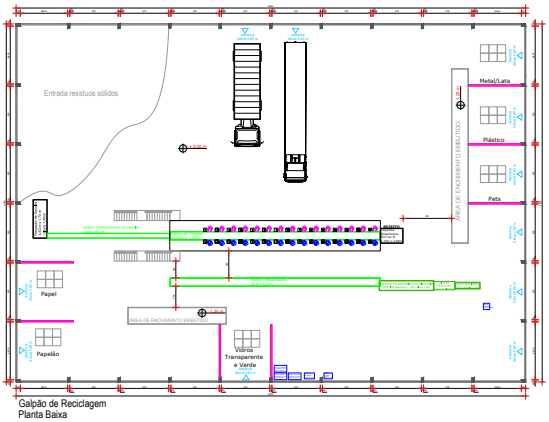
Pelo menos 43 unidades consumidoras no Estado estão nessas condições. Santa Catarina possui a maior Usina Fotovoltaica do Brasil - produção de energia solar com 19.424 módulos fotovoltaicos, a Usina Fotovoltaica Cidade Azul em Tubarão, produz cerca de 3 megawatts, o suficiente para abastecer cerca de 2.500 residências.



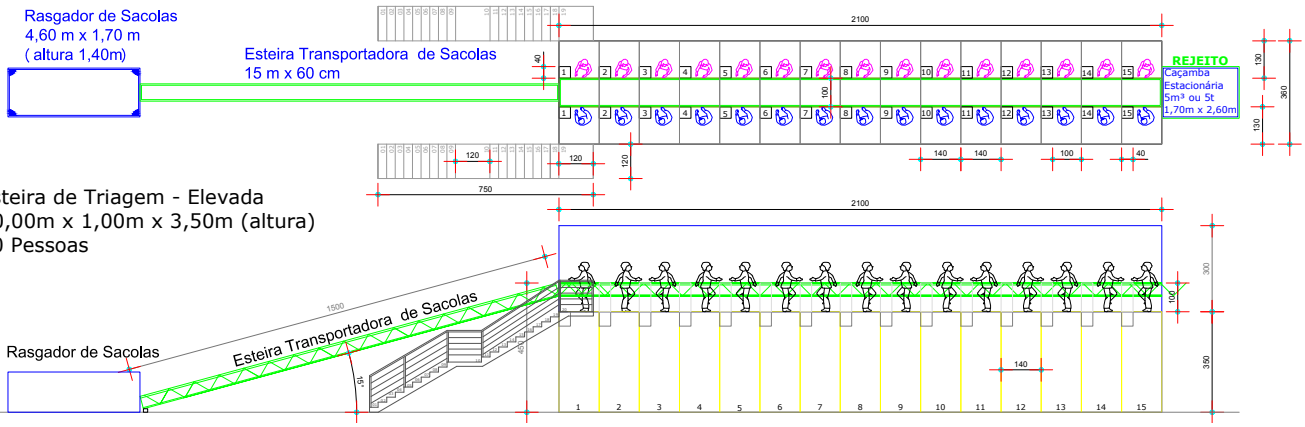
USINA DE BIOGÁS

Esta Assessoria participou de reuniões para o andamento do projeto da usina de biogás na região, como também colaborou na revisão do projeto e prestou assessoria em orçamento e planejamento em elementos da construção civil. Participou juntamente com a Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente desde o processo de implantação ao orçamento da usina de biogás.

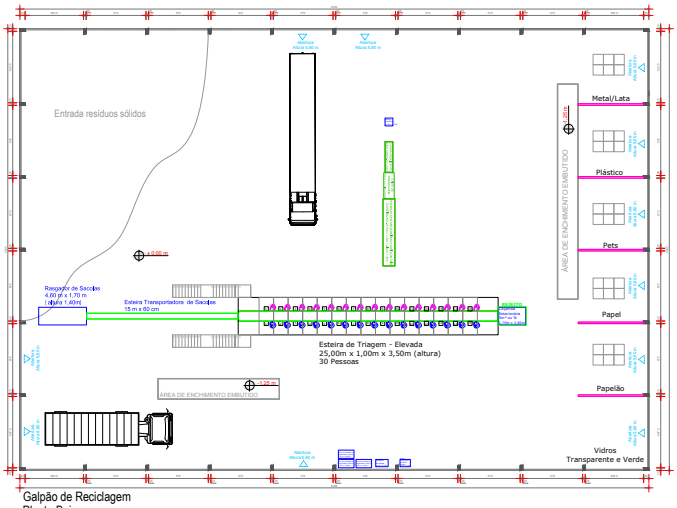
Além disso, foi elaborado o croqui com maquinários e disposição do galpão de reciclagem no aterro sanitário de Timbó.



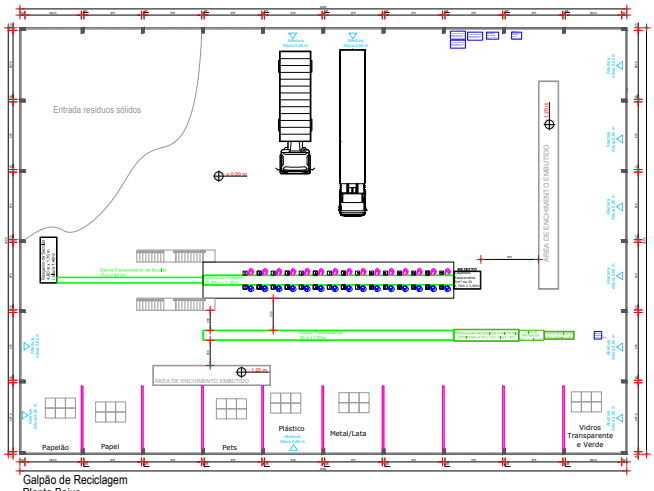
Galpão de Reciclagem
Planta Baixa
2.571,25m² (60,50m x 42,50m)



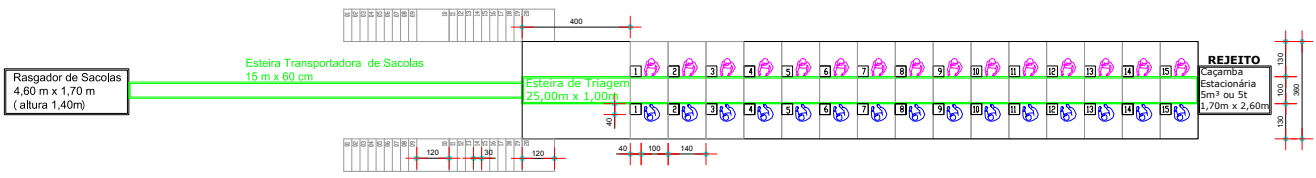
Esteira de Triagem - Elevada
20,00m x 1,00m x 3,50m (altura)
30 Pessoas



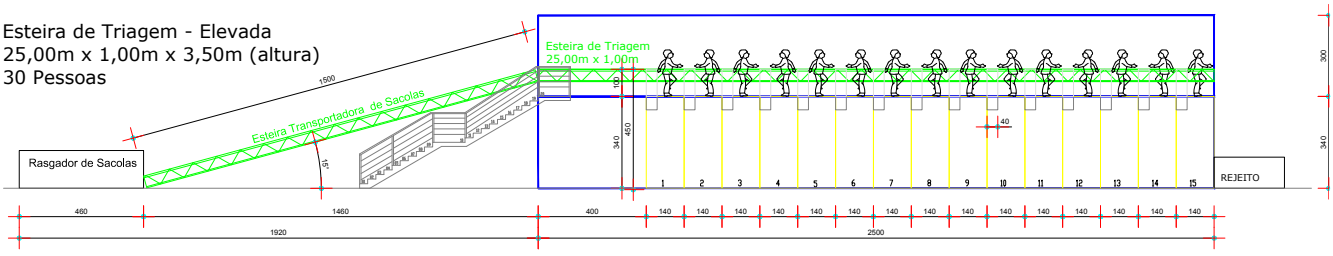
Galpão de Reciclagem
Planta Baixa
2.571,25m² (60,50m x 42,50m)



Galpão de Reciclagem
Planta Baixa
2.571,25m² (60,50m x 42,50m)



Esteira de Triagem - Elevada
25,00m x 1,00m x 3,50m (altura)
30 Pessoas

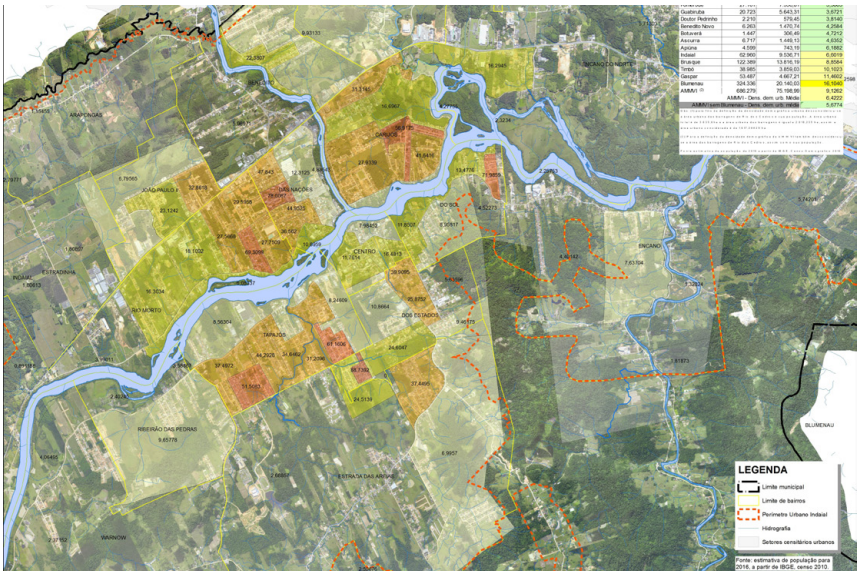


DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL

A equipe da Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente e a Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia e vêm coordenando a elaboração do Diagnóstico Socioambiental com vistas à definição das Áreas Urbanas Consolidadas (AUC) dos municípios.

O Grupo Técnico (GT) foi constituído em parceria com a Promotoria Regional de Meio Ambiente e é composto por técnicos municipais, AMMVI e Furb. O GT foi constituído com a finalidade de discutir os conflitos existentes no andamento da elaboração do Diagnóstico e decidir a forma como será realizado. As discussões acerca deste tema iniciaram no mês de novembro de 2015 e o trabalho foi efetivamente iniciado em março de 2016, totalizando seis reuniões. A elaboração contempla os municípios de Indaial e Rio dos Cedros, os quais são pilotos para a definição da metodologia a ser adotada.



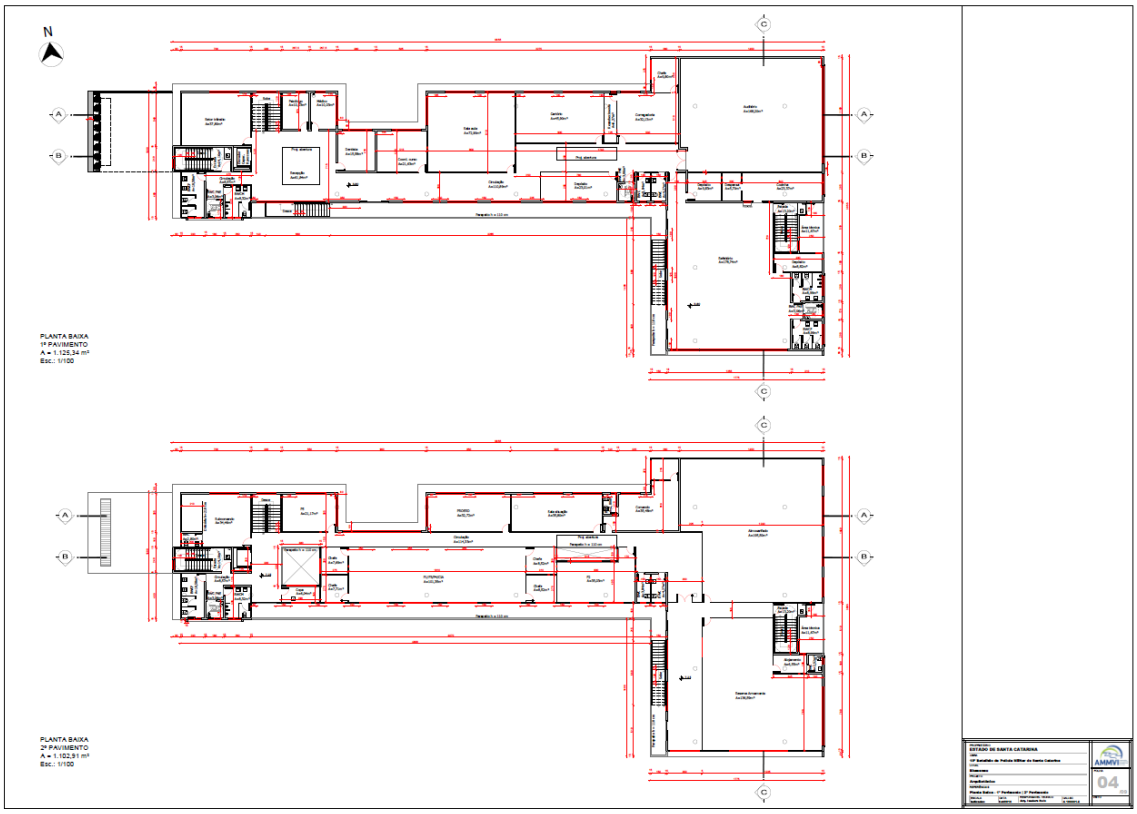


PROJETOS REALIZADOS EM 2016

- Nova sede do 10º Batalhão de Polícia Militar, em Blumenau: projetos arquitetônico e de prevenção de incêndio e memorial descritivo. O projeto tem sido assunto da imprensa e também de reuniões de entidades e lideranças, para as quais a AMMVI é convidada a participar



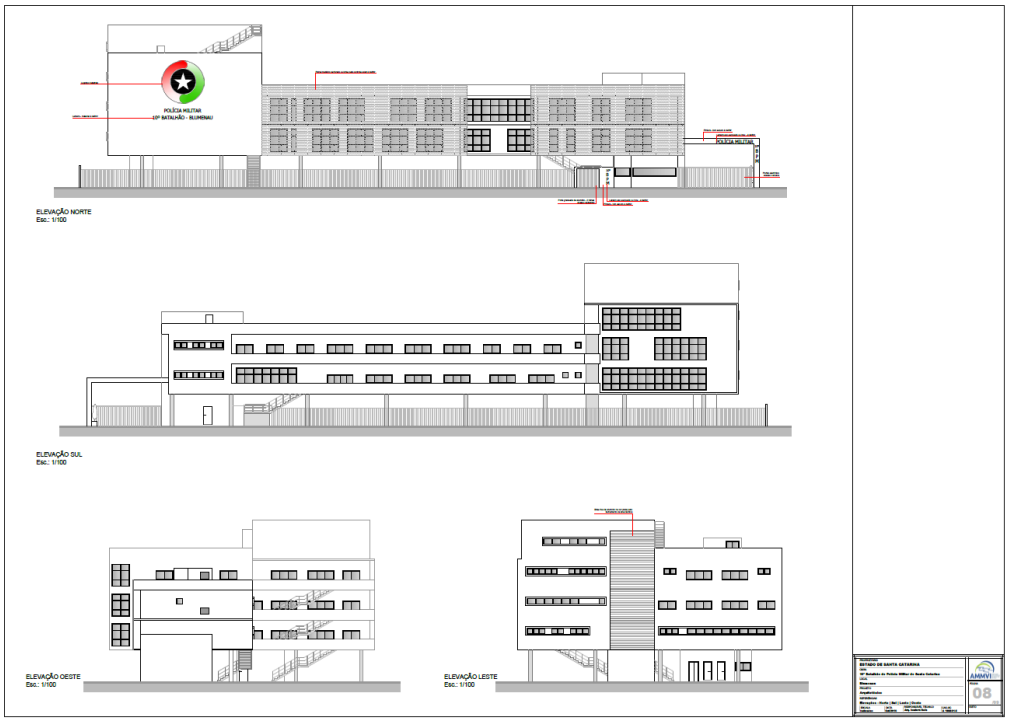
Prancha 2: implantação.



Prancha 4: planta baixa - 1º e 2º pavimentos.



Prancha 7: cortes.



Prancha 8: elevações.

TÍTULO HONORÍFICO E MEDALHA "AMIGO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA"

A AMMVI foi condecorada com o título honorífico e a medalha "Amigo da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina", durante a solenidade alusiva aos 181 anos da Corporação. O projeto que a Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia desenvolveu ao 10º Batalhão de Polícia Militar contribuiu para o recebimento do título e da medalha.

Esta condecoração foi criada para agradecer pessoas físicas e jurídicas, civis, personalidades e órgãos públicos nacionais ou estrangeiros, militares estaduais e das Forças Armadas que tenham contribuído para o engrandecimento da Polícia Militar de Santa Catarina.



Imagem 3D do anteprojeto.




Polícia Militar de Santa Catarina

Certificado

Amigo da Polícia Militar

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina confere a

AMMVI Associação dos Municípios do Médio Vale de Itajaí

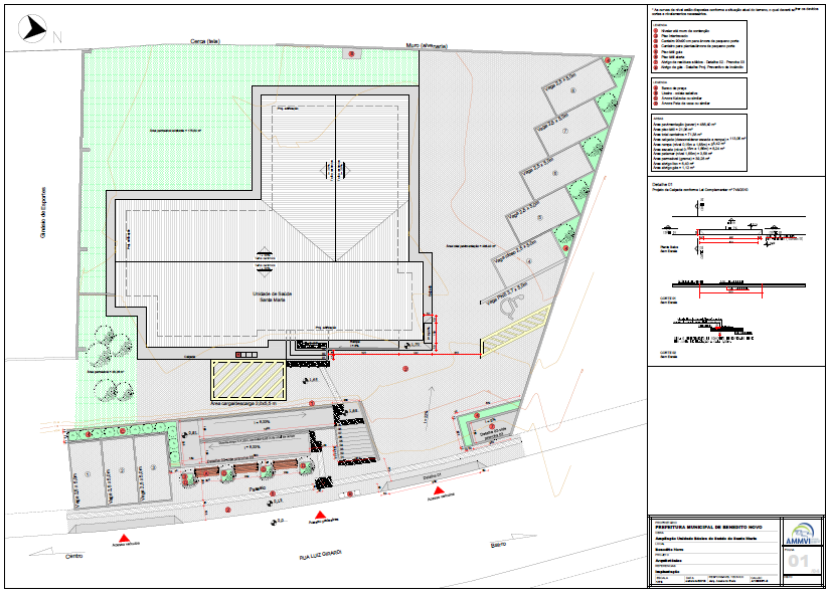
o título honorífico Amigo da Polícia Militar, pelos relevante serviços prestados a esta corporação.

Florianópolis - SC, em 05 de maio de 2016.

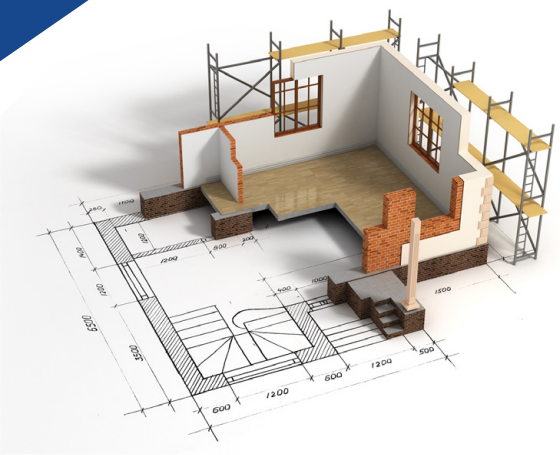
POLÍCIA MILITAR SANTA CATARINA

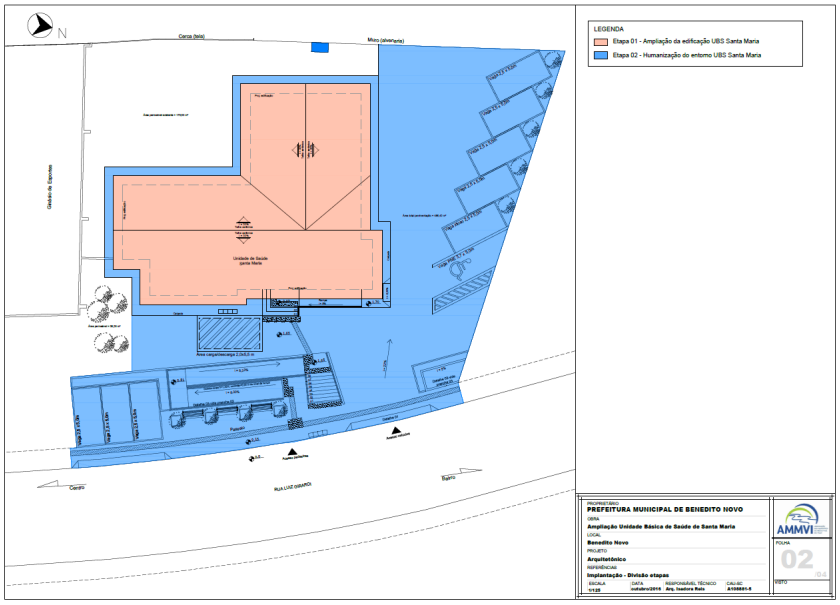
Paulo Henrique Hemm
Coronel PM Comandante-Geral

- Reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde na localidade Santa Maria, em Benedito Novo: projetos arquitetônico, elétrico, hidrossanitário, pluvial e preventivo de incêndio, orçamento e cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e memorial de cálculo.

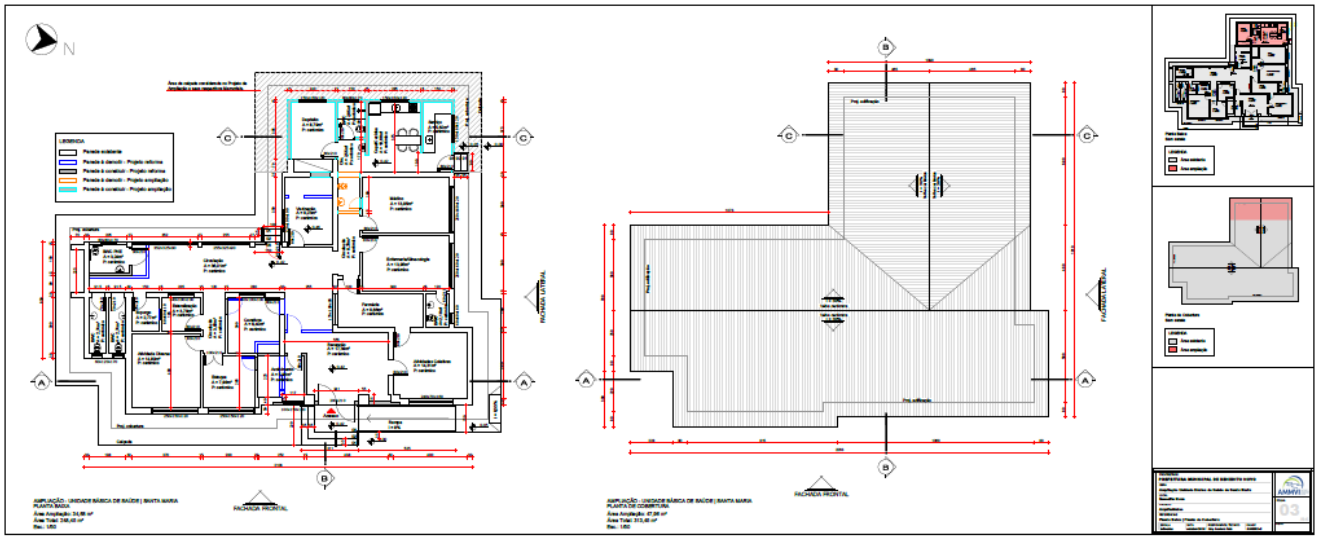


Prancha 1 – implantação

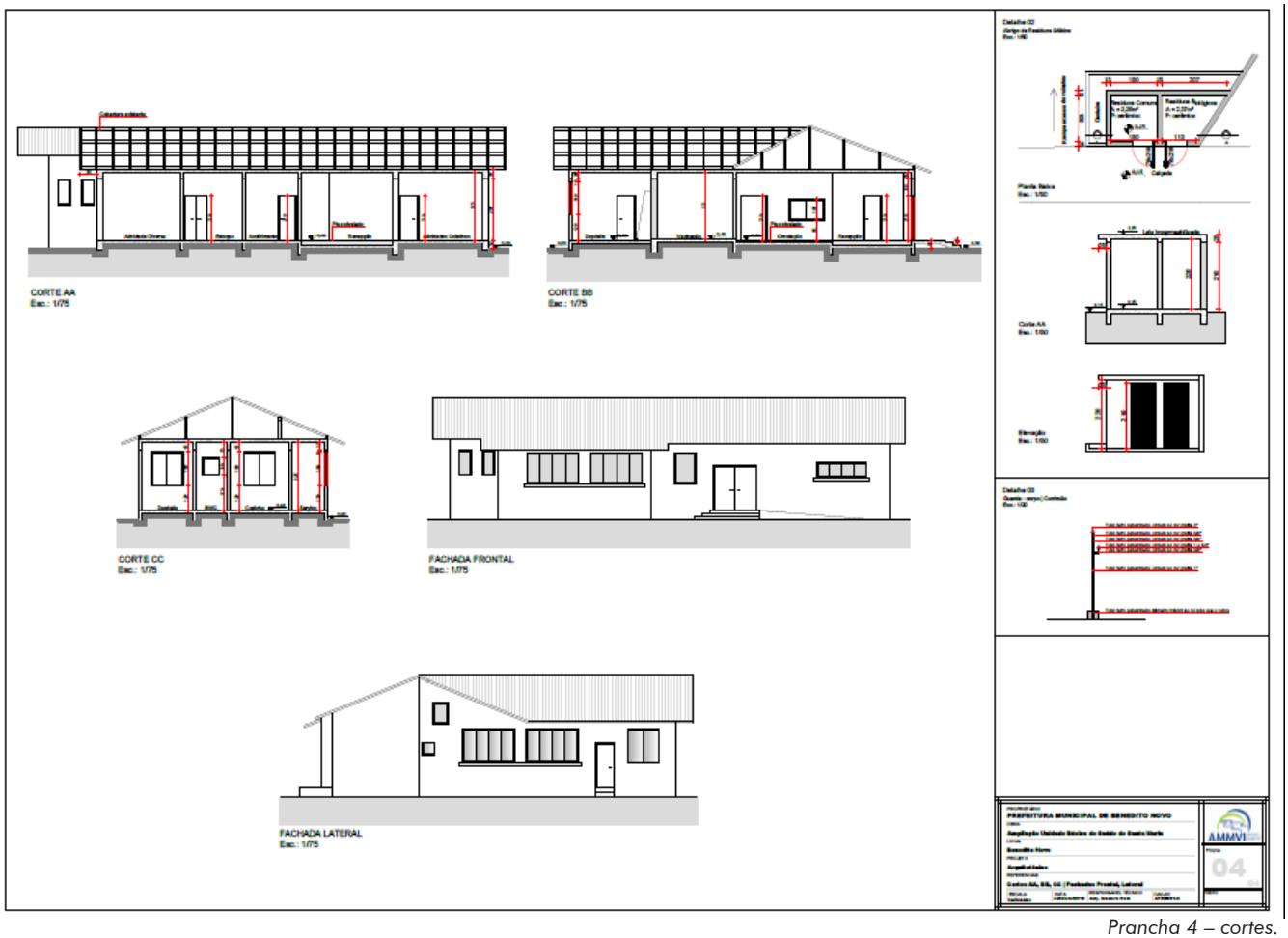




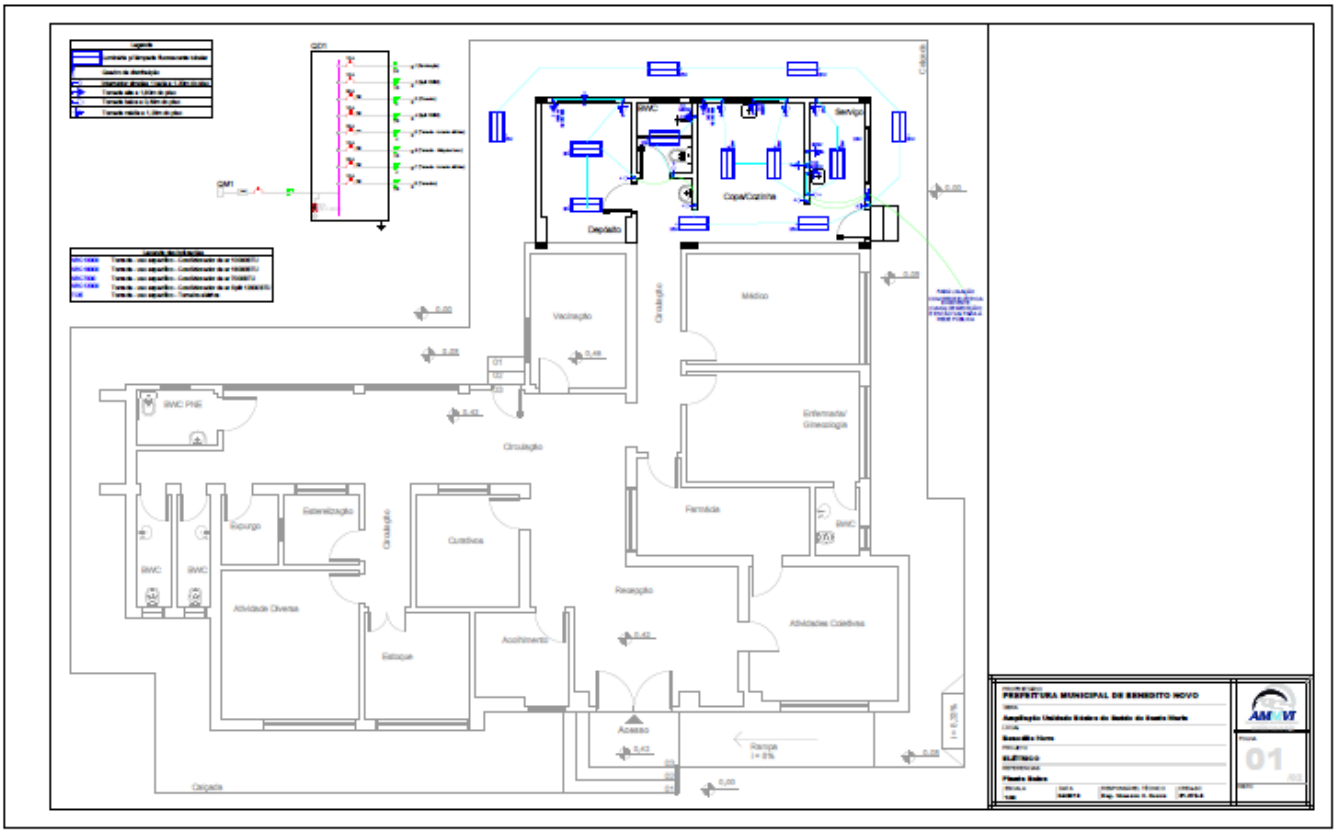
Prancha 2 – implantação / divisão de etapas.



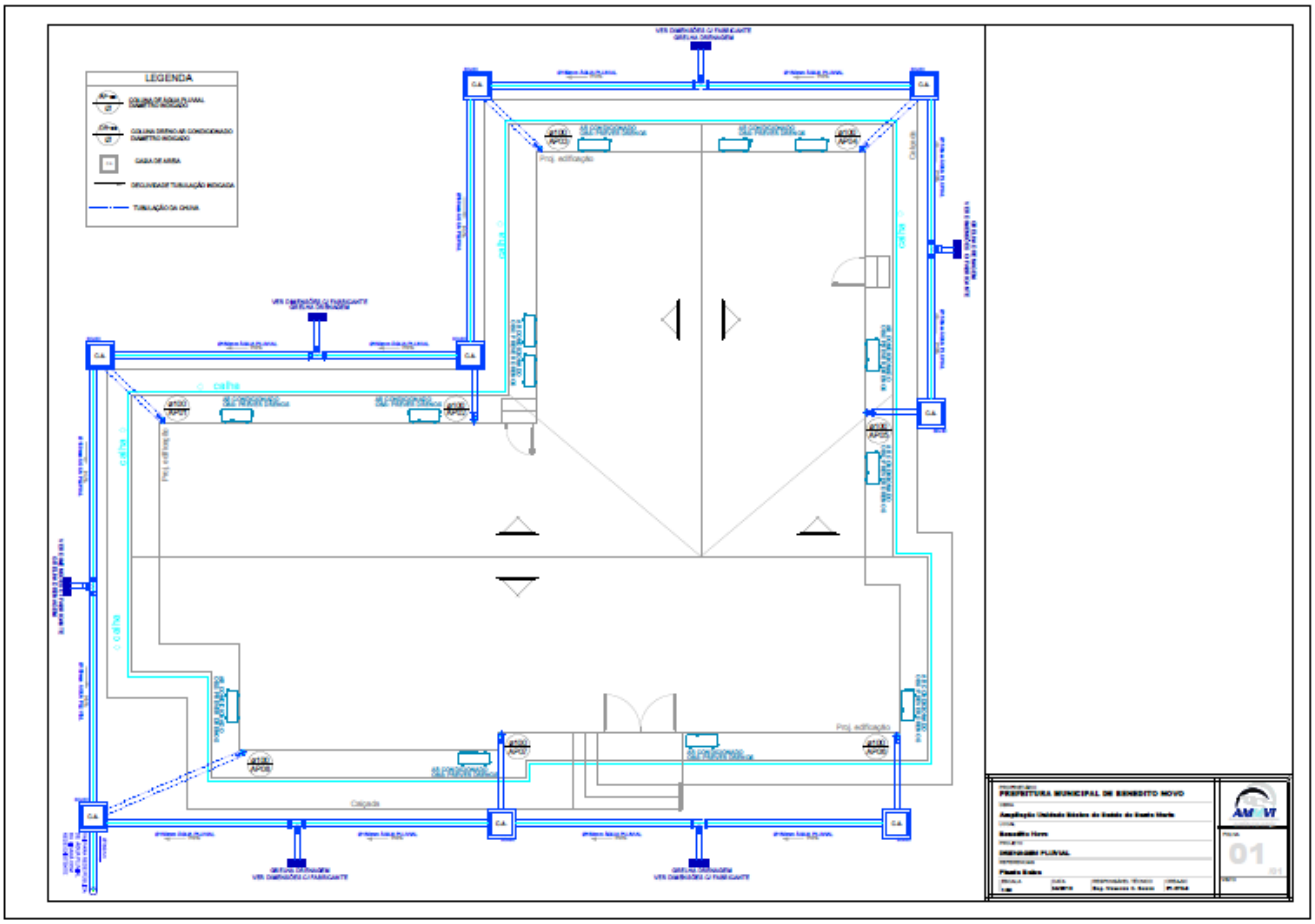
Prancha 3 – planta baixa / planta de cobertura.



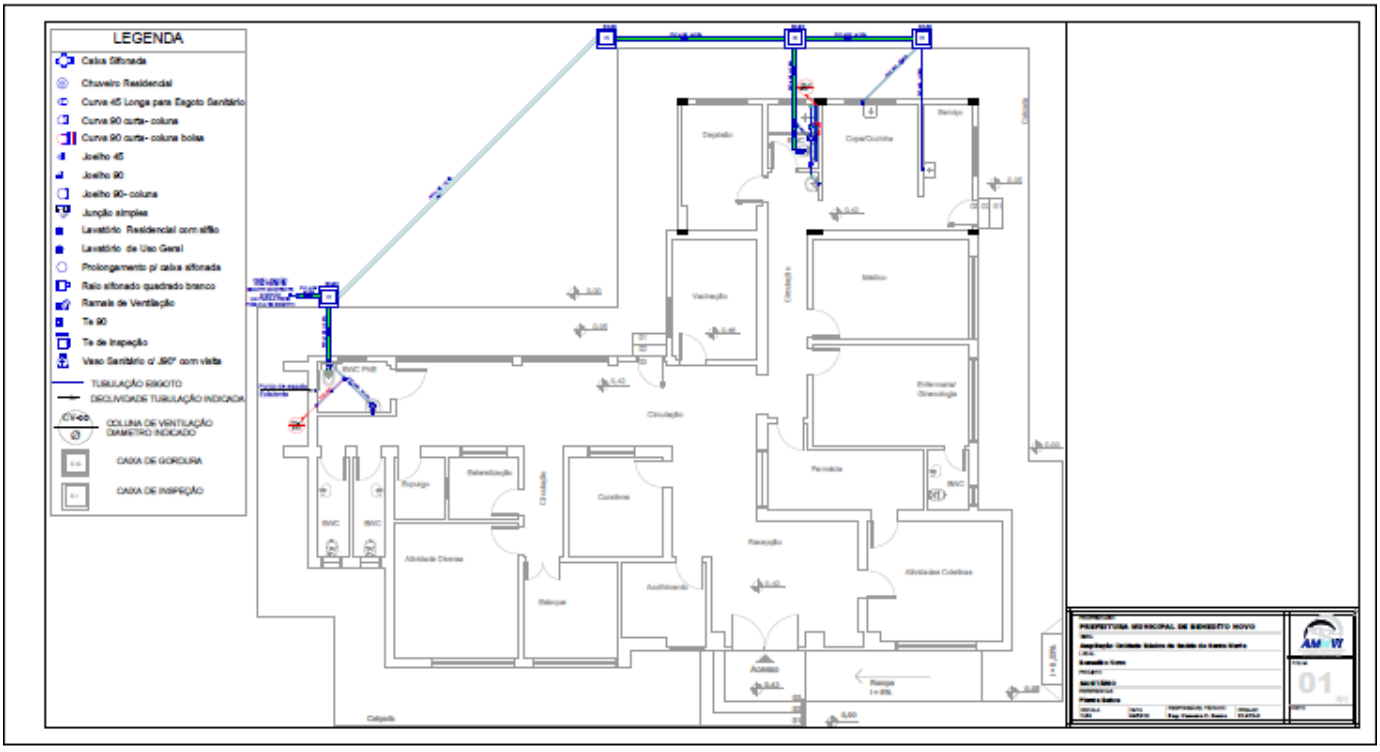
Prancha 4 – cortes.



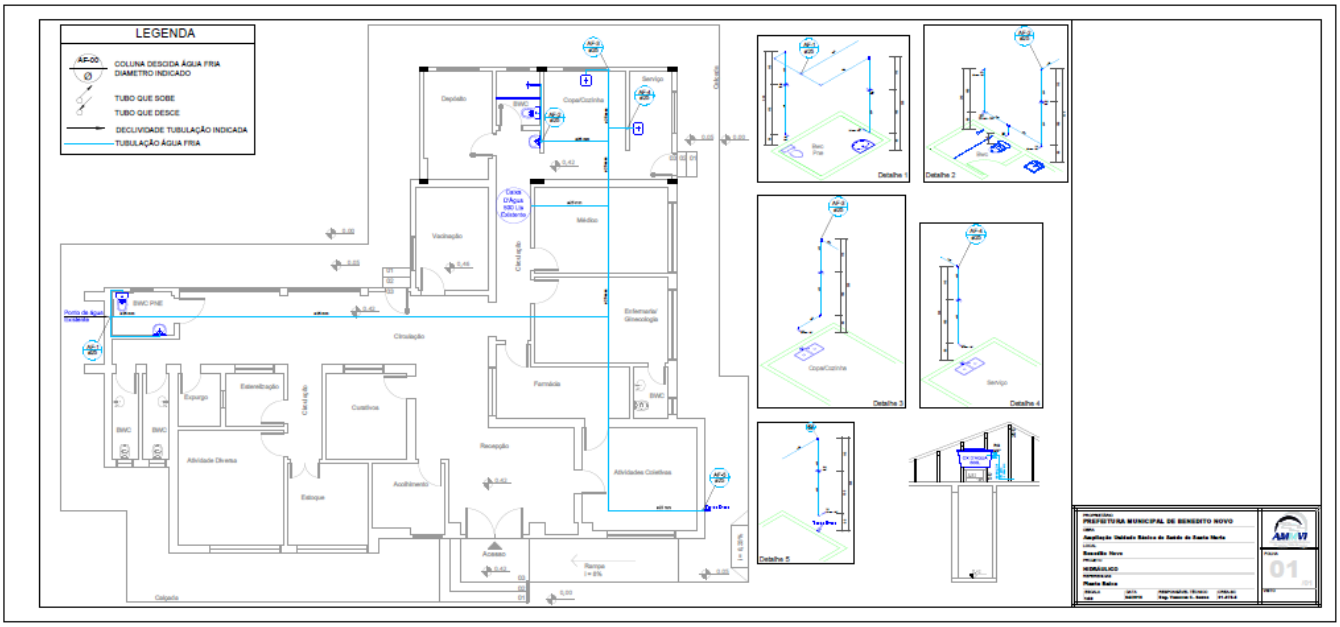
Prancha 1 – projeto elétrico.



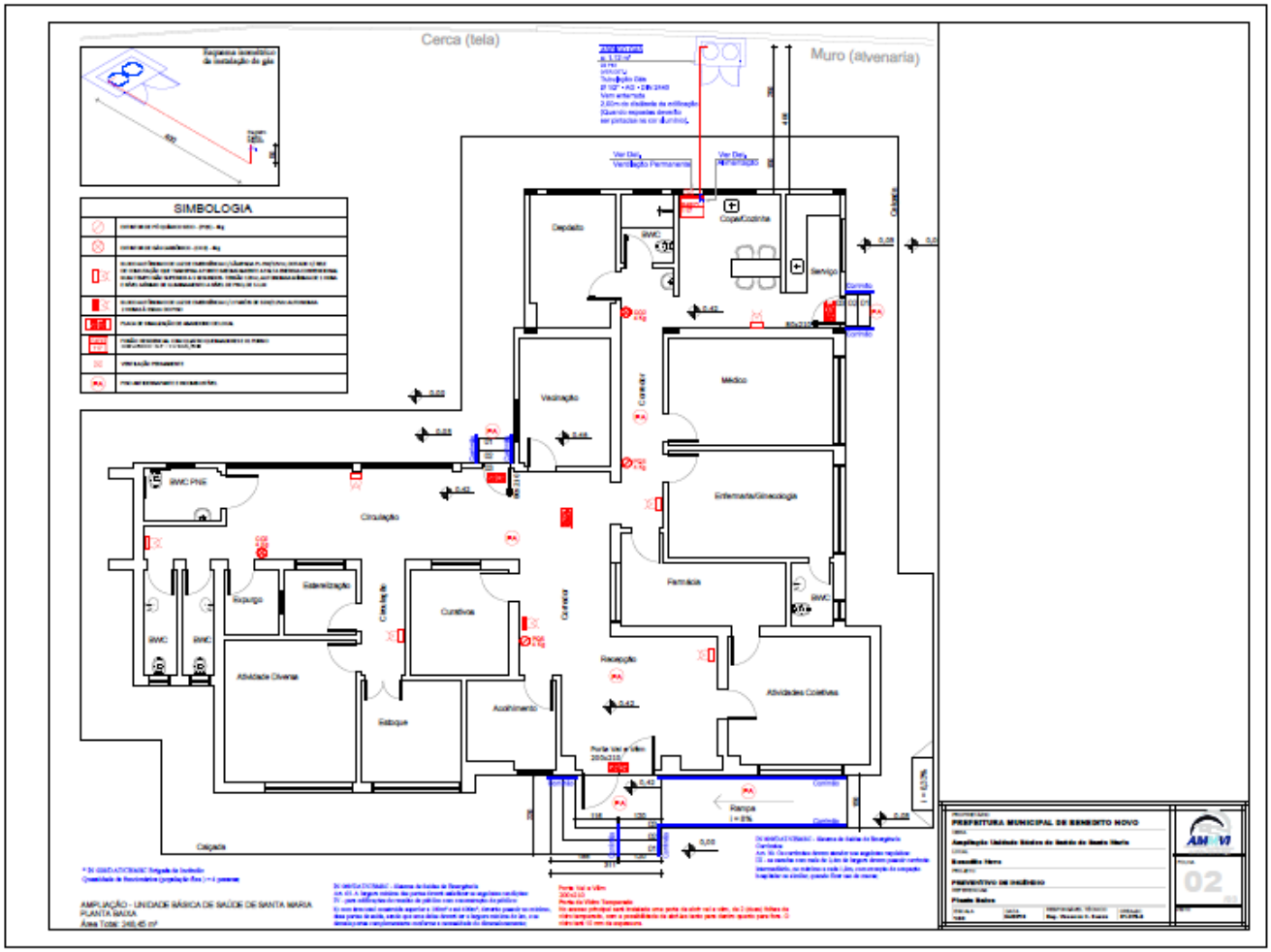
Prancha 1 – drenagem pluvial.



Prancha 1 – projeto sanitário.

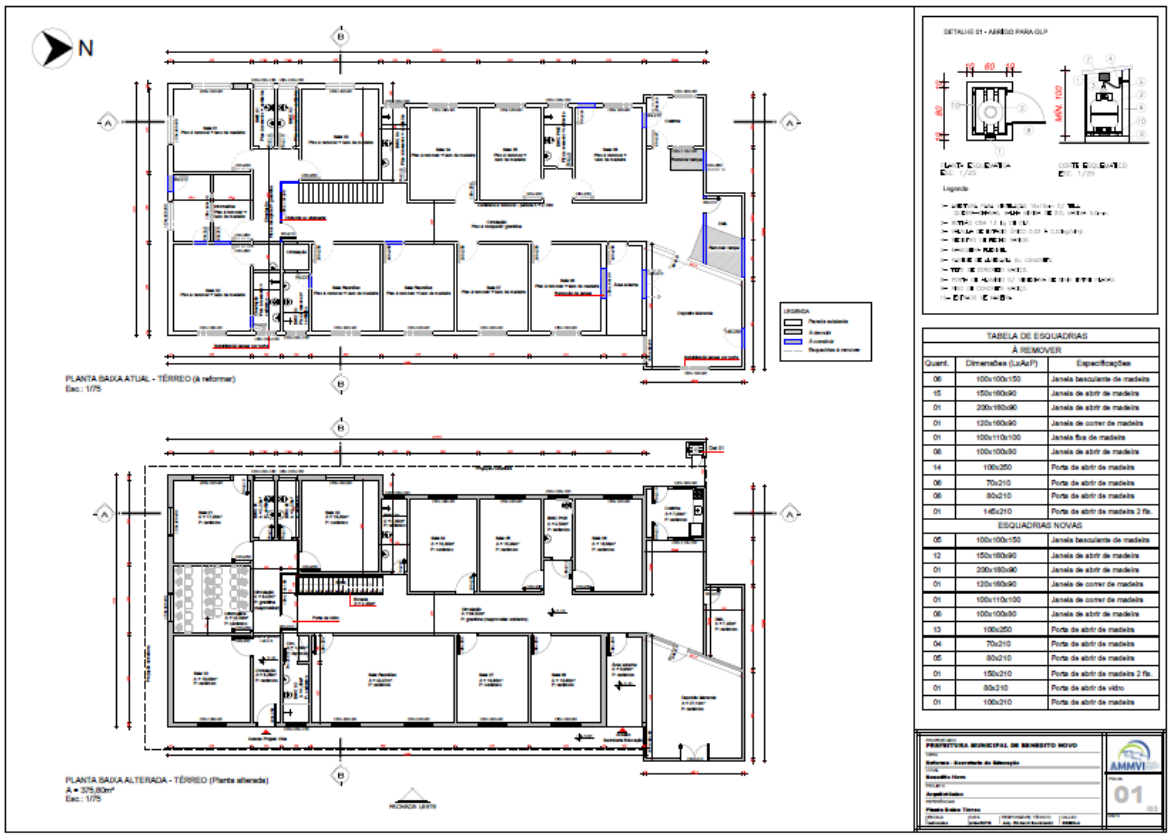


Prancha 1 – projeto hidráulico.

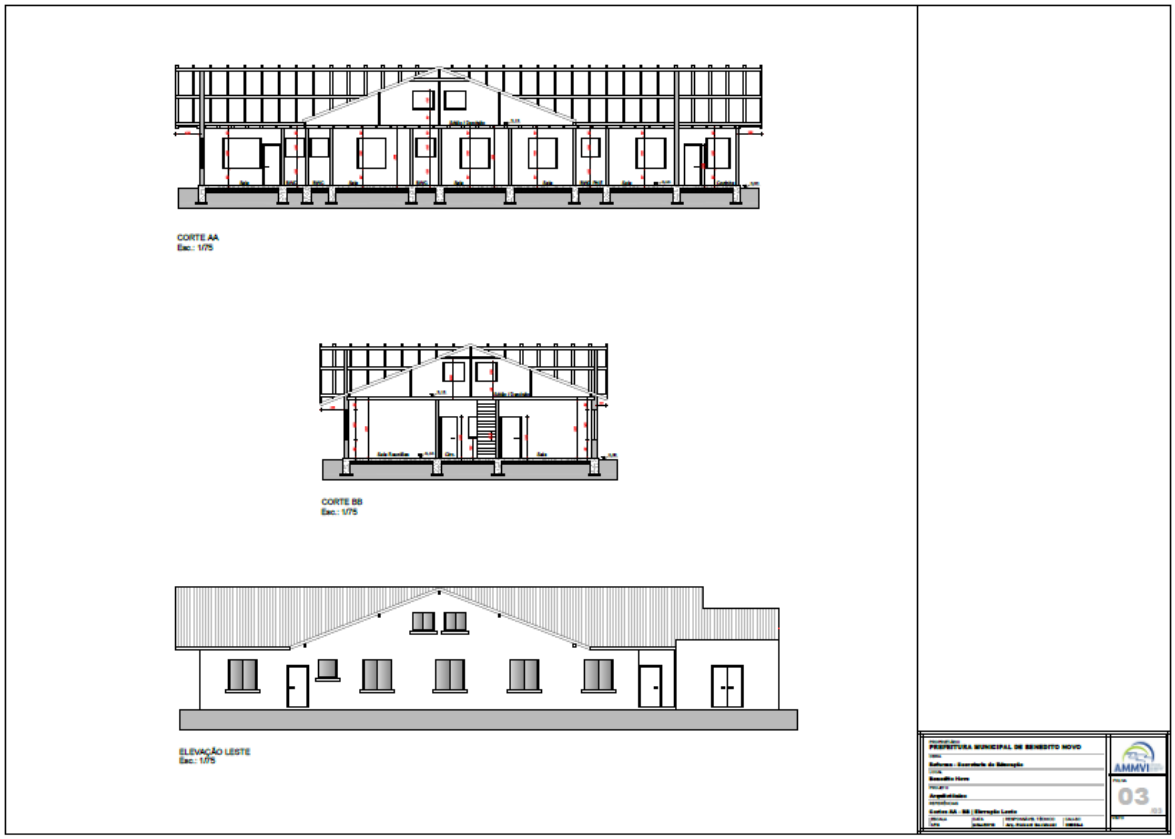


Prancha 2 – preventivo de incêndio.

- Reforma do antigo Hospital para nova sede da Secretaria Municipal de Educação, em Benedito Novo: Projeto arquitetônico, orçamento e cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e memorial de cálculo.

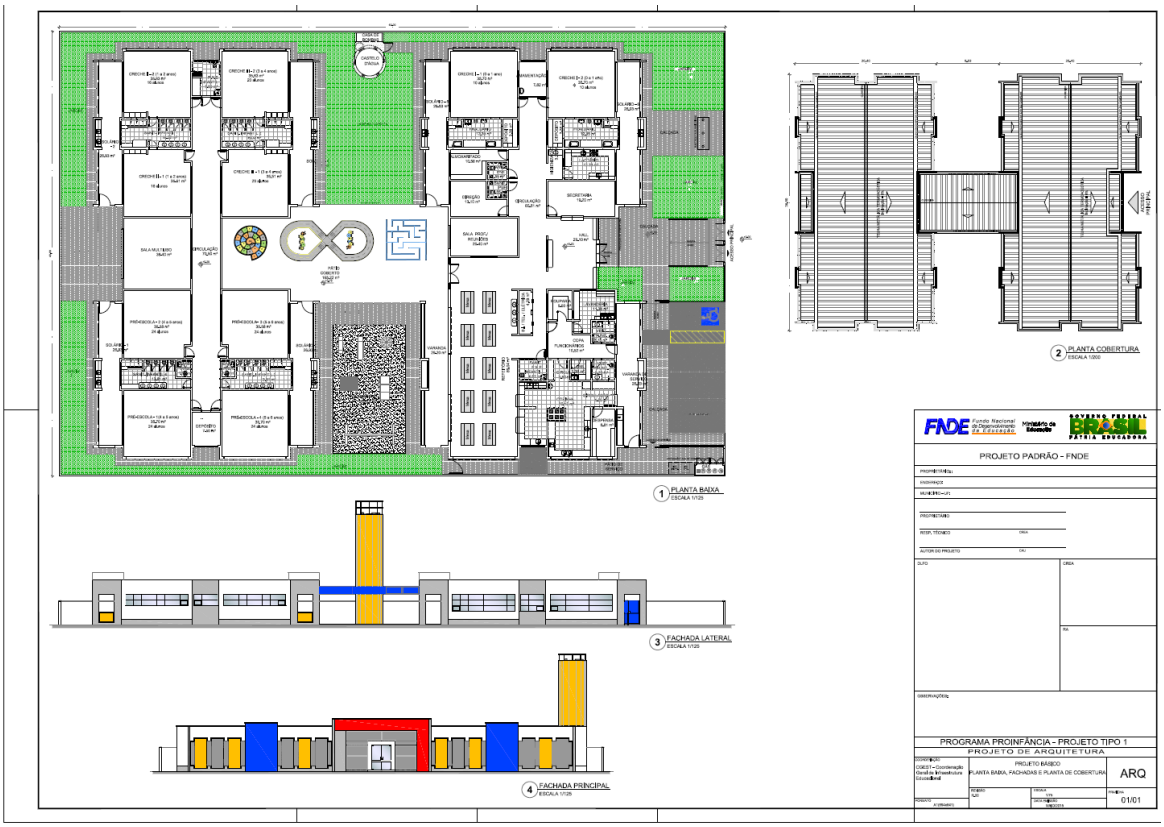


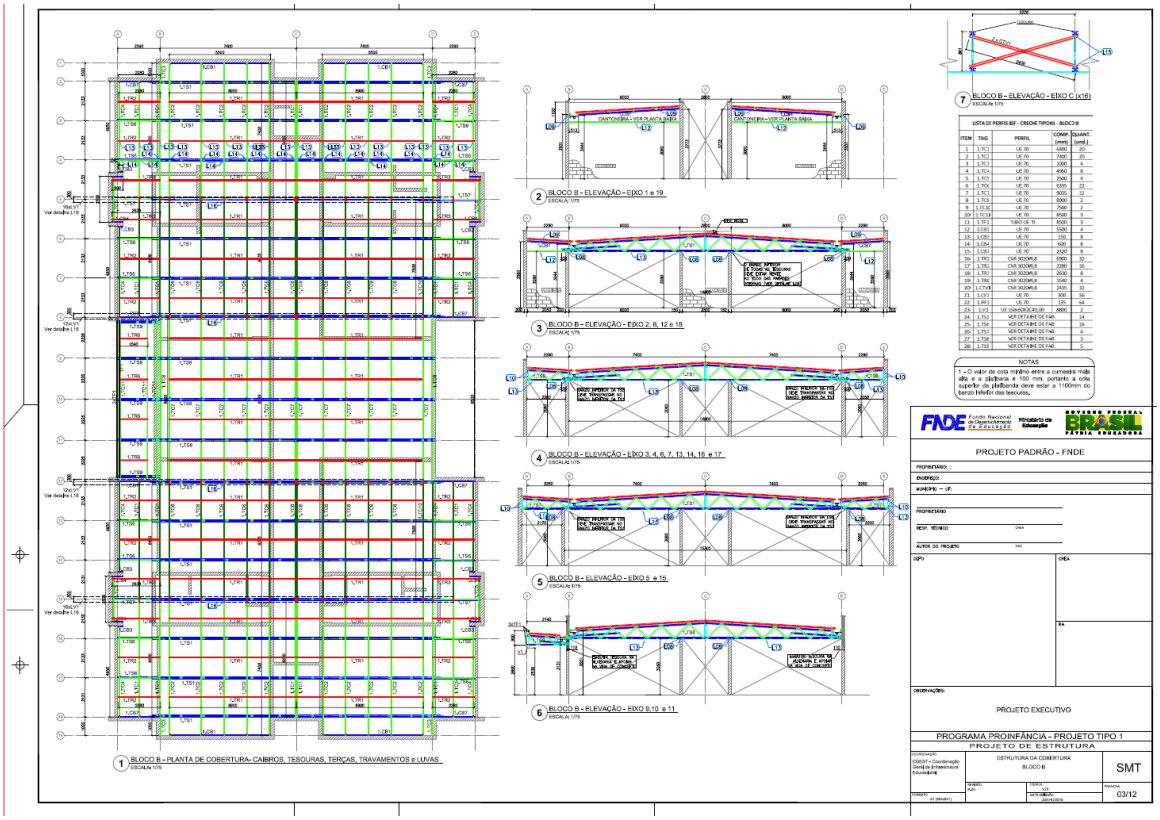
Prancha 1: planta baixa de reforma



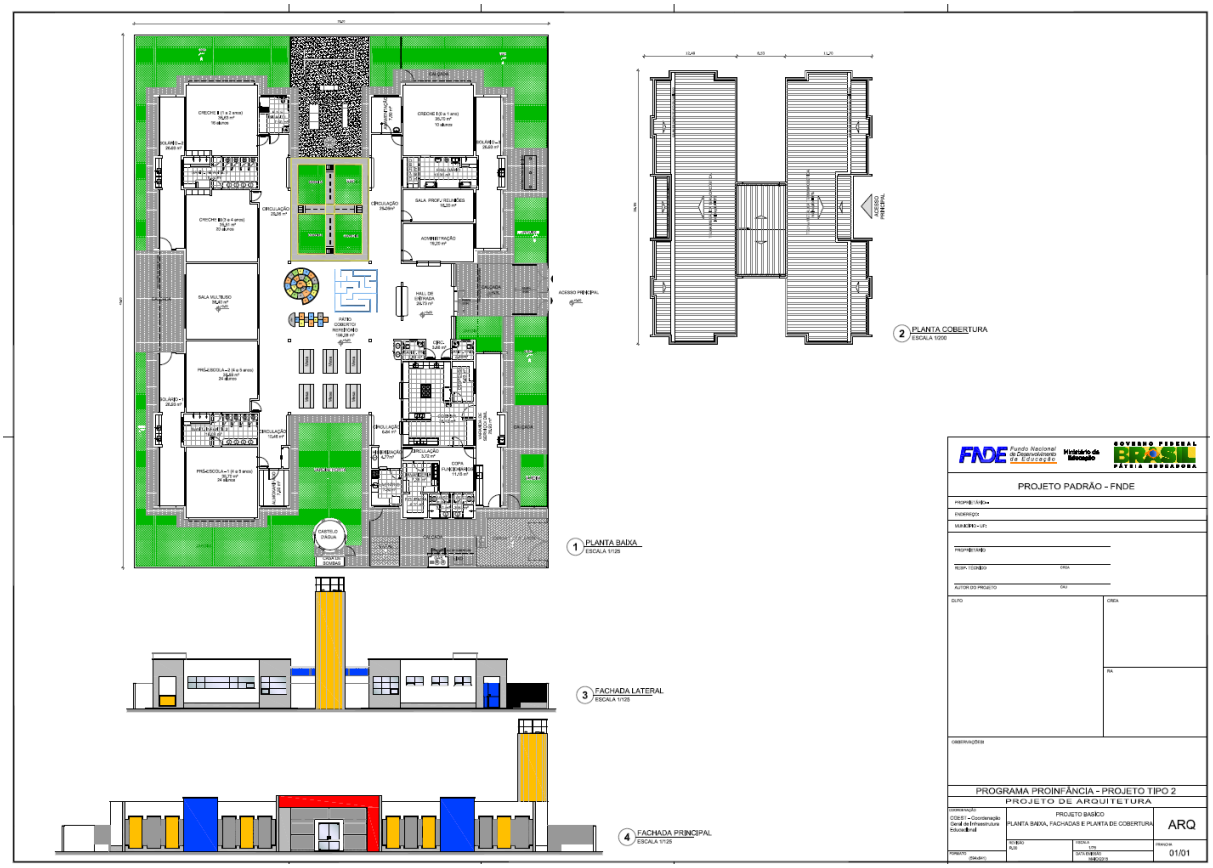
Prancha 3: cortes e elevação.

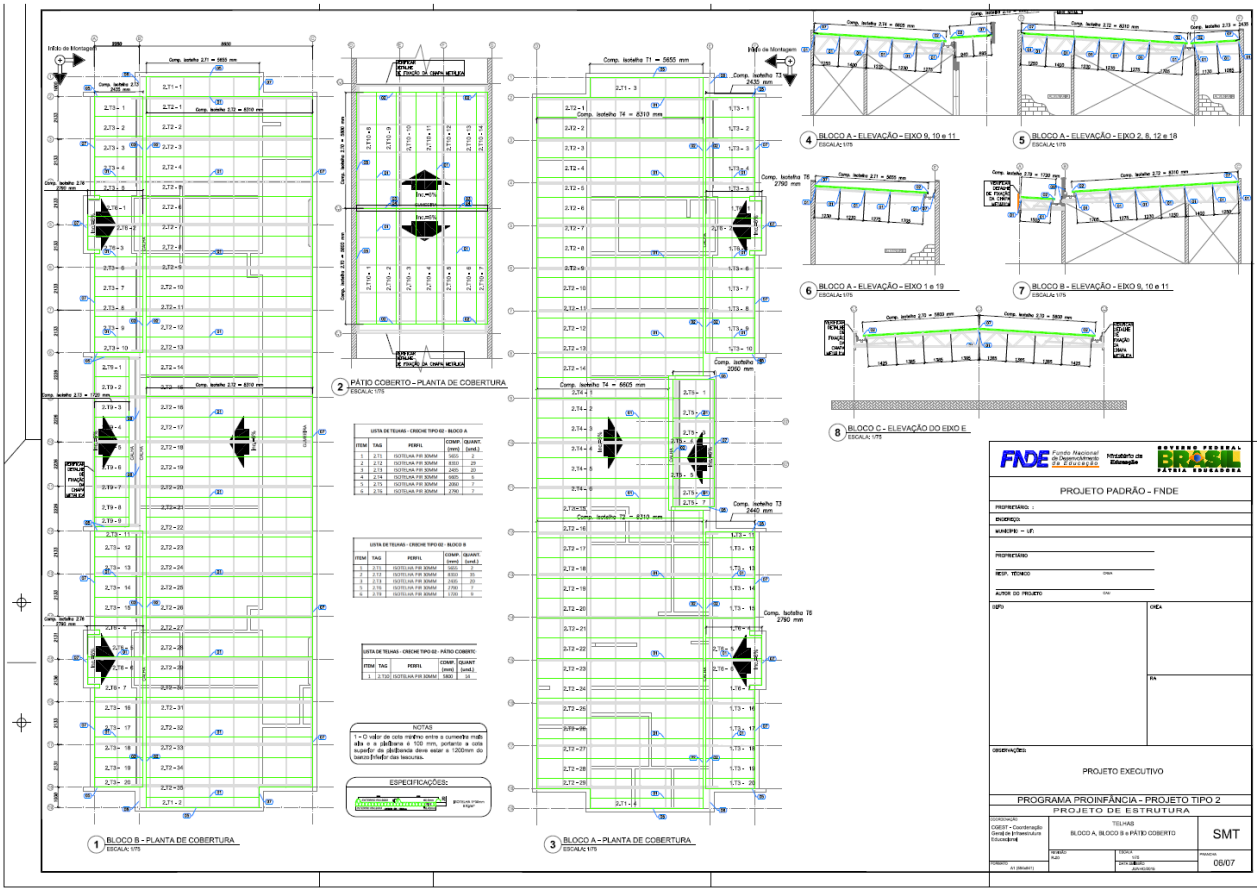
- Centro de Educação Infantil - creche – Programa Pró-Infância em Blumenau: análise dos projetos estrutural e arquitetônico.





Tipo 1 - 1.510,23m² - 188 alunos, mínimas de terreno 40m x 60m.
- CEI JOSEPHINA RAUSCH REUTER (Rua Josephina Rausch Reiter, Bairro Passo Manso).





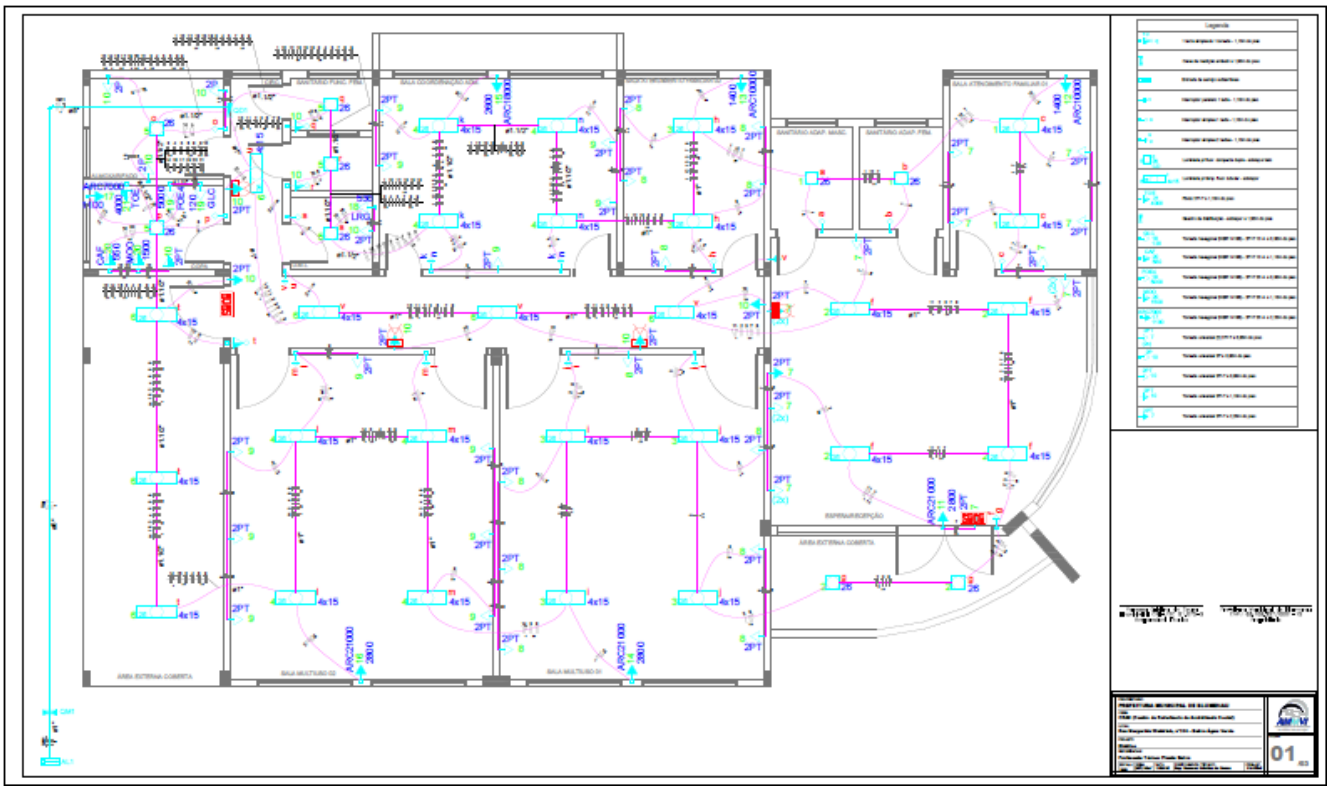
Tipo 2 - 890,33m² - 94 alunos, mínimas de terreno 45m x 35m.

- C.E.I. JARDIM GERMÂNICO (Rua Jardim Germanico, Bairro Itoupavazinha).

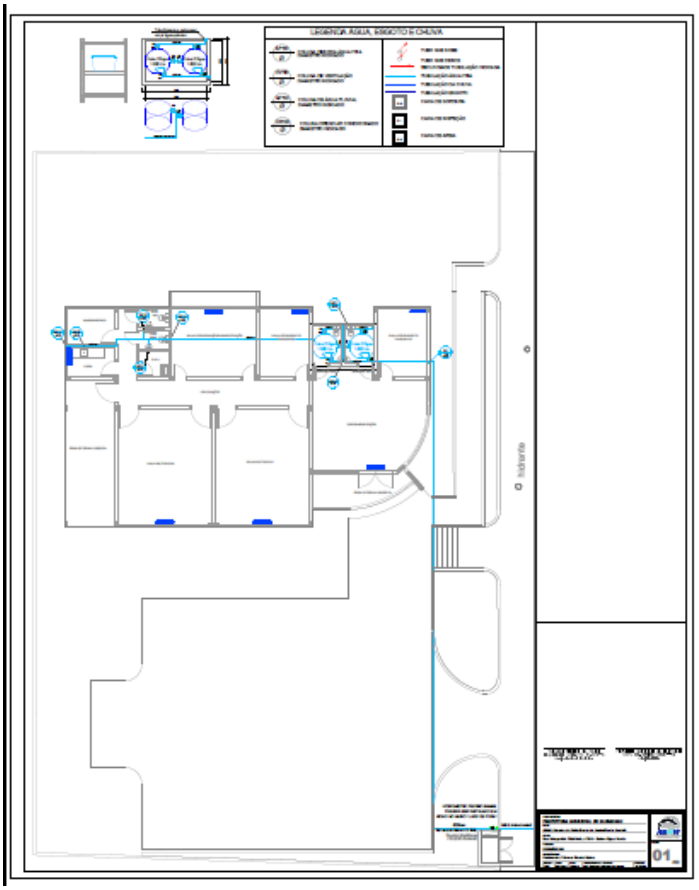
- C.E.I. OSWALDO DESCHAMPS (Rua da Glória, Nº 1419, Bairro Glória).

- C.E.I. PROF. LEONIDES WERSTABB (Rua Antônio Treis c/ R. Andrino Fermino Serpa,Bairro Vorstadt).

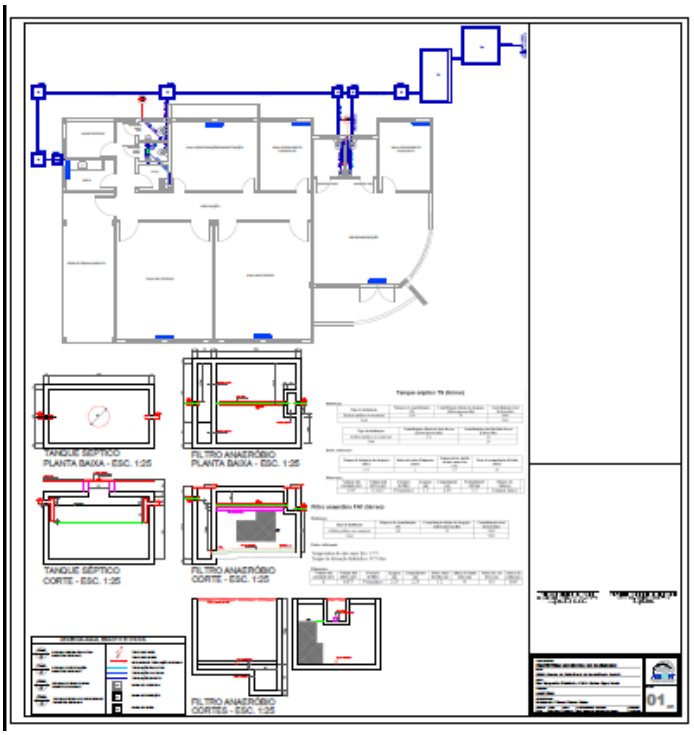
- Projeto do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em Blumenau: projeto estrutural, projetos complementares (elétrico, hidrossanitário, pluvial, telefônico, cabeamento lógico e preventivo de incêndio), orçamento e cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e memorial de cálculo. Reformulação e revisão devido a licitação.



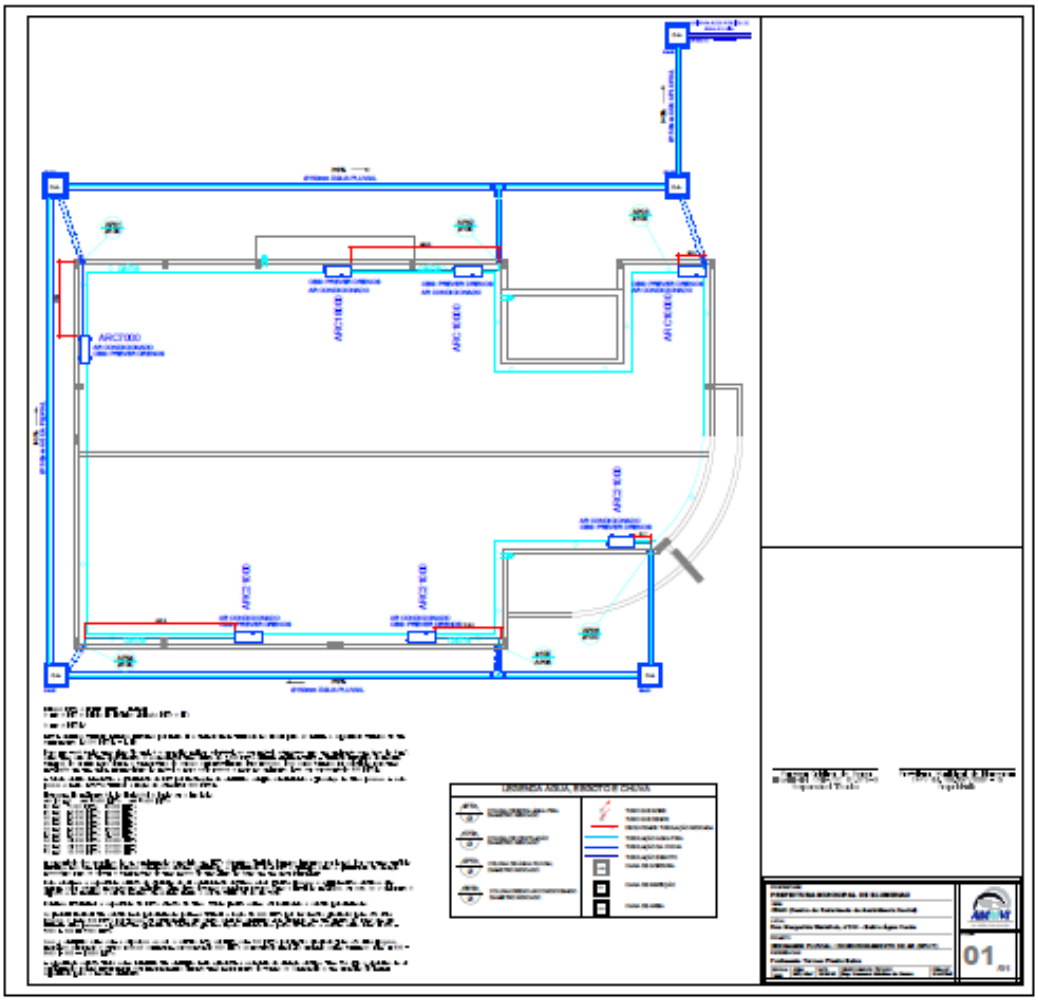
Prancha 1: projeto elétrico.



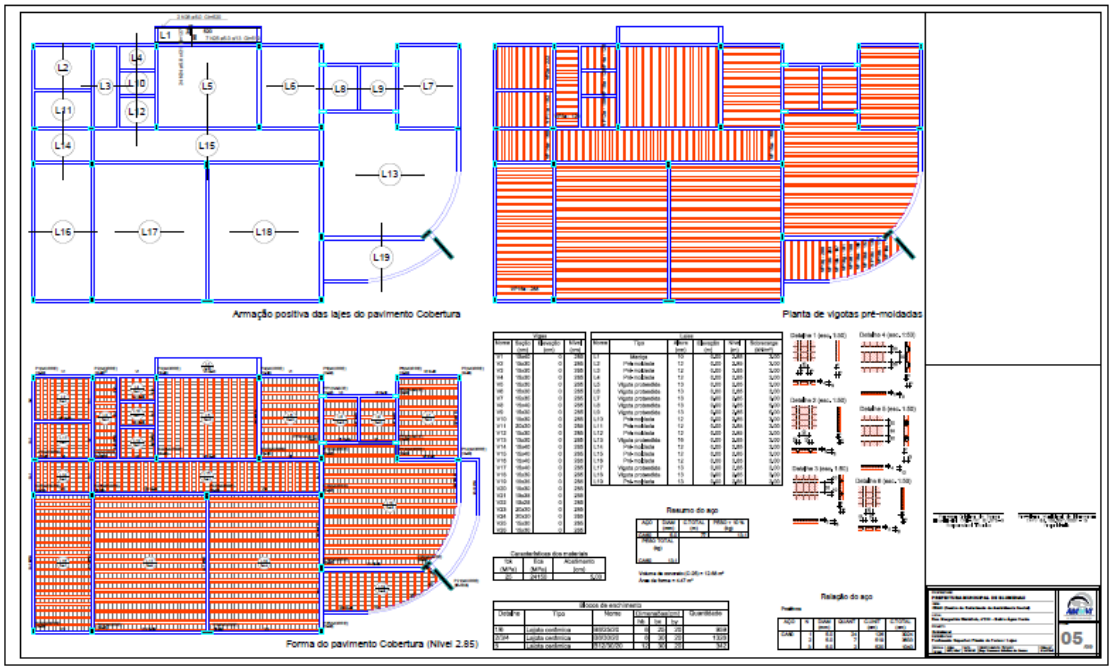
Prancha 1: projeto hidráulico.



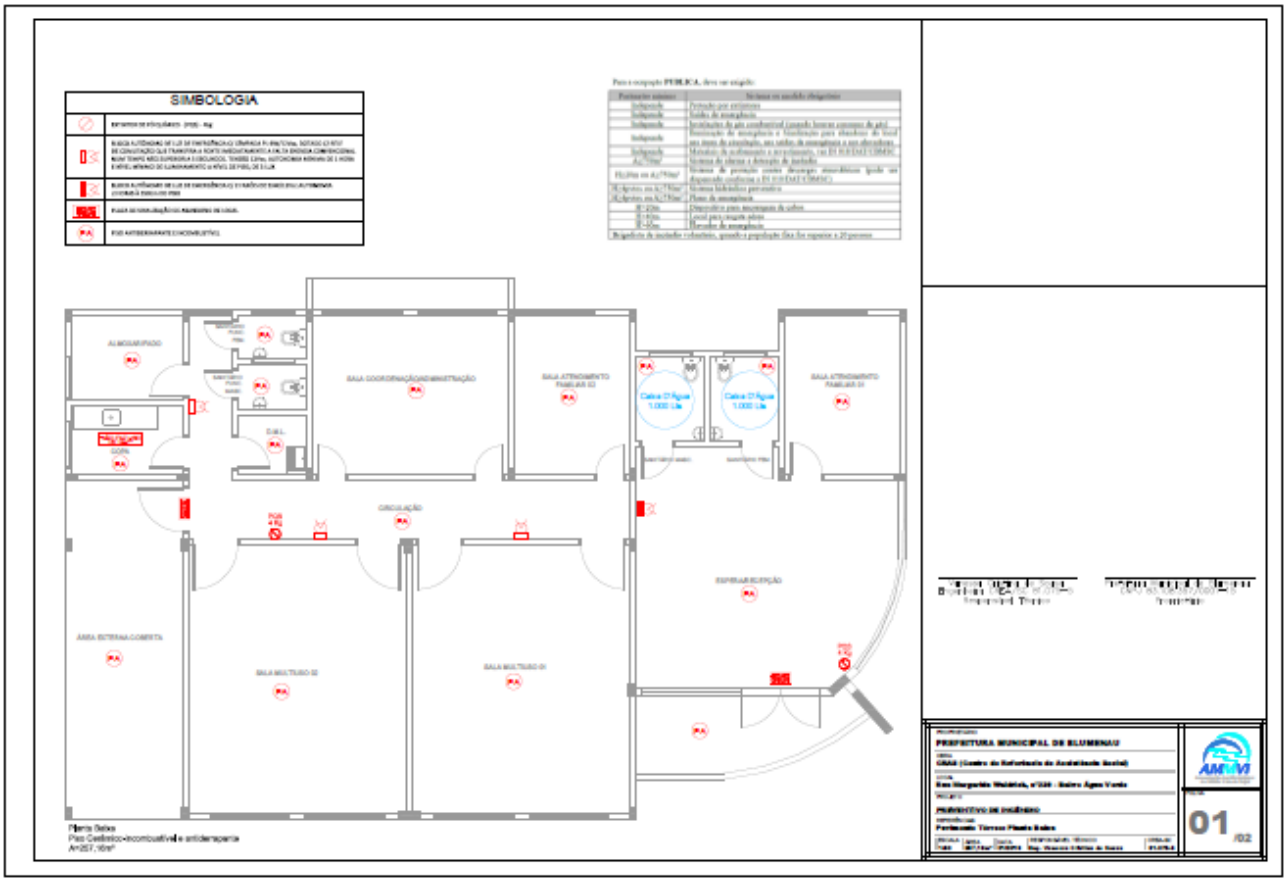
Prancha 1: projeto sanitário.



Prancha 1: projeto drenagem e condicionamento de ar.

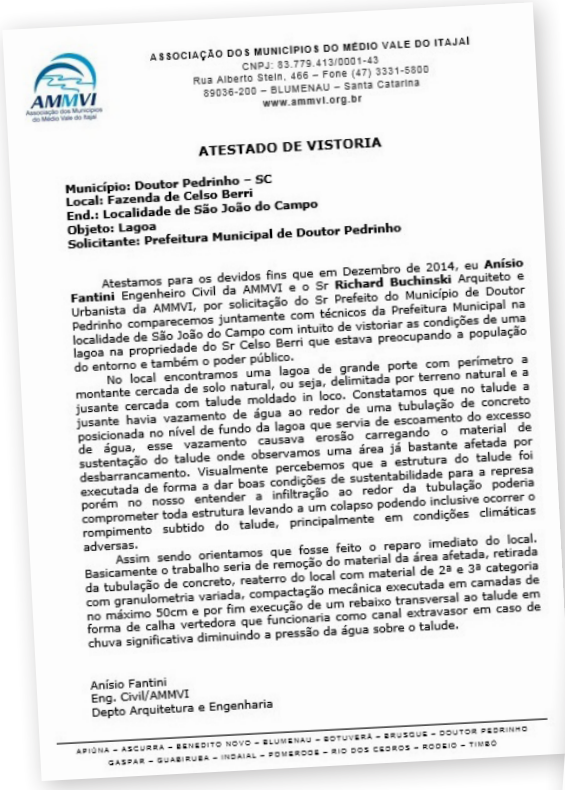


Prancha 5: projeto estrutural.



Prancha 1: preventivo de incêndio.

- Laudo - localidade de São João do Campo, em Doutor Pedrinho: atestado de vistoria. Objeto – Lagoa - Fazenda de Celso Berri.



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ
CNPJ: 83.779.413/0001-43
Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800
89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina
www.ammvi.org.br

ATESTADO DE VISTORIA

Município: Doutor Pedrinho – SC
Local: Fazenda de Celso Berri
End.: Localidade de São João do Campo
Objeto: Lagoa
Solicitante: Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho

Atestamos para os devidos fins que em Dezembro de 2014, eu **Anísio Fantini** Engenheiro Civil da AMMVI e o Sr **Richard Buchinski** Arquiteto e Urbanista da AMMVI, por solicitação do Sr Prefeito do Município de Doutor Pedrinho comparecemos juntamente com técnicos da Prefeitura Municipal na localidade de São João do Campo com intuito de vistoriar as condições de uma lagoa na propriedade do Sr Celso Berri que estava preocupando a população do entorno e também o poder público.

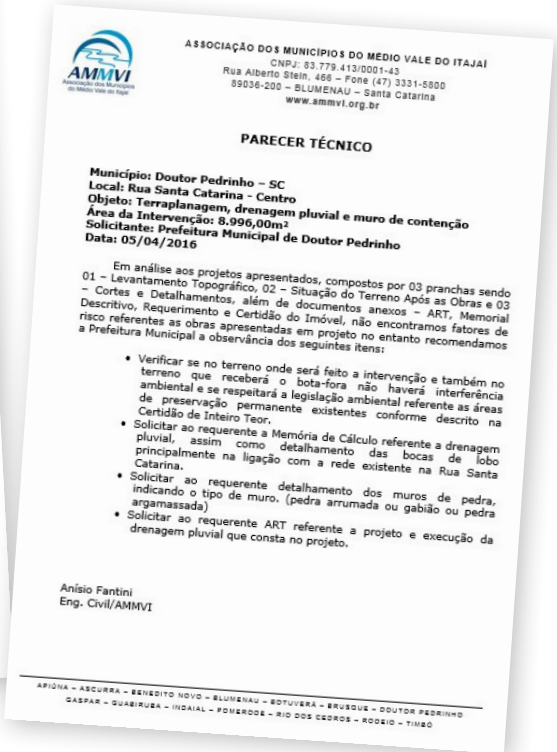
No local encontramos uma lagoa de grande porte com perímetro a montante cercada de solo natural, ou seja, delimitada por terreno natural e a jusante cercada com talude moldado in loco. Constatamos que no talude a jusante havia vazamento de água ao redor de uma tubulação de concreto posicionada no nível de fundo da lagoa que servia de escoamento do excesso de água, esse vazamento causava erosão carregando o material de sustentação do talude onde observamos uma área já bastante afetada por desbarrancamento. Visualmente percebemos que a estrutura do talude foi executada de forma a dar boas condições de sustentabilidade para a represa porém no nosso entender a infiltração ao redor da tubulação poderia comprometer toda estrutura levando a um colapso podendo inclusive ocorrer o rompimento subtido do talude, principalmente em condições climáticas adversas.

Assim sendo orientamos que fosse feito o reparo imediato do local. Basicamente o trabalho seria de remoção do material da área afetada, retirada da tubulação de concreto, reaterro do local com material de 2ª e 3ª categoria com granulometria variada, compactação mecânica executada em camadas de no máximo 50cm e por fim execução de um rebaixo transversal ao talude em forma de calha vertedora que funcionaria como canal extravasor em caso de chuva significativa diminuindo a pressão da água sobre o talude.

Anísio Fantini
Eng. Civil/AMMVI
Depto Arquitetura e Engenharia

APIÚNA – ASCURRA – BENEDITO NOVO – BLUMENAU – BOTUVERÁ – BRUSQUE – DOUTOR PEDRINHO
GASPAR – GUABIRUBA – INDAIAL – POMERODE – RIO DOS CEDROS – RODEIO – TIMBÓ

- Parecer - localidade na Rua Santa Catarina em Doutor Pedrinho: atestado vistoria lagoa – parecer técnico - terraplanagem. Objeto - terraplanagem, drenagem pluvial e muro de contenção.



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ
CNPJ: 83.779.413/0001-43
Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800
89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina
www.ammvi.org.br

PARECER TÉCNICO

Município: Doutor Pedrinho – SC
Local: Rua Santa Catarina - Centro
Objeto: Terraplanagem, drenagem pluvial e muro de contenção
Área da Intervenção: 8.996,00m²
Solicitante: Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho
Data: 05/04/2016

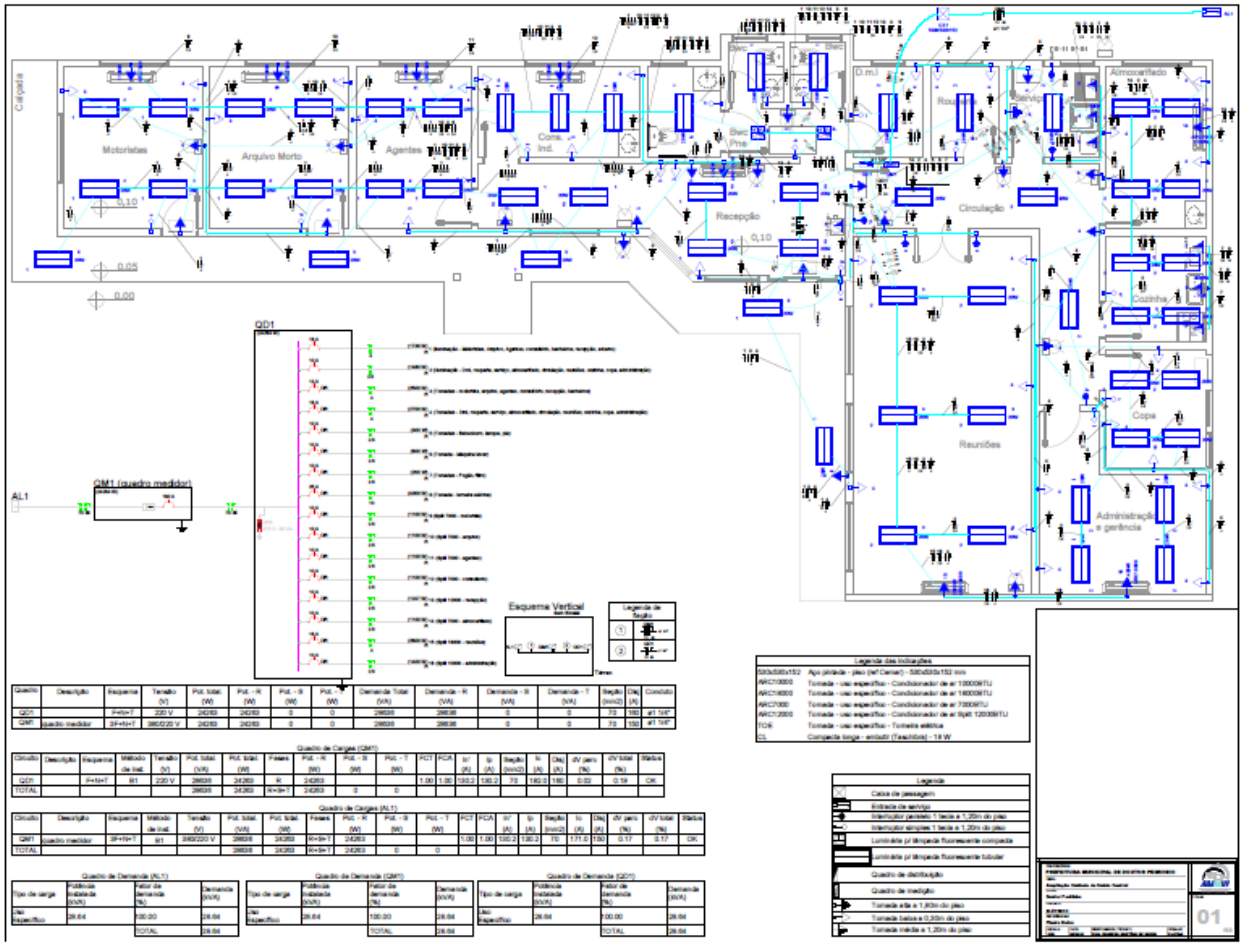
Em análise aos projetos apresentados, compostos por 03 pranchas sendo 01 – Levantamento Topográfico, 02 – Situação do Terreno Após as Obras e 03 – Cortes e Detalhamentos, além de documentos anexos – ART, Memorial Descritivo, Requerimento e Certidão do Imóvel, não encontramos fatores de risco referentes as obras apresentadas em projeto no entanto recomendamos a Prefeitura Municipal a observância dos seguintes itens:

- Verificar se no terreno onde será feito a intervenção e também no terreno que receberá o bota-fora não haverá interferência ambiental e se respeitará a legislação ambiental referente as áreas de preservação permanente existentes conforme descrito na Certidão de Inteiro Teor.
- Solicitar ao requerente a Memória de Cálculo referente a drenagem pluvial, assim como detalhamento das bocas de lobo principalmente na ligação com a rede existente na Rua Santa Catarina.
- Solicitar ao requerente detalhamento dos muros de pedra, indicando o tipo de muro. (pedra arrumada ou gabião ou pedra argamassada)
- Solicitar ao requerente ART referente a projeto e execução da drenagem pluvial que consta no projeto.

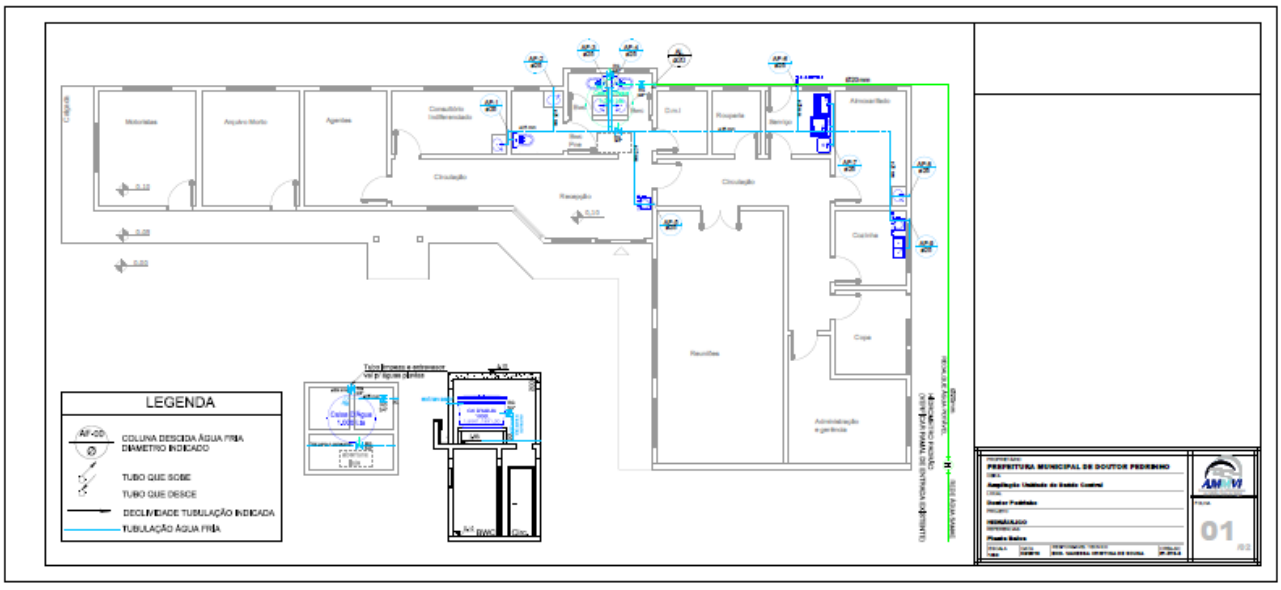
Anísio Fantini
Eng. Civil/AMMVI

APIÚNA – ASCURRA – BENEDITO NOVO – BLUMENAU – BOTUVERÁ – BRUSQUE – DOUTOR PEDRINHO
GASPAR – GUABIRUBA – INDAIAL – POMERODE – RIO DOS CEDROS – RODEIO – TIMBÓ

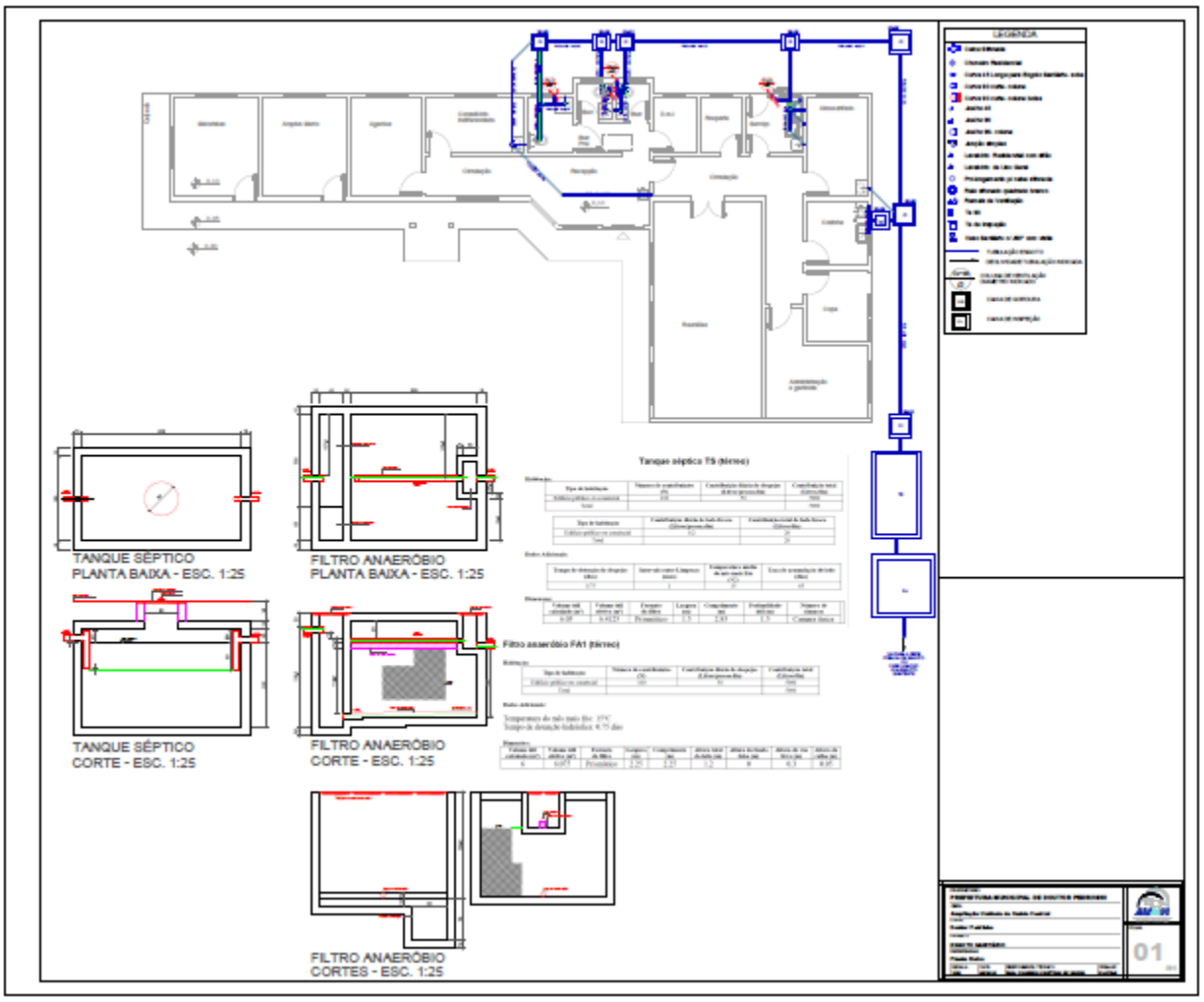
- Ampliação da Unidade Básica de Saúde Central, em Doutor Pedrinho: projetos elétrico, hidrossanitário, pluvial e preventivo de incêndio, orçamento e cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e memorial de cálculo.



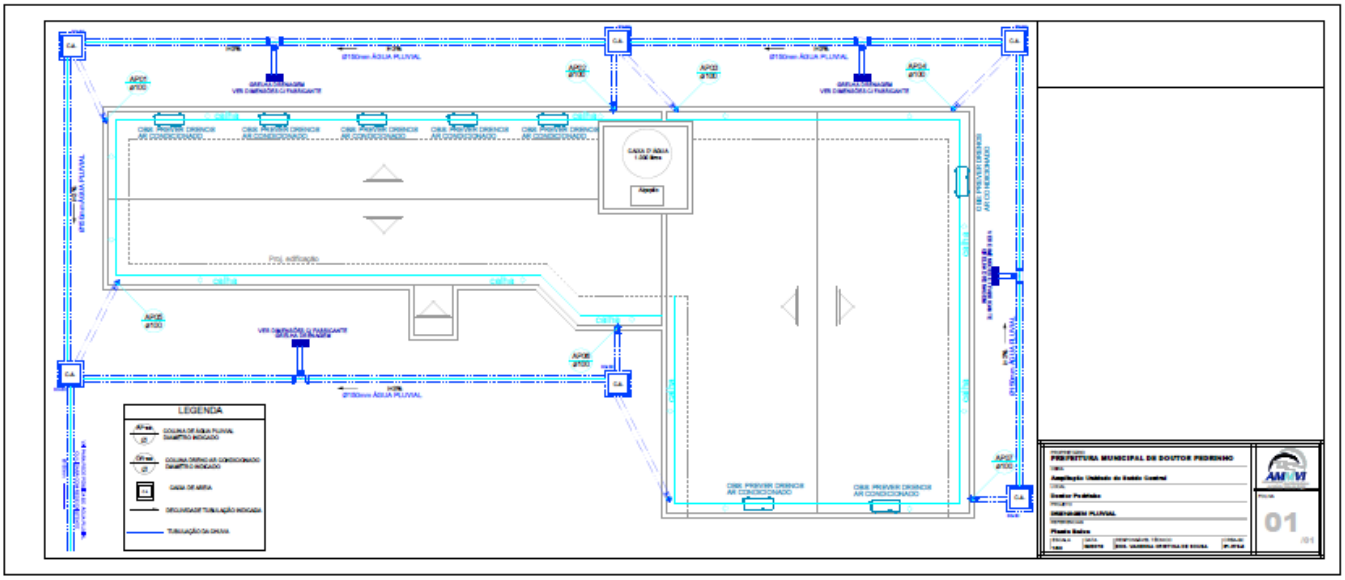
Prancha 1: planta baixa do projeto elétrico.



Prancha 1: planta baixa do projeto hidráulico.

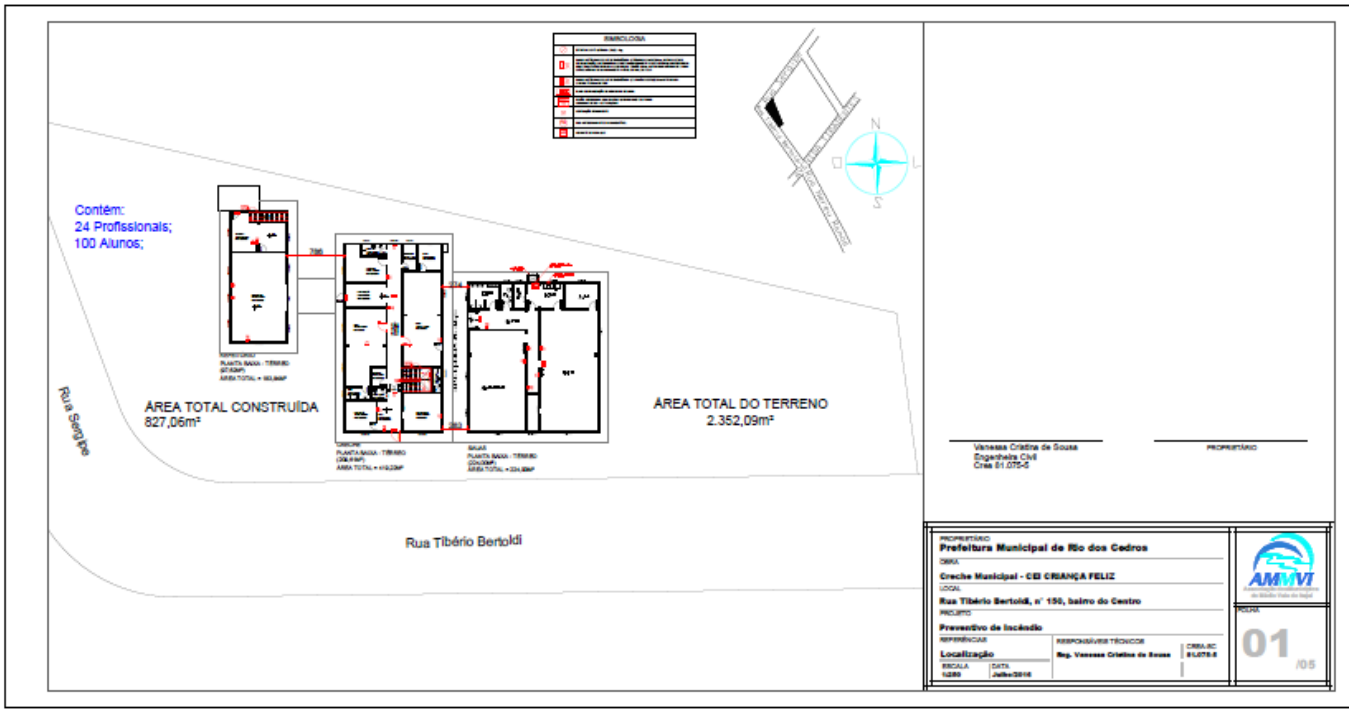


Prancha 1: planta baixa do projeto sanitário.



Prancha 1: planta baixa do projeto pluvial.

Creche Municipal localizada na Rua Tibério Bertoldi, em Rio dos Cedros: Projeto preventivo de incêndio aprovado no Corpo de Bombeiros. Carga de Incêndio isenta de hidrantes.



Prancha 1: preventivo de incêndio.

Carga de Incêndio - CEI CRIANÇA FELIZ

Item	1 Tipo de Combustível	2 Kg	3 Kcal / Kg	4 Q = Kcal	5 ∑ Q = Kcal	6 S=m²	7 qe=Kcal/m²	8 Kcal/Kg	9 qi=Kg/m²
1	Móveis de madeira	2435	5000	12.175.000,00					
2	Papéis	78	4100	319.800,00					
3	Plásticos (brinquedos)	360	7500	2.700.000,00					
4	Acrílico	12	6700	80.400,00					
5	Borracha	32	7500	240.000,00					
6	Livros/Papelão	85	4000	340.000,00					
7	Tecidos (cortinas)	22	5000	110.000,00					
8	Roupas	80	500	40.000,00					
9	Álcool	3	5000	15.000,00					
10	Algodão	1	4300	4.300,00					
11	Fibras (colchões)	141	4500	634.500,00					
12	Combustíveis	0	0	0					
	CARGA DE FOGO PARA ÁREA			∑→	16.659.000,00	827,06	20142,43	4550	4,427
	Estacionamento/Automóveis (200 MJ/m2) - Transformação para Kcal/m2								
	CARGA DE FOGO TOTAL DE ESCRITÓRIO MAIS ESTACIONAMENTO								**4,427**

1	Dados de projeto = tipos de combustíveis existentes na edificação				
2	Dados de projeto = peso de cada combustível relacionados na Coluna 1				***Contém:***
3	IN n° 003, Anexo B = Poder calorífico dos combustíveis				***24 Profissionais;***
4	Quantidade de Calor por combustível = Coluna 2 x Coluna 3				***100 Alunos;***
5	Quantidade de calor total dos combustíveis = Somatório Coluna 4				
6	Dados de projeto = área da edificação ou compartimento				
7	Carga de Incêndio Específica = Coluna 5 ÷ Coluna 6				
8	Equivalência em Madeira = Ver item 4, subitem 4.2.2.5 da IN n° 003				
9	Carga de Incêndio Ideal = Coluna 7 ÷ Coluna 8				

		MJ (qtd)	1 MJ = Kcal	Kcal
10	Mega Joule para Kcal	200	238,8485	47769,7
11	MJ/m2 para Kg/m2	200	19	10,52631579

Dimencionamento

Combustível	Volume	Volume m3	Kg/m3	Peso Kg
Gasolina	100	0,1	825	82,5
Diesel	10000	10	800	8000

IN 003/DAT/CBMSC - Carga de Incêndio

Para efeito da classificação do risco de incêndio dos imóveis é utilizada a carga de incêndio conforme segue: **I - Risco Leve, carga de incêndio ideal menor do que 60kg/m2;**

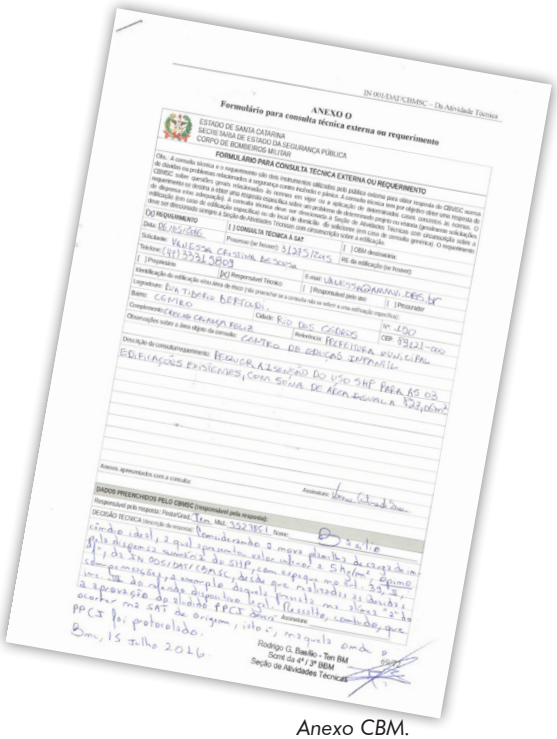
Dentro da classificação do risco de incêndio, a princípio, as ocupações dos imóveis serão distribuídas da seguinte forma:

I - RISCO LEVE – para ocupação tipo: e) Escolar geral

IN 005/DAT/CBMSC – Edificações Existentes e Recentes

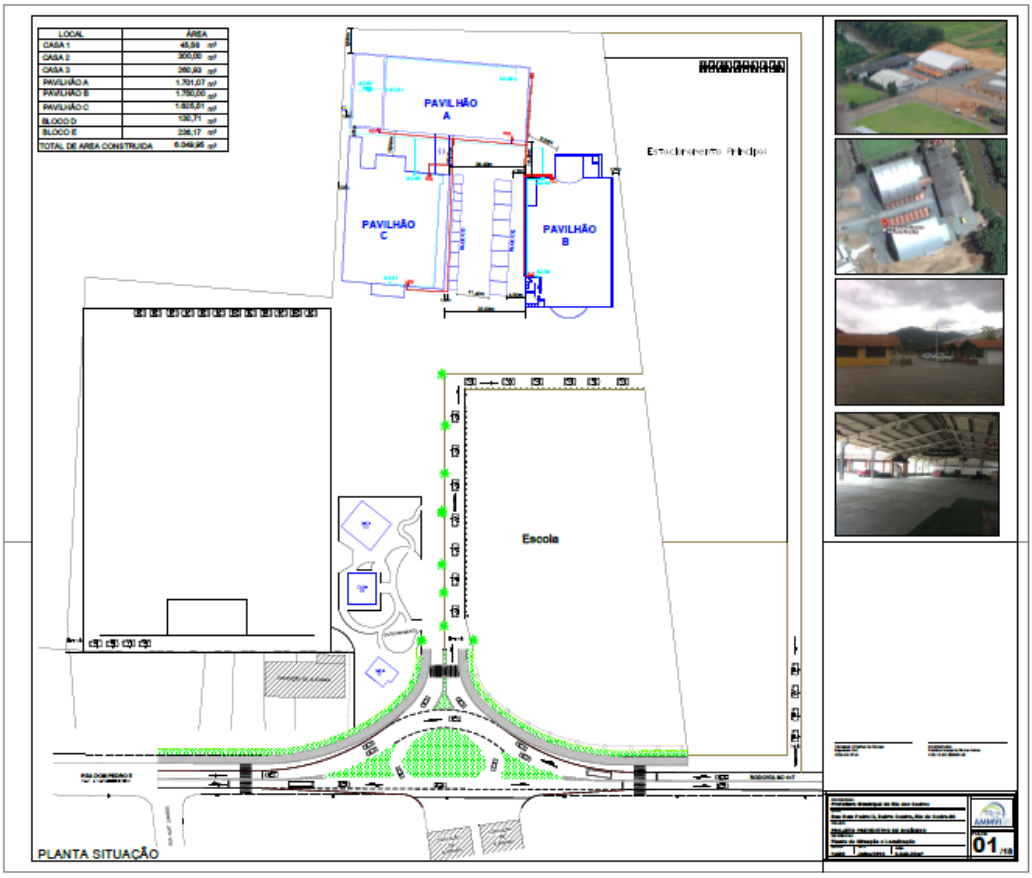
Carga de incêndio desprezível: considera-se para efeito de aplicação desta IN carga de incêndio desprezível aquela inferior a ***5kg/m².***

Carga de Incêndio.

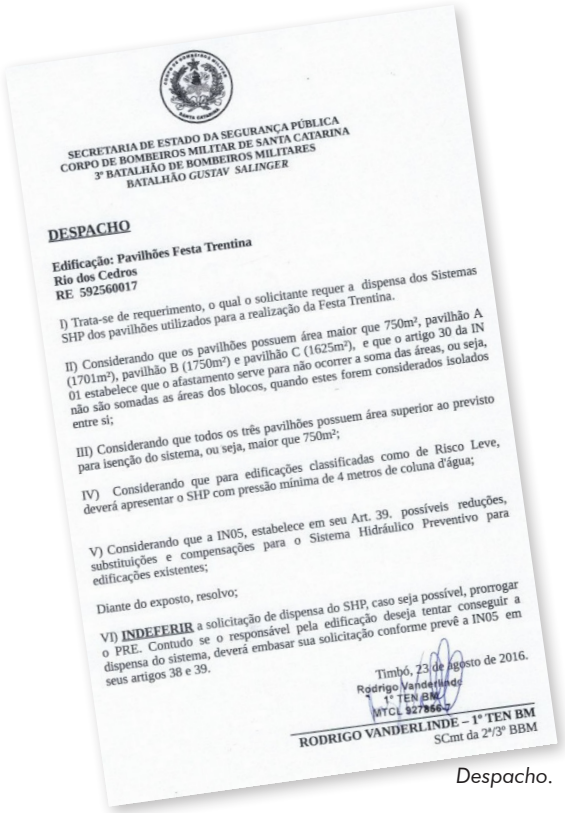


Anexo CBM.

- Centro de Eventos Prefeito Alfredo Berri, em Rio dos Cedros: projeto preventivo de incêndio para aprovação no Corpo de Bombeiros devido ao Plano de Regularização de Edificação (PRE).



Prancha 1: preventivo de incêndio.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA
3º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITARES
BATALHÃO GUSTAV SALINGER

DESPACHO

Edificação: Pavilhões Festa Trentina
Rio dos Cedros
RE 592560017

I) Trata-se de requerimento, o qual o solicitante requer a dispensa dos Sistemas SHP dos pavilhões utilizados para a realização da Festa Trentina.

II) Considerando que os pavilhões possuem área maior que 750m², pavilhão A (1701m²), pavilhão B (1750m²) e pavilhão C (1625m²), e que o artigo 30 da IN 01 estabelece que o afastamento serve para não ocorrer a soma das áreas, ou seja, não são somadas as áreas dos blocos, quando estes forem considerados isolados entre si;

III) Considerando que todos os três pavilhões possuem área superior ao previsto para isenção do sistema, ou seja, maior que 750m²;

IV) Considerando que para edificações classificadas como de Risco Leve, deverá apresentar o SHP com pressão mínima de 4 metros de coluna d'água;

V) Considerando que a IN05, estabelece em seu Art. 39. possíveis reduções, substituições e compensações para o Sistema Hidráulico Preventivo para edificações existentes;

Diante do exposto, resolvo;

VI) **INDEFERIR** a solicitação de dispensa do SHP, caso seja possível, prorrogar o PRE. Contudo se o responsável pela edificação deseja tentar conseguir a dispensa do sistema, deverá embasar sua solicitação conforme prevê a IN05 em seus artigos 38 e 39.

Timbó, 23 de agosto de 2016.

Rodrigo Vanderlinde
1º TEN BM
MTCL 527856-2

RODRIGO VANDERLINDE – 1º TEN BM
SCmt da 2ª/3º BBM

Despacho.



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
SETOR DE ATIVIDADES TÉCNICAS - POMERODE

RELATÓRIO DE INDEFERIMENTO DE PROJETO

Este documento contém informações a respeito do processo(protocolo) definido abaixo. As informações contidas nele não podem ser utilizadas em quaisquer orgãos públicos ou repartições, sendo documento para uso interno do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Protocolo 0000032854 RE 592560017
Analista SD BM EDSON LUIZ BIRRER DIFANTE
Inserido por SD BM EDSON LUIZ BIRRER DIFANTE
Responsável Técnico VANESSA CRISTINA DE SOUZA CREA/CAU 0810755

Proprietário PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS
CNPJ/CPF 83.102.806/0001-18 CEP 89.121-000
Edificação PAVILHÃO DE EVENTOS
Nome Fantasia
Cidade RIO DOS CEDROS Logradouro RUA: DOM PEDRO II, S/Nº
Complemento Bairro CENTRO
Ocupação REUNIÃO DE PÚBLICO Área Total 6.049,95(m²)
Nº Pav. 2 Nº Blocos 8 Risco LEVE Altura 7.00(m)

Sistema de Segurança Contra Incêndios

SPE	PQS 0	ÁGUA 0	ESPUMA 0	CO2 0			
SAI	Termo-velocimetrico 0	Det.Químicos 0	Pontos 0	Det.Fumaça 0			
SHP	Tipo de Adução GRAVITACIONAL						
SE	Nº escada comum 1	Rampa 0	Protegida 0	Elev.Emergência 0			
	Enclausurada 0	Local Resgate Aéreo 0	End.Prova de Fumaça 0	Passarela 0			
	Pressurizada 0						
SGCC	Gás GLP TRANSPORTÁVEL		0 Gás GN	Nº PREVISTO 0			
IE	BLOCO AUTONOMO SAI		BLOCO AUTÔNOMO				
SPCDA	Método de Proteção FARADAY		Tipo de Captores CONDUTORES EM MALHA				
Tipo Aterramento	CONDUTORES EM ANEL		Malsyfire Nº PREVISTO				
Sist.Fixo de CO2	Nº PREVISTO Sprinkler	Nº PREVISTO	Ancoragem Cabo	Nº PREVISTO			
Outros	Nº PREVISTO						

Lista de Alterações

Indeferimento referente a projeto modificativo:
1)Para viabilização de análise do presente PPCI retornar as pranchas e demais documentos com o ofício de alterações previsto no art. 31 da IN 001. Todas as alterações em relação ao projeto anteriormente aprovado devem estar detalhadamente descritas com respectiva ART dos sistemas alterados;
2)Retornar as pranchas carimbadas acompanhadas do projeto anteriormente aprovado para conferência das respectivas alterações;
3)Os sistemas preventivos serão objeto de análise futura quando atendidos os itens do presente relatório no respectivo retorno do projeto.

Quartel de POMERODE, 22/09/2016

Indeferimento

BALANÇO MÉDIO CUSTOS X PROJETOS

A Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia da AMMVI realizou diversos projetos nos últimos quatro anos que, somados, chegam a uma área estimada de **61.041,48 m²**.

Caso os municípios tivessem que terceirizar esses serviços, teriam um investimento aproximado com projetos superior a **1 milhão** de reais.

Evolução da Equipe Técnica desde 2009

2009	- 2 Arquitetos (40h e 30h) - 1 Engenheiro Civil (40h) - 2 Estagiários (20h)
2010	- 2 Arquitetos (40h e 30h) - 1 Engenheiro Civil (40h) - 2 Estagiários (20h)
2011	- 2 Arquitetos (40h e 30h) - 2 Engenheiros Civis (40h e 30h) - 2 Estagiários (20h)
2012	- 2 Arquitetos (40h e 30h) - 2 Engenheiros Civis (40h e 30h) - 1 Estagiário (20h)
2013	- 1 Arquiteto (40h) - 2 Engenheiros Civis (40h e 20h) - 1 Estagiário (20h) - 3 Arquitetos (30h) - 1 Arquiteto (10h) - 3 Estagiários (20h)
2014	- 1 Arquiteto (40h) - 2 Engenheiros Civis (40h e 20h) - 1 Estagiário (20h)
2015	- 2 Arquitetos (40h e 30h) - 2 Engenheiros Civis (40h e 20h)
2016	- 2 Arquitetos (40h e 30h) - 2 Engenheiros Civis (40h e 20h)

PARTICIPAÇÃO EM CAPACITAÇÕES

- Curso de Drenagem Urbana.
- Curso - Normas para elaboração de projetos preventivos contra incêndio e pânico em SC.
- Curso sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana.
- Programa de Desenvolvimento de Liderança.
- Curso de Capacitação de Legislação, Fiscalização Preventiva e Emergências no Transporte de Produtos Perigosos.
- Curso do Software QGIS – Sistema de Informações Geográficas.
- ABNT NBR 15.965 - Normas técnicas BIM em desenvolvimento no Brasil.
- Seminário Planos Municipais de Saneamento Básico - Compatibilidade com os demais planos setoriais.
- VIII Fórum Permanente de Prevenção aos Riscos de Desastres na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí - A Drenagem Urbana no Contexto da Prevenção aos Riscos de Desastres.
- Seminário da PINI - Orçamento de Obras.
- Seminário Preservação da Mata Atlântica.
- Política Nacional de Mobilidade Urbana: perspectivas e desafios para os municípios.
- Seminário Nacional de Bombeiros.
- Seminário A Engenharia e o Setor Público.
- Seminário Nacional Modernas Técnicas Rodoviárias.
- Seminário Plano Diretor de Blumenau - Experiências de outros municípios na reflexão da cidade que queremos.
- IX Fórum Permanente de Prevenção aos riscos de Desastres Naturais na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí – Planejamento Urbano Regional: Construindo Cidades Resilientes.
- Seminário Planos Municipais de Saneamento Básico: Compatibilidade com os demais planos setoriais.
- Controle de Terraplanagem e Prevenção de Riscos.
- Seminário Diagnostico Socioambiental.
- 2º Congresso de Arquitetos e Urbanistas.
- Treinamento de Prevenção de Incêndio e Manuseio de Extintores.
- Blue Climate AG - Demonstração do processo de asfaltamento ecológico.

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES DE ENTIDADES

Os técnicos da Assessoria representam a AMMVI em conselhos de outras instituições e participaram de reuniões em 2016, tais como:

- lançamento do novo projeto do 10º Batalhão de Polícia Militar de SC;
- representação nas reuniões do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí (Agir);
- participação nas reuniões da Comissão de Revisão e Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional da Furb (COPERA/PDI FURB);
- participação nas reuniões da Comissão Própria de Avaliação da Furb (CPA FURB).





ASSESSORIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

ASSESSORIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

Compete à Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente assessorar os municípios na implementação das obrigações legais referente as questões ambientais, principalmente no que diz respeito ao saneamento básico, auxiliando os municípios na revisão e implantação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e em articulações junto ao Ministério Público. Além disso, esta assessoria fomenta a realização de eventos, reuniões, projetos, banco de dados, campanhas educativas, entre outros, com o fim de promover o desenvolvimento sustentável na região da AMMVI. O setor ainda assessora e intermedia demandas relacionadas às questões da área agrícola.

TRATAMENTO MECÂNICO BIOLÓGICO (TMB) DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Em 2016 foi novamente buscado apoio financeiro do Governo do Estado para a implantação do projeto de TMB (usina de biogás), visando atender a demanda local de tratamento de resíduos sólidos domiciliares. A elaboração de tal projeto se deu conforme convênio firmado, em 2012, com as empresas BN Umwelt e OVVD.



PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE MODELOS DE SISTEMA DE COBRANÇA SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL PARA UMA ECONOMIA CIRCULAR COM COBERTURA DE CUSTOS – DEMOSICO

Complementar a este primeiro convênio, a AMMVI assinou, juntamente com o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (Cimvi) e a Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí (Agir), um convênio para análise, discussão e modelagem para cobrança dos resíduos sólidos na região, recebendo para tanto, por um período de quatro meses em 2015, a mestranda alemã Annika Burckhardt, que visitou as prefeituras dos 14 municípios, realizando o levantamento de informações, a tabulação, o tratamento de dados e um workshop para o desenvolvimento deste trabalho.

No encerramento deste convênio, a fim de apresentar o resultado final, foi realizado o II Workshop Demosico. Vale ressaltar que o mesmo foi tema da dissertação de mestrado defendida pela estudante alemã, no programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Engenharia Ambiental pela Universidade de Rostock, Alemanha. O II Workshop teve **52** participações.





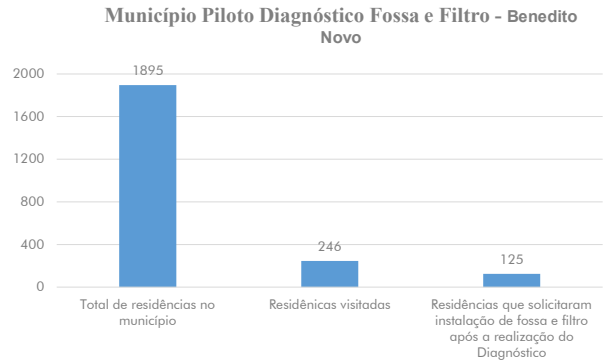
AÇÕES COM O MINISTÉRIO PÚBLICO

No intuito de auxiliar os municípios e agir em defesa dos mesmos, principalmente no que diz respeito ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) referente ao esgotamento sanitário, protocolou-se dois ofícios em 2016 informando sobre o engajamento da AMMVI junto aos municípios para alcance das metas nas seguintes ações:

Diagnóstico Amostral dos Sistemas Individuais de Tratamento de Esgoto

Dentre as questões de maior dificuldade, destacam-se as vistorias nos imóveis irregulares. Para auxiliar no cumprimento deste item, foi realizada uma pesquisa por amostragem a fim de diagnosticar a situação dos municípios.

O trabalho realizado no município-piloto, Benedito Novo, foi oficialmente finalizado no dia 18 de março, apresentando resultados satisfatórios no intuito de direcionar ações do município em relação à fiscalização e à manutenção do sistema de fossa-filtro.



Além do prefeito e técnicos municipais de Benedito Novo, estavam presentes nessa reunião o Promotor de Justiça Regional do Meio Ambiente Leonardo Todeschini e demais prefeitos interessados. Os prefeitos de Botuverá, Guabiruba e Pomerode demonstraram interesse de replicarem a metodologia em seus municípios.



Para início do trabalho nestes três municípios, foram realizadas reuniões com os técnicos em agosto, em que houve a explicação da metodologia e algumas deliberações, tais como a parceria dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para aplicação de questionários.





Diante disso, foram promovidos treinamentos para nivelar o conhecimento dos ACSs nos municípios de Botuverá, Guabiruba e Pomerode, capacitando **103** profissionais.







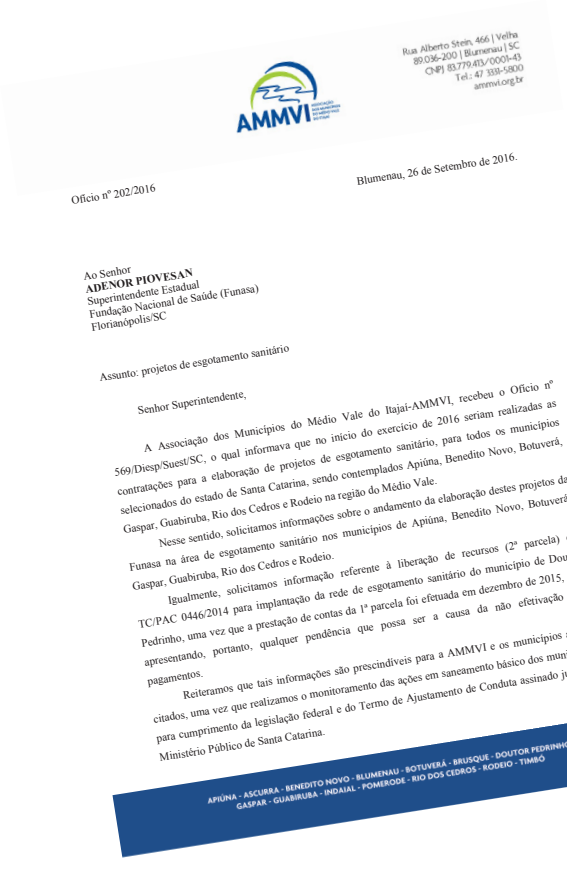




Projetos de Esgotamento Sanitário

Os municípios de Apiúna, Benedito Novo, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Rio dos Cedros e Rodeio foram selecionados na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) para a obtenção de recursos para a elaboração de Projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário, os quais seriam contratados através de licitação no início do exercício de 2016.

A fim de obter novas informações referente à contratação e aos projetos, encaminhou-se no dia 26 de setembro, novo ofício à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), no entanto, ainda sem retorno.



AMMVI

Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3331-5800
ammvi.org.br

Ofício nº 202/2016

Blumenau, 26 de Setembro de 2016.

Ao Senhor
ADENOR PIOVESAN
Superintendente Estadual
Fundação Nacional de Saúde (Funasa)
Florianópolis/SC

Assunto: projetos de esgotamento sanitário

Senhor Superintendente,

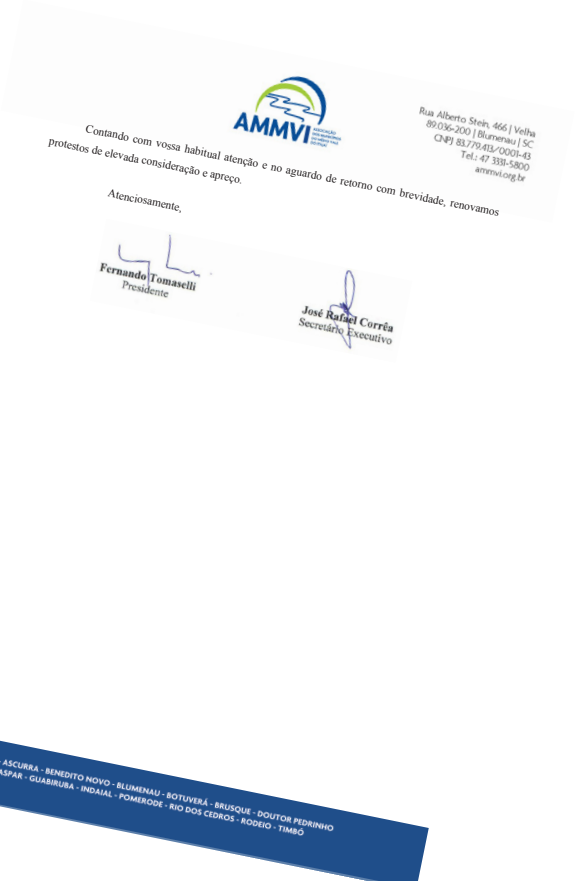
A Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí-AMMVI, recebeu o Ofício nº 569/Diesp/Suest/SC, o qual informava que no início do exercício de 2016 seriam realizadas as contratações para a elaboração de projetos de esgotamento sanitário, para todos os municípios selecionados do estado de Santa Catarina, sendo contemplados Apiúna, Benedito Novo, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Rio dos Cedros e Rodeio na região do Médio Vale.

Nesse sentido, solicitamos informações sobre o andamento da elaboração destes projetos da Funasa na área de esgotamento sanitário nos municípios de Apiúna, Benedito Novo, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Rio dos Cedros e Rodeio.

Igualmente, solicitamos informação referente à liberação de recursos (2ª parcela) do TC/PAC 0446/2014 para implantação da rede de esgotamento sanitário do município de Doutor Pedrinho, uma vez que a prestação de contas da 1ª parcela foi efetuada em dezembro de 2015, não apresentando, portanto, qualquer pendência que possa ser a causa da não efetivação dos pagamentos.

Reiteramos que tais informações são prescindíveis para a AMMVI e os municípios acima citados, uma vez que realizamos o monitoramento das ações em saneamento básico dos municípios para cumprimento da legislação federal e do Termo de Ajustamento de Conduta assinado junto ao Ministério Público de Santa Catarina.

APIÚNA - ASCURRA - BENEDITO NOVO - BLUMENAU - BOTUVERÁ - BRUSQUE - DOUTOR PEDRINHO
GASPAR - GUABIRUBA - INDAIAL - POMERODE - RIO DOS CEDROS - RODEIO - TIMBÓ



AMMVI

Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3331-5800
ammvi.org.br

Contando com vossa habitual atenção e no aguardo de retorno com brevidade, renovamos
Protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

Fernando Tomaselli
Presidente

José Rafael Corrêa
Secretário Executivo

APIÚNA - ASCURRA - BENEDITO NOVO - BLUMENAU - BOTUVERÁ - BRUSQUE - DOUTOR PEDRINHO
GASPAR - GUABIRUBA - INDAIAL - POMERODE - RIO DOS CEDROS - RODEIO - TIMBÓ

Campanha "Água Limpa, só com Esgoto Tratado"

"Quem previne preserva. Água limpa só com esgoto tratado". A AMMVI fomenta junto aos municípios, desde 2015, uma campanha com o objetivo de conscientizar a população sobre a necessidade de instalação e manutenção periódica dos sistemas individuais de tratamento de esgoto domiciliar, conhecido como fossa séptica e filtro anaeróbio.

A AMMVI auxiliou na realização da campanha juntamente ao estande do Projeto "A Agir quer ouvir você", onde foram distribuídos 500 folders.

Datas e locais de realização das campanhas nos municípios da AMMVI

MUNICÍPIO	DATA	LOCAL
Rio dos Cedros	15/09/2015	Praça Igreja Matriz
Botuverá	15/10/2015	Praça da Prefeitura
Guabiruba	26/11/2015	Praça próxima a Prefeitura
Gaspar	23/02/2016	Praça da Prefeitura
Blumenau	17/03/2016	Praça da Prefeitura
	30/06/2016	Praça Doutor Blumenau
Brusque	31/03/2016	Praça Barão de Schneeburg
Pomerode	14/04/2016	Praça em frente a prefeitura
Timbó	10/05/2016	Praça da Prefeitura
Indaial	09/06/2016	Praça da Prefeitura
Apiúna	28/07/16	Praça da Igreja Matriz
Ascurra		Praça da Prefeitura
Rodeio	25/08/16	Praça em frente a Prefeitura
Doutor Pedrinho	22/09/16	Praça central
Benedito Novo		Praça central





















CAMPANHA INTERNA DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL



Desde junho de 2015, a Assessoria vem realizando uma campanha interna de conscientização ambiental com os colaboradores da AMMVI e dos consórcios públicos, abordando temas diferentes em cada mês.

- Incentivo a saídas de campo e contato com a natureza.
- E-mails mensais.
- Lembretes no WhatsApp.
- Distribuição de folders nos locais públicos e de maior circulação da sede da AMMVI.



A campanha objetiva:

- demonstrar que tudo que fazemos utiliza e impacta o meio ambiente;
- conscientizar como pequenas e importantes mudanças de hábitos são possíveis e fundamentais para melhorarmos cada vez mais nossa região;
- simples atitudes fazem toda a diferença;
- economia de utilização de recursos;
- economia financeira.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB)

O setor promove o assessoramento aos municípios na revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) que, de acordo o art. 25 do Decreto nº 7.217, devem ser revisados a cada quatro anos. O Plano é uma ferramenta primordial de gestão e planejamento na busca do acesso, a toda a população, aos serviços de saneamento básico, garantindo dessa forma os níveis adequados de saúde pública.

METODOLOGIA PARA REVISÃO
Análise do Plano anterior.
Verificação de melhorias e emprego de check-list.
Atualização de informações do diagnóstico.
Padronização dos indicadores.
Análise das metas.
Compatibilidade com o Plano de Bacia.
Proposição de novo planejamento considerando o orçamento municipal.

1ª Etapa - Diagnóstico	*Conhecer o Plano. *Elaborar plano de trabalho. Coletar dados atualizados. *Tratar as informações. *Promover audiência pública. *Revisar o diagnóstico.	→	**2ª Etapa - Prognóstico**	*Diretrizes e estratégias. *Programas, projetos e ações. *Metas e prazos. *Audiência. *Revisão do prognóstico.	→ **3ª Etapa - AVEF** *Elaboração da avaliação de viabilidade econômico-financeiro (AVEF).

Foram feitas reuniões para iniciar o assessoramento aos municípios, como também um seminário regional.

Benedito Novo – 26 de abril



Ascurra – 1 de setembro



Rio dos Cedros – 24 de maio





Seminário: Planos Municipais de Saneamento Básico: Compatibilidade com os demais planos setoriais

Data: 4 de maio.

Objetivo: compatibilizar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) com os demais planos setoriais, conforme o art. 19 da Lei 11.445; elaborar plano de ações de contingência e emergência no PMSB; conhecer a atuação da Agir no que se refere aos PMSB dos municípios regulados.

Número de participantes: 65.





PROPOSTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Esta Assessoria, junto com o Cimvi, vem elaborando uma proposta de gestão de resíduos com base no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

No intuito de auxiliar a composição desta proposta, foi realizada no dia 14 de julho, em Botuverá, uma atividade de educação ambiental com os alunos do quinto ano da Escola Maria Luiza da Silva Dias, no bairro Ribeirão do Ouro. A iniciativa esteve relacionada aos resíduos sólidos, abordando a diferença entre lixo e resíduo e ressaltando a importância da não geração dos resíduos. Os estudantes participaram das atividades demonstrando quais resíduos são gerados em suas residências.





GRUPOS DE TRABALHO (GT)

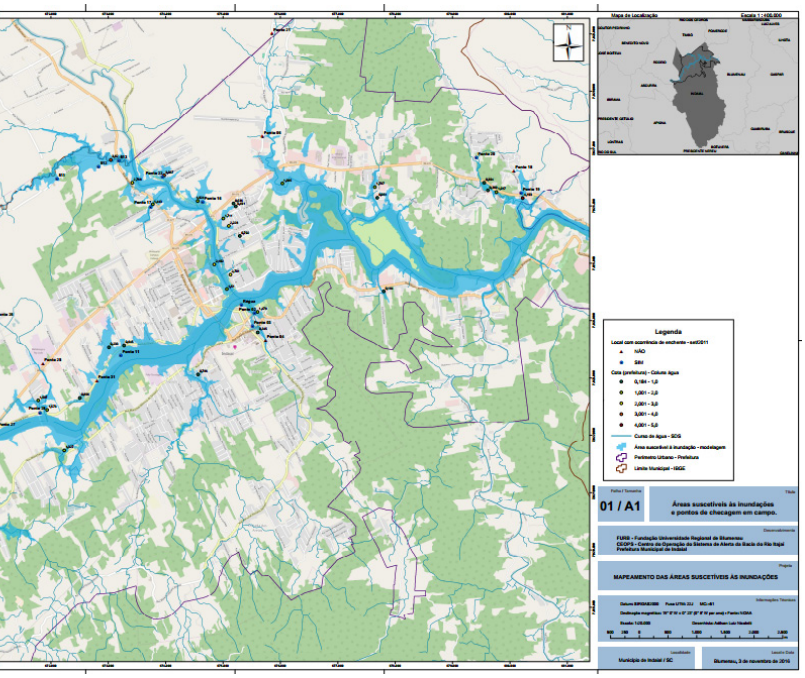
GT Terraplanagem

Com o objetivo de auxiliar na regulamentação das autorizações à terraplanagem nos municípios da AMMVI, o trabalho do GT Terraplanagem iniciou em outubro de 2015, totalizando 11 reuniões com periodicidade mensal.

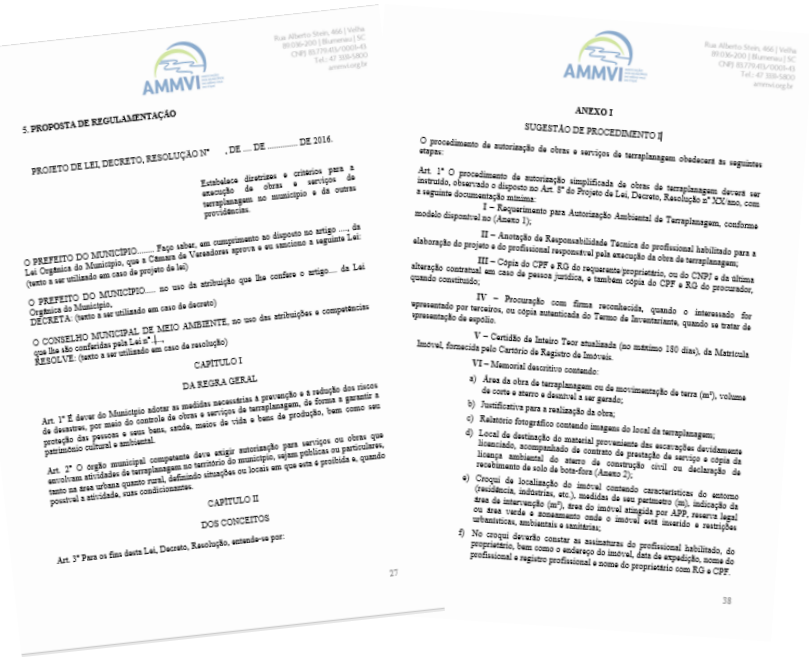


Resultados do trabalho do GT

Mapeamento de áreas suscetíveis à inundação com a utilização do Modelo Hand (modelo digital), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para os municípios pilotos Indaial e Rio dos Cedros. Este trabalho está sendo desenvolvido em parceria com a Furb.



Proposição de uma padronização na regulamentação e nos procedimentos



Evento sobre a Proposta de Regulamentação, realizado no dia 8 de novembro, com o objetivo de buscar contribuições para a regulamentação com as empresas executoras de terraplanagem. O evento teve **28** participações.







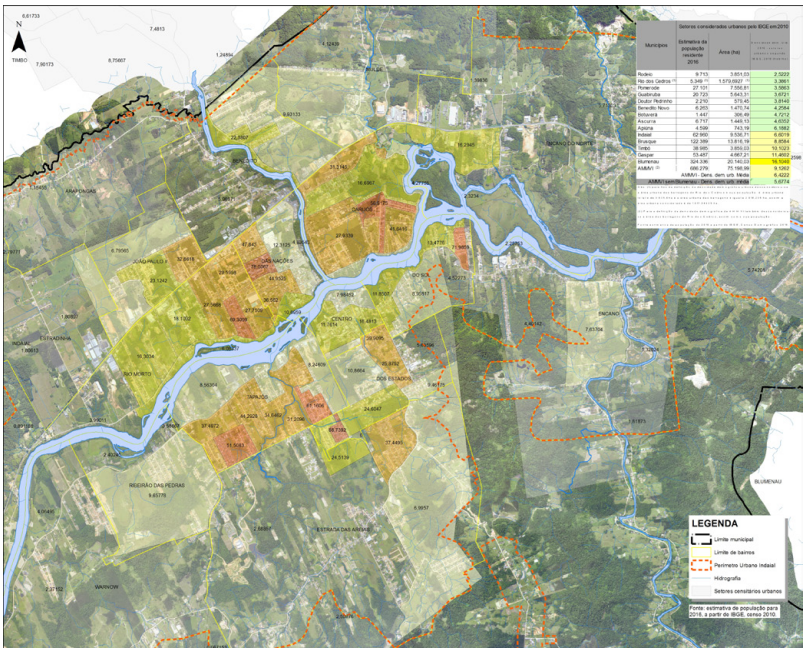


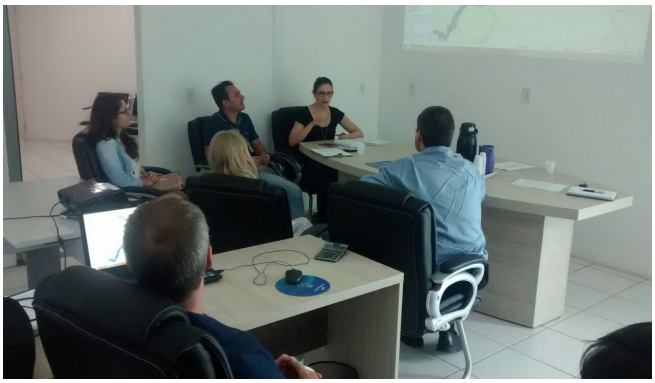
GT Diagnóstico Socioambiental

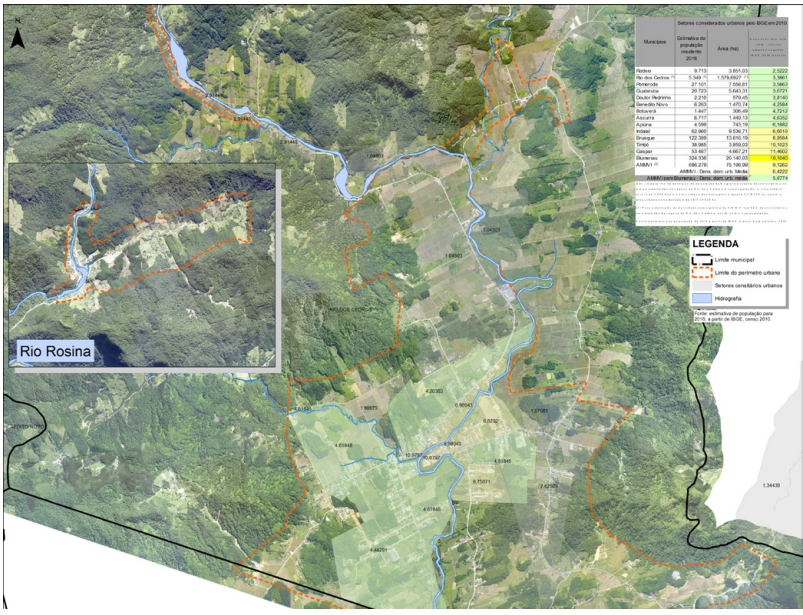
A equipe da Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente e da Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia vêm coordenando a elaboração do Diagnóstico Socioambiental com vistas à definição das Áreas Urbanas Consolidadas dos Municípios.

O GT foi constituído em parceria com a Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente, composto por técnicos das prefeituras associadas, a AMMVI e a Furb, com a finalidade de discutir os conflitos existentes no andamento da elaboração do Diagnóstico e decidir a forma como será realizado. As discussões acerca deste tema iniciaram no mês de novembro de 2015 e o trabalho foi efetivamente iniciado em março deste ano, totalizando **6** reuniões.

A elaboração contempla os municípios de Indaial e Rio dos Cedros, os quais são pilotos para a definição da metodologia a ser adotada













GT Lodo de ETA

Este grupo objetiva regularizar a situação das Estações de Tratamento de Água (ETA's) nos municípios. Participam do GT técnicos dos municípios, representantes da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), da Agir e da AMMVI. Em 2016 o grupo foi constituído e as reuniões iniciaram em setembro.

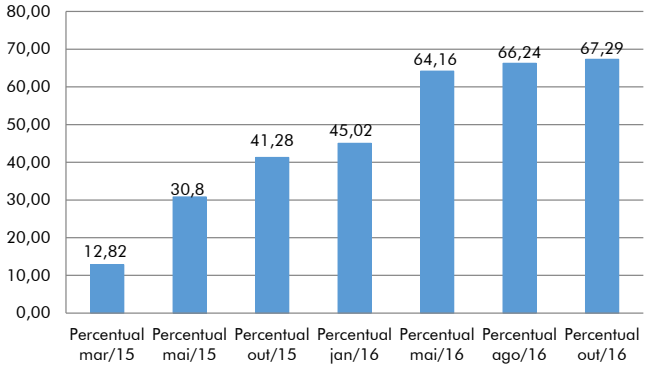




CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Desde que foi instituída a obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural (CAR), a AMMVI vem acompanhando a sua realização nos municípios. Conforme a Medida Provisória (MP) nº 724, de 04/05/2016, os prazos para inscrição no CAR e para adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) foram estendidos até 5 de maio de 2017, exclusivamente, para os proprietários de pequenas propriedades ou posse rural familiar, ou seja, somente para as propriedades rurais familiares menores ou iguais a quatro módulos fiscais.

Atendimento ao CAR AMMVI



Fonte: Boletim de Cadastros dos imóveis da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDS).

TREINAMENTO AUTOCAD

Neste ano, foi promovido aos técnicos municipais um treinamento sobre o AutoCad. Esta ferramenta possibilita a utilização das imagens do levantamento aerofotogramétrico realizado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) para realização do CAR. Além disso, tais imagens também podem ser usadas em posteriores estudos.

PROJETO KOCHKÄSE

O projeto de estudo do Kochkäse vem sendo desenvolvido com o fim de torná-lo um patrimônio imaterial da região do Médio Vale do Itajaí e ter o selo de indicação geográfica. O projeto é uma parceria entre a Universidade Regional de Blumenau (Furb), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e Prefeitura de Municipal Blumenau.

A AMMVI é a Associação representativa da região, a partir da Carta de Anuência assinada pela Diretoria, para buscar juntamente com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) o processo de registro do "modo de saber fazer o queijo Kochkäse". Os técnicos da Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente vêm acompanhando as reuniões e

eventos.

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

Banco de Dados Saneamento

Há a atualização do banco de dados dos municípios no hotsite da Assessoria de Saneamento de Meio Ambiente.

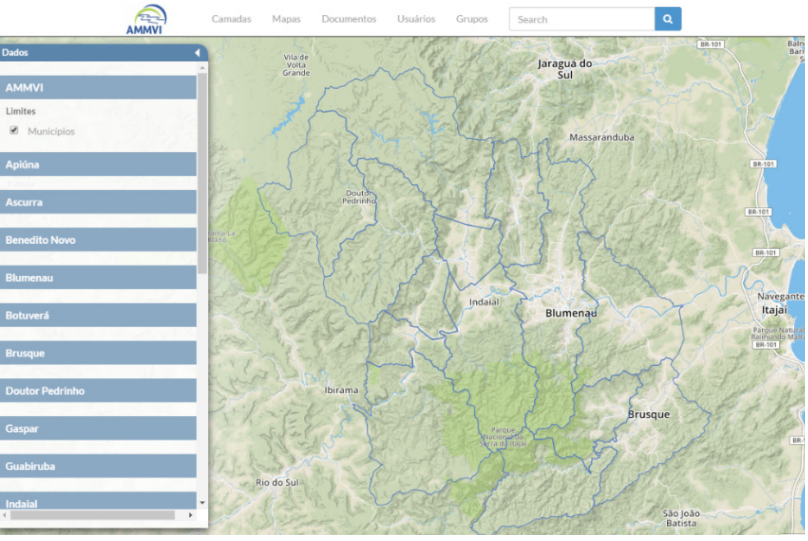
ASPECTOS GERAIS	
DESCRIÇÃO	VALOR
Entidade responsável	CASAN
Abrangência do abastecimento no município (%)	100 % Urbano
Bairros não atendidos	16
Valor da tarifa mínima cobrada pelo serviço	35,89
Faixa de consumo referente a tarifa mínima	até 10m³
Consumo per capita de água (m³/habitante/ano)	80m³
Orçamento destinado ao serviço	SNIS
Sistema de informação de abastecimento de água	Matrial Organico, pesticidas e Esgoto domestico
Tipo(s) de poluição existente(s) na captação de água	

TRATAMENTO DA ÁGUA	
DESCRIÇÃO	VALOR
Estação de tratamento de água (ETA)	Duas ETAs. 50 l/s e 130 l/s
Volume de água tratada no município (m³/ano)	5.200.045m³
Tipo de tratamento realizado	Convencional
Frequência e tipo da(s) análise(s) realizada(s)	A cada duas hora na Saida da ETA. Atendimento da portaria 2914.

DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
DESCRIÇÃO	VALOR
Extensão da rede	373,477 metros

SIG-AMMVI

Por meio deste sistema é possível o acompanhamento da elaboração e alimentação do portal para publicação de dados geoespaciais e de informações dos municípios.



O link para acesso é: mapas.ammvi.org.br

Projeto de Custos 2014/15

Em 2016 a AMMVI fez o acompanhamento e o auxílio na atualização do Estudo de Custo dos Resíduos Sólidos nos municípios da AMMVI (2013), com dados de 2014 e 2015, realizado pela empresa Competi, com o auxílio de técnicos da Agir.

DADOS COLETADOS

- Valor gasto com CIMVI (manutenção e saneamento);
- Valor gasto para a AGIR (rateio e taxas);
- Valor gasto Coleta;
- Valor total gasto para Transbordo\Destinação;
- Mão de Obra Direta;
- Encargos sobre Mão de Obra Direta;
- Mão de Obra Indireta;
- Encargos sobre Mão de Obra Indireta;
- Vestuário e EPI;
- Materiais;
- Serviços de Terceiros utilizados diretamente no processo;
- Despesas com o Caminhão Coletor Compactador;
- Despesas com Automóvel utilizado na Gestão de Resíduos;
- Despesas com máquinas e equipamentos;
- Custo do Capital Investido Aterro Sanitário;

Orgânico – Reciclável: INDICADORES	R$	%
Custo Total (Diretos e Indiretos)		
Custo Total pela População Total		
Custo Total pelo Total de Domicílios		
Custo Total por Tonelada		
Custo Total pelo Km Rodado		
Quilos gerados por Habitante		
Quilos gerados por Domicílio		
Custo por Tonelada Coletada		
Custo por Tonelada Destinada		

Levantamento geral de informações

A Assessoria faz ainda o levantamento periódico de informações dos municípios para atualização e controle em diversos temas, tais como:

- coleta de resíduos de construção civil;
- localização e estrutura das Estações de Tratamento de Água (ETA) e as Estações de Tratamento de Esgoto (ETE);
- descarte de pneus nos municípios;
- regulamentações e responsáveis pelas autorizações de terraplanagem nos municípios;

- contatos das empresas de terraplanagens;
- taxas de licenciamento ambiental;
- estrutura de secretarias e fundações de Meio Ambiente, Saneamento e Agricultura dos municípios;
- estruturação dos Conselhos de Saneamento e Meio Ambiente.

Estudos para o Consórcio de Licenciamento Ambiental

Neste ano iniciou-se o estudo e a viabilização de um consórcio para a realização do licenciamento ambiental nos municípios da AMMVI. Realizaram-se reuniões com outros consórcios e órgãos afins na área e o levantamento de informações com o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) e com o órgão ambiental estadual (Fatma), para verificar questões de estruturação e demanda, a fim de viabilizar a municipalização do licenciamento ambiental através de consórcio para a região da AMMVI.

COLEGIADOS

A Assessoria coordena as reuniões dos Colegiados de Saneamento Ambiental e de Agricultura, mantendo constante contato com os gestores e secretários para orientação e solução de conflitos, atuando como secretaria geral das reuniões.





Colegiado de Secretários de Agricultura	
4 encontros	50 participações
Discussões e andamentos	
Acompanhamento Cadastro Ambiental Rural. Discussões com a Vigilância Sanitária referente ao regimento interno das feiras livres. Visitas técnicas em Indaial e Rodeio. Conhecimento referente ao Projeto Kochkäse. Informações referente ao Sisbl/ Suasa. Emissão para nota fiscal do produtor rural. Treinamento AutoCAD.	

Colegiado de Gestores de Saneamento Ambiental	
4 encontros	57 participações
Discussões e andamentos	
Estudo de custo dos resíduos sólidos. GT Lodo de ETA. Revisão do Plano de Saneamento Básico. Campanha Água Limpa só com Esgoto Tratado. Diagnóstico amostral dos sistemas individuais de tratamento de esgoto e sua replicação. II Workshop Demosico. Municipalização do licenciamento ambiental.	





PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

EVENTOS	DATAS
Rede de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável: Patrimônio Cultural e Indicação Geográfica	24 de fevereiro
Pré-conferência de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Blumenau	3 de maio
Encontro com a Fiscalização Sanitária para elaboração do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Queijo Kochkäse	30 de maio
VIII Fórum Permanente de Prevenção aos Riscos de Desastres na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí	14 de junho
Seminário Planos Municipais da Mata Atlântica	22 e 23 de junho
Curso Drenagem Urbana	30 de junho a 2 de julho
Curso Quantum GIS	30 de julho e 13 de agosto
IX Fórum Permanente de Prevenção aos Riscos de Desastres na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí	4 de outubro
Seminário The Zero Waste & Organic Cycle (Seminário de Tecnologia do Meio Ambiente - Santa Catarina - Áustria: Passo a Passo Para Uma Gestão de Resíduos Sustentáveis)	27 de outubro
Simpósio referente ao destino adequado dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) utilizando tecnologia para geração de energia térmica, desenvolvidas por empresas americana e coreana	3 de novembro
1º Seminário de Sustentabilidade do TCE/SC	11 de novembro

REPRESENTAÇÕES EXTERNAS

A Assessoria de Saneamento Ambiental e Meio Ambiental representa a AMMVI nos seguintes órgãos:

- Câmara Técnica de Vigilância Sanitária;
- Diálogo ambiental pela conservação/ restauração do entorno do Parque Nacional da Serra do Itajaí;
- Grupo de Trabalho de Educação Ambiental da Região Hidrográfica 7 (GTEA RH7);
- Comitê do Itajaí;
- Câmara de Assessoramento Técnica – CAT do Comitê do Itajaí;
- Conselho Curador da Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí.

EXPEDIENTE

Relatório de Atividades da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí de 2016

Supervisão Geral
José Rafael Corrêa

Coordenação
Michele Prada (Conrerp RS/SC 2510)

Produção de Conteúdo
Alexandre Carvalho Brigido, Beatriz Padilha, Célio Francisco Simão, Dominique Carinie Kulkys Ilha, Isadora Reis, José Rafael Corrêa, Luiz Claudio Kades, Michele Prada, Ricardo Sorroche, Richard Buchinski, Simone Gomes, Vanessa Cristina de Sousa, Wagner Carlos dos Passos Amorim.

Revisão
Michele Prada

Projeto Gráfico e Diagramação
Tamiris Espíndola

Fotos
Michele Prada, Gilberto Viegas, Isadora Reis, Fecam.

Janeiro/2017

AMMVI
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ



Rua Alberto Stein, 466 - Velha
CEP 89036-200 - Blumenau/SC
(47) 3331-5800 - ammvi@ammvi.org.br
ammvi.org.br